



**XVII Jornadas Internacionais
Grandes Problemáticas do
Espaço Europeu**

**25 a 28 de maio de 2023
FLUP**

LIVRO DE RESUMOS / BOOK OF ABSTRACTS

Título: *XVII Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Livro de Resumos das Jornadas*

Coordenadora Editorial: Helena Pina

Composição: Helena Pina, Ana Isabel Boura, André Samora-Arvela, António Barros Cardoso, Conceição Ramos, Diogo M. Pinto, Fantina Tedim, Felisbela Martins, Jorge Ribeiro, José Luís Braga, Leandro Dias Oliveira, Lúvia Madureira, Maria José Roxo, Marta Nestor, Paula Remoaldo.

Primeira Edição: Maio de 2023

ISBN: 978-989-9082-71-7

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Índice

Comunicações Orais	14
SESSÃO PLENÁRIA 1.....	14
SESSÃO 1: SOCIEDADE E CULTURA 1.....	15
SESSÃO 2: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 1.....	17
SESSÃO 3: EDUCAÇÃO E ENSINO 1.....	20
SESSÃO 4: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1.....	24
SESSÃO 5: SOCIEDADE E CULTURA 2.....	27
SESSÃO 6: POLÍTICAS E EVOLUÇÃO TERRITORIAL 1.....	30
SESSÃO 7: SOCIEDADE E CULTURA 3.....	33
SESSÃO 8: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 2.....	35
SESSÃO PLENÁRIA 2.....	38
SESSÃO 9: SOCIEDADE E CULTURA 4.....	38
SESSÃO 10: ESPAÇOS RURAIS: TRADIÇÃO, RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO 1.....	43
SESSÃO 11: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2.....	47
SESSÃO 12: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 1.....	50
SESSÃO 13: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2.....	52
SESSÃO 14: PAISAGEM, PATRIMÓNIO E TURISMO 1.....	55
SESSÃO 15: PAISAGEM, PATRIMÓNIO E TURISMO 2.....	57
SESSÃO 16: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (TIG) 1.....	59
SESSÃO 17: EDUCAÇÃO E ENSINO 2.....	62
SESSÃO 18: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 3.....	64
Posters	67
Tema 1 - Sociedade e Cultura.....	67
Tema 3 - Educação e Ensino.....	71
Tema 4 - Paisagem, Património e Turismo.....	72
Tema 5 - O rural: tradição, resiliência e inovação.....	78
Tema 6 - Economia e Desenvolvimento Local.....	83
Tema 7- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	86
Tema 8 - Vulnerabilidades, Riscos e Ordenamento do Território.....	87
Tema 9 - Tecnologias de Informação Geográfica (TIG).....	92
Tema 10 - Dimensões Sociais e Ecológicas dos Incêndios Rurais.....	92
Tema 11 - Cidades e Sustentabilidade.....	93

Programa

25 DE MAIO, QUINTA FEIRA

14H00 - OFICINAS

Oficina 1:

Caminhos Polifacetados do Desenvolvimento Rural | Coord. Helena PINA | Sala de Reuniões I

Oficina 2:

Sustentabilidade e Desenvolvimento Integrado do Território | Coord. Miguel MAGALHÃES | Sala de Reuniões II

26 DE MAIO, SEXTA FEIRA

08H30 - ABERTURA DO SECRETARIADO

09H00 - SESSÃO DE ABERTURA - Anfiteatro 2

09H30 - SESSÃO PLENÁRIA 1 - Anfiteatro 2

Moderadora: Paula REMOALDO

AGRICULTURE AND CULTURAL LANDSCAPES: TANGIBLE AND INTANGIBLE HERITAGE, ECONOMIC EVOLUTION AND CLIMATE CHANGE

Emmanuel REYNARD, CIRMA, Institut de Géographie et Durabilité, University of Lausanne, Switzerland

10H00 - SESSÃO 1: SOCIEDADE E CULTURA 1 - Anfiteatro 2

Moderadora: Felisbela MARTINS

LABOUR RELATED MIGRATION UNDER CONDITIONS OF FREE MOVEMENT: POLISH NATIONALS IN IRELAND

Mary CAWLEY, University of Galway, Ireland

MULHERES E MIGRAÇÕES FORÇADAS EM PORTUGAL: ADAPTAÇÃO, RESILIÊNCIA E INTEGRAÇÃO SOCIAL

Catarina SAMPAIO, CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Natália RAMOS, CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

ADAPTAÇÃO, STRESS E BEM-ESTAR PSICOSSOCIAL DE PROFISSIONAIS PORTUGUESES QUALIFICADOS DE SAÚDE EM SITUAÇÃO MIGRATÓRIA NO ESPAÇO EUROPEU

Natália RAMOS, CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Mário TEIXEIRA, CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

COMPORTAMENTO INOVADOR NAS STARTUP'S: ESTUDO EMPÍRICO

Marisa LEAL, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Cármem LEAL, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Rui SILVA, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

10H00 - SESSÃO 2: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 1 - Sala Reuniões I

Moderador: André SAMORA-ARVELA

FINANCEIRIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E CONSUMO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, PORTUGAL

Jovenildo RODRIGUES, Universidade Federal do Pará, Brasil

Rodrigo MACHADO, CEGOT, Universidade de Coimbra, Portugal

URBANISMO: REFLEXÃO PARA UM FUTURO DE AÇÃO IMEDIATO

Martinho Rafael AUGUSTO, GIPP, Lda., Portugal

DESIGNING A PLACE-BASED TERRITORIAL INTELLIGENCE FRAMEWORK TO SUPPORT REGIONAL DEVELOPMENT

Lívia MADUREIRA, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Ricardo BENTO, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Octávio SACRAMENTO, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Carla MARQUES, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Luís RAMOS, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

11H20 - INTERVALO

11H35 - SESSÃO 3: EDUCAÇÃO E ENSINO 1 - Sala de Reuniões I

Moderador: Jorge RIBEIRO

NORMATIVE READING AND DIDACTIC SECTION TO LOCALIZE THE PLACE AND ROLE OF POSTERS IN GEOGRAPHY AND ECONOMICS TRAINING IN THE BULGARIAN SCHOOL (ONLINE)

Stella DERMENDZHIEVA, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Tamara DRAGANOVA, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

BEYOND THE REFLECTIVE TEACHER EDUCATION MODEL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Paulo SANTOS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

O ENSINO PROFISSIONAL: UM PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM PERSONALIZADO

Sílvia OLIVEIRA, Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Laura SOARES, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

SCIENTIFIC-NORMATIVE SPECIFICS OF GROUPING COUNTRIES IN GEOGRAPHY AND ECONOMICS TRAINING - DETERMINISTIC DIDACTIC-SYNERGISTIC INTERPRETATION AND DIGITAL MODELS THROUGH MAPCHART (ONLINE)

Stella DERMENDZHIEVA, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Tamara DRAGANOVA, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

ABORDAGEM BIBLIOMÉTRICA DO TURISMO CRIATIVO NO PERÍODO 2002-2022

Cátia FARIA, Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal

Paula REMOALDO, Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal

Juliana Araújo ALVES, Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal

11H35 - SESSÃO 4: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1 - Sala de Reuniões II

Moderador: Leandro Dias de OLIVEIRA

FUTURE PERSPECTIVES OF OFFSHORE RENEWABLE ENERGY IN THE PORTUGUESE MARITIME SPACE: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

Inês MACHADO, WavEC - Offshore Renewables, Portugal

O MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA DE 1934 A 1988

Lucio Carramillo CAETANO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Cefas Dutra FARINA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Fernandes MOTHÉ FILHO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco José da SILVA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

O MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA DE 1988 A 2017

Cefas Dutra FARINA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Lucio Carramillo CAETANO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco José da SILVA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Fernandes MOTHÉ FILHO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

OS AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO MINERAL BRASILEIRA NO TRATO COM O MEIO AMBIENTE A PARTIR DE 2017 COM A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Cefas Dutra FARINA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Lucio Carramillo CAETANO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco José da SILVA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Fernandes MOTHÉ FILHO, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

13H00 - ALMOÇO

14H15 - MESA REDONDA - Anfiteatro 2

ÁGUAS MARINHAS, ÁGUAS FLUVIAIS E LACUSTRES: CONSTRANGIMENTOS E POTENCIALIDADES

Coord. Felisbela MARTINS (CEGOT) e Paula REMOALDO (Lab2PT/UM), Portugal

15H30 - SESSÃO 5: SOCIEDADE E CULTURA 2 - Anfiteatro 2

Moderadora: Paula REMOALDO

SPIRITS IN THE WOOD: A RELATIONAL SOCIO-ECOLOGY OF THE HYBRID BRAZILIAN “WILDS”

Scott William HOEFLE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A OLIVEIRA NO ESPAÇO DURIENSE: UMA CULTURA COM TRADIÇÃO A SER (RE)VALORIZADA

Helena PINA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Felisbela MARTINS, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Célia FIGUEIRAS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

CRISES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EUROPEIA - DO SÉCULO XV AO NOSSO TEMPO
António Barros CARDOSO, APHVIN/GEHVID, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A REGIÃO DURIENSE NO CONTO A VINDIMA, DE MIGUEL TORGA
Ana Isabel Gouveia BOURA, CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

15H30 - SESSÃO 6: POLÍTICAS E EVOLUÇÃO TERRITORIAL 1 - Sala de Reuniões I

Moderadora: Ana Maria BICALHO

GEOGRAPHICAL ASPECTS OF BALKAN INTEGRATION (ONLINE)
Atanas DERMENDZHIEV, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

POLITICOGEOGRAPHIC DIFFERENTIATION AND INTEGRATION PROCESSES IN THE POST-SOVIET AREA (ONLINE)
Atanas DERMENDZHIEV, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE SANEAMENTO ENTRE A PRIVATIZAÇÃO E A REESTATIZAÇÃO: UM OLHAR COMPARATIVO ENTRE BRASIL E PORTUGAL
André Santos da ROCHA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

JUSTIÇA FISCAL NO SÉCULO XXI
Glória TEIXEIRA, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal
Rómulo SANTANA, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

16H45 - INTERVALO/APRESENTAÇÃO DE POSTERS

17H15 - SESSÃO 7: SOCIEDADE E CULTURA 3 - Sala de Reuniões I

Moderadora: Conceição RAMOS

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NO 3º SETOR EM TEMPOS DE PANDEMIA - ALGUMAS EVIDÊNCIAS
José António OLIVEIRA, CIICESI, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico do Porto, Portugal
Maria João POLIDORO, CEAUL, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico do Porto, Portugal

NAS BIBLIOTECAS NÃO HÁ BANDEIRAS: O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS DO MUNDO
Isabel Maria dos Santos MOURA, CEI, Câmara Municipal de Baião, Portugal

CLASSES E DESIGUALDADES SOCIAIS EM FRANÇA E PORTUGAL: QUESTIONAMENTOS EM TORNO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA
Virgílio Borges PEREIRA, ISUP, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Yasmine SIBLOT, CRESPPA-CSU, Université de Paris 8, France

17H15 - SESSÃO 8: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 2 - Sala de Reuniões II

Moderadora: *Lívia MADUREIRA*

O PROGRAMA 1º DIREITO E AS ESTRATÉGIAS LOCAIS DE HABITAÇÃO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Fátima Loureiro de MATOS, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Teresa Sá MARQUES, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Ana Catarina MAIA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo RIBEIRO, CEGOT, Portugal

COMO OS SISTEMAS POLÍTICOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS AFETAM O BEM ESTAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Cristina PEREIRA, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Hermínia GONÇALVES, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Teresa SEQUEIRA, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

GLOBALIZAÇÃO, COVID 19 E SEUS EFEITOS EM TERRITÓRIOS DE CIDADES

Rodrigo MACHADO, CEGOT, Universidade de Coimbra, Portugal

Jovenildo RODRIGUES, Universidade Federal do Pará, Brasil

18H15 - LANÇAMENTO DO E. BOOK - Sala de Reuniões I

THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE / GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU - Sustainable development and territorial preservation in a globalized world / O desenvolvimento sustentável e a preservação territorial num mundo globalizado *Helena PINA | Felisbela MARTINS | André ROCHA (Org.)*

27 DE MAIO, SÁBADO

09H00 - SESSÃO PLENÁRIA 2 - Anfiteatro 2

Moderador: *Scott William HOEFLE*

A SCENARIO-BASED APPROACH TO DISCUSS THE RURAL FUTURES: AN EXAMPLE FROM THE NEWEST EU MEMBER STATE

Aleksandar LUKIĆ, University of Zagreb, Faculty of Science, Department of Geography, Croatia

09H30 - SESSÃO 9: SOCIEDADE E CULTURA 4 - Anfiteatro 2

Moderador: *Virgílio Borges PEREIRA*

A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA-TERRITORIAL DA BULGÁRIA E A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA NO PAÍS: MUDANÇAS INEVITÁVEIS

Slavi DIMITROV, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Tatyana DIMITROVA, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

AGROARTE, ALIANÇAS E INICIATIVAS SOLIDÁRIAS FRENTE À POBREZA NO MARANHÃO
Ana Maria de Souza Mello BICALHO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A GREVE COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA 8 M
Célia TABORDA, Universidade Lusófona, Portugal

MONO-FUNCTIONAL URBAN SETTLEMENTS IN BULGARIA - DEVELOPMENT AND FEATURES
Milen PENERLIEV, Konstantin Preslavski University of Shumen, Bulgaria

RETORNO SOCIAL DA TERRITORIALIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
Pedro Joaquim AZEVEDO, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO NA CIDADE DO PORTO E O COMBATE AO PROBLEMA
Maria da Conceição RAMOS, Faculdade de Economia da Universidade Porto, Portugal
Bruna FERNANDES, Faculdade de Economia da Universidade Porto, Portugal

ACESSO À SAÚDE E VULNERABILIDADES DE MIGRANTES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DE DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 - UM OLHAR SOBRE OS IMIGRANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL
Daniel GRANADA, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CEMRI, Portugal
Maria Conceição RAMOS, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CEMRI, Portugal
Natália RAMOS, Universidade Aberta, CEMRI, Portugal

09H30 - SESSÃO 10: ESPAÇOS RURAIS: TRADIÇÃO, RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO 1- Sala de Reuniões I

Moderador: André Santos ROCHA

SEASONAL MIGRATION OF AGRICULTURAL WORKERS IN THE COVID-19 PERIOD
Suk-Kyeong KANG, Niğde Ömer Halisdemir University, Turkey

DETERMINANTES DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS EM PORTUGAL
Maria Inês CABRAL, Universidade do Porto, Portugal
Maria Conceição RAMOS, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal
Tânia GONÇALVES, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

ESTRATÉGIAS SOCIOPRODUTIVAS DA AGRICULTURA DE PEQUENA ESCALA NO QUADRO DAS MUDANÇAS ESPACIAIS RECENTES NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL
Felipe da Silva MACHADO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

ENVIO DE VINHOS PORTUGUESES PARA AS “ÍNDIAS BRITÂNICAS” NA VIRAGEM DE 1900
Jorge Martins RIBEIRO, CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A AGRICULTURA EM JOVENS EM IDADE ESCOLAR NO NORTE DE PORTUGAL: ESTUDO PILOTO COM JOVENS EM ESCOLAS DE DIFERENTES CONTEXTOS DO NORTE DE PORTUGAL
Ana Rute Pimenta CARDOSO, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Artur CRISTÓVÃO, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Carlos FONSECA, CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

11H00 - INTERVALO

11H15 - SESSÃO 11: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2 - Sala de Reuniões I

Moderadora: Helena PINA

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SUL DA EUROPA: SOLO E SERVIÇOS DE ECOSISTEMA

Maria José ROXO, CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Henrique CERQUEIRA, CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: EM ESPECIAL, A INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Sandra Lopes LUÍS, CIDP, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal

DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E DISCURSO ANTIECOLÓGICO NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

Leandro Dias de OLIVEIRA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Norma da Silva Rocha MACIEL, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO DOURO SUPERIOR, TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DA UNIÃO EUROPEIA

Otilia LAGE, CITCEM, Portugal

Carla SEQUEIRA, CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

11H15 - SESSÃO 12: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 1 - Sala de Reuniões II

Moderadora: Célia TABORDA

A RECETIVIDADE DOS TÉCNICOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL AO PROGRAMA CONDOMÍNIO DE ALDEIA

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

OS PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA”, “PESSOAS SEGURAS” NUMA ÓTICA LOCAL: O EXEMPLO DA ALDEIA DE VALE FLORIDO

Ana ROCHA, Município de Ansião, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E INCÊNDIOS RURAIS: O QUE NOS DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE OUTROS PAÍSES

André SAMORA-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Fantina TEDIM, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

12H30 – ALMOÇO

14H00 - SESSÃO 13: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2 - Sala de Reuniões I

Moderador: João Luís FERNANDES

A ÉTICA NO RISCO: OS DESAFIOS DA SOCIEDADE DE RISCO

André SAMORA-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Marta NESTOR, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

CONSCIÊNCIA PARA O RISCO NO LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS ALUNOS DO 9º ANO DE ESCOLARIDADE

Sílvia OLIVEIRA, Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Margarida MARQUES, Colégio Pedro Arrupe, Portugal

Maria José ROXO, CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Helena PINA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Célia FIGUEIRAS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ALDEIA SEGURA, PESSOAS SEGURAS NO CONCELHO DE RIBEIRA DE PENHA

Sara TAPA, Município de Ribeira de Pena, Portugal

António VALADARES, Município de Ribeira de Pena, Portugal

14H - SESSÃO 14: PAISAGEM, PATRIMÓNIO E TURISMO 1- Sala de Reuniões II

Moderadora: Livia MADUREIRA

TURISMO FERROVIÁRIO EM PORTUGAL E NO ESPAÇO EUROPEU

Eunice Almeida DUARTE, CiTUR, Instituto Superior de Gestão, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal

MARKETING TERRITORIAL COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVER O TURISMO RURAL NO DOMBRO GRANDE

Rebeca da Conceição Leticia Vasco dos SANTOS, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal

TAXAS TURÍSTICAS E SUSTENTABILIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E INVESTIGAÇÃO FUTURA

Eva MIRANDA, Escola de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

Soraia GONÇALVES, UNIAG, Escola Superior de Gestão do Inst. Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

Laurentina VAREIRO, UNIAG, Escola Superior de Gestão do Inst. Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

15H - SESSÃO 15: PAISAGEM, PATRIMÓNIO E TURISMO 2 - Sala de Reuniões I

Moderadora: *Karine VARGAS*

MINAS DE ANTIMÓNIO DO CONCELHO DE GONDOMAR - UMA OPORTUNIDADE DE TURISMO INDUSTRIAL

Guilherme SILVA, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Maria Ferreira de MATOS, LNEG, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal

OS MAPAS ENQUANTO PATRIMÓNIO E REPRESENTAÇÕES DE PODER NA CULTURA CONTEMPORÂNEA DE MASSAS- O EXEMPLO DO TURISMO

João Luís J. FERNANDES, CEIS20, Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, Portugal

A IMAGEM DO PORTO VERTIDA NOS LIVROS DE VIAGEM DOS ALVORES DA ÉPOCA MODERNA

José Luís BRAGA, Instituto Europeu de Estudos Superiores, Portugal

15H - SESSÃO 16: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (TIG) 1 - Sala de Reuniões II

Moderador: *Felipe MACHADO*

APLICAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA PARTICIPATIVOS NA (CO)CONSTRUÇÃO DE CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS

João MONTEIRO, Lab2PT, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal

Vítor RIBEIRO, Lab2PT, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho/Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Portugal

Miguel BANDEIRA, CECS, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal

MAPEAMENTO E CÁLCULO DE ÁREAS ARDIDAS E NÍVEIS DE SEVERIDADE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS COM BASE NA ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE - APLICAÇÃO AO CONCELHO DE SEIA

Luís Carlos BRANCO, Escola Sup. de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Maria Elisabete SOARES, Escola Sup. de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

CONTRIBUTO DOS WEBSIGS NA REDUÇÃO DO RISCO DE INCÊNDIO A NÍVEL LOCAL: O EXEMPLO DO MUNICÍPIO DE AROUCA

Célia FIGUEIRAS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Fantina TEDIM, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Laura SOARES, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

16H00 - INTERVALO/APRESENTAÇÃO POSTER

16H30 - SESSÃO 17: EDUCAÇÃO E ENSINO 2 - Sala de Reuniões I

Moderadora: *Célia TABORDA*

O USO DO JARDIM TEMÁTICO COMO FERRAMENTA DE ENSINO APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Regina Cohen BARROS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A DIVULGAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE - BRASIL

Julio Cesar Carou Felix de LIMA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Karine Bueno VARGAS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

A PANDEMIA DA COVID 19: UM PONTO DE VIRAGEM NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Sílvia OLIVEIRA, Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Laura SOARES, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Elsa PACHECO, CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

16H30 - SESSÃO 18: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 3 – Anfiteatro 2

Moderadora: Maria José ROXO

ADAPTAÇÃO DAS POLÍTICAS E DOS PROGRAMAS ÀS REALIDADES LOCAIS: A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA”, “PESSOAS SEGURAS” NO MUNICÍPIO DE GÓIS

Marco DIAS, Município de Góis, Portugal

Diogo Miguel PINTO, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMOR-ARVELA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

O ENVOLVIMENTO DOS JOVENS NA PREVENÇÃO DOS INCÊNDIOS RURAIS: O CASO DO PROJETO FOREST FM

Raquel Torres GUERRA, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Susana NEVES, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

José AZEVEDO, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”: PERCEÇÕES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL

João Pedro BARREIROS, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Maria José ROXO, CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

17h45 - ENTREGA DO PRÉMIO “O MELHOR POSTER” – Anfiteatro 2

18h15 - SESSÃO DE ENCERRAMENTO - Sala de Reuniões I

MOMENTO CULTURAL - Sala de Reuniões I

28 DE MAIO, DOMINGO

SAÍDA DE CAMPO

“BARROSO: COMUNIDADE, COSTUMES E TRADIÇÕES SECULARES”

Coord.: João Barreiros (FLUP), Diogo Pinto (CEGOT, FLUP)

08h00m - Saída da FLUP

10h00m - Chegada a Salto e paragem para café

10h20m - Visita guiada à Casa do Capitão e paragem numa quinta local

12h30m - Chegada a Pitões das Júnias e visita ao Mosteiro de Santa Maria das Júnias

13h30m - Almoço - Local a designar

15h45m - Visita ao Castelo de Montalegre e Ecomuseu do Barroso

17h15m - Saída de Montalegre

17h40 m - Visita à Serra do Larouco - o 3º Ponto mais alto de Portugal Continental

18h00m - Regresso ao Porto

20h30m - Chegada ao Porto



Comunicações Orais

Resumos/ Abstracts

26 DE MAIO, SEXTA-FEIRA

SESSÃO PLENÁRIA 1

Agriculture and Cultural Landscapes: Tangible and Intangible Heritage, Economic Evolution and Climate Change

Emmanuel REYNARD

CIRM, Institut de Géographie et Durabilité, University of Lausanne, Switzerland

In many regions of Europe and the world, centuries of agricultural production have shaped specific cultural landscapes marked by particular agricultural structures – terraced farming, hydraulic infrastructures, etc. –, open and diversified landscapes, and, very often, conditions favourable to significant biodiversity.

In recent decades, these landscapes have undergone profound transformations due to agricultural abandonment, emigration, farming intensification and structural changes in agricultural policy. They have often become degraded and uniform, and the practices that enabled the maintenance of the agrarian infrastructure – and which thus constitute an intangible heritage – have often been lost.

In order to preserve these high-quality landscapes in the long term, a proactive strategy is needed. This requires scientific knowledge of natural processes and methods of adaptation, efforts to inventory structures and practices, and recognition of socio-economic and climatic changes.

This paper proposes a discussion on agricultural cultural landscapes based on four cases:

(i) the jessour of Southeastern Tunisia are hydroagricultural infrastructures in the form of dams installed along wadis in order to capture runoff water and sediments; they are confronted with issues related to emigration, agricultural abandonment and climate change;

(ii) the terraced vineyards of Lavaux (Switzerland) are classified as a UNESCO World Heritage site and face challenges related to the evolution of the wine market and the tensions between the heritage value of the landscape and the economic exploitation of the vineyard;

(iii) the wooded pastures of the Jura (Switzerland) are agro-forestry landscapes that form a mosaic of more or less dense forest land and meadows; they are confronted with the difficulties of maintaining animal pressure on the forest, a balance that is currently being undermined by climate warming (increased droughts) and by the return of the wolf to the Jura massif;

(iv) the bisses are irrigation systems specific to the canton of Valais (Switzerland), which have existed since at least the 12th century; after a period of decline since the beginning of the 20th century, they currently constitute an agricultural heritage that is used for tourism (hiking, cultural tourism); they are faced with challenges linked to changes in hydrological regimes and the risk of “disneylandisation” of this heritage.

After a presentation of the landscape characteristics of each of them, we will compare the four cases in the light of the techniques of adaptation to geomorphological processes and climatic conditions, agricultural practices and their evolution, as well as future challenges linked to climatic and socio-economic changes.

Keywords: Cultural landscapes, agriculture, intangible heritage

SESSÃO 1: SOCIEDADE E CULTURA 1

Labour Related Migration Under Conditions of free Movement: Polish Nationals in Ireland

Mary CAWLEY

University of Galway, Ireland

Following a major famine between 1845 and 1847, Ireland lost population almost continuously until the mid-1960s. Immigration of non-nationals was limited in extent. With rapid economic growth from the late 1990s, labour-related immigration increased dramatically, as demand for workers in particular sectors increased beyond the available supply among the resident workforce. Recruitment of overseas workers through work permits took place to fill vacancies in nursing, information technology and meat processing, for example. The impending accession of eight new member states from Central and Eastern Europe to the European Union (EU) from the late 1990s led to recruitment on work permits from those countries. From 1 May 2004, when accession took place, Ireland with Sweden and the United Kingdom (UK) provided immediate access to their labour markets for the citizens of the new member states. Unemployment had increased in their own countries associated with the transition from a socialist to a free market economy which served as a 'push' factor as well as the 'pull' of relatively higher wages. These workers had freedom of movement within Ireland and provide an interesting context in which to explore labour mobility in a country where labour immigration is relatively new.

The aim of this paper is to add to existing knowledge and theory relating to international labour migration under conditions of free movement, with particular reference to the urban-rural distribution of the migrant population. The paper focuses on Polish nationals. The paper is based on census of population data at a range of geographical scales. Quantitative analysis was applied involving choropleth mapping and the measurement of the distribution of the migrant population between areas and in comparison with the Irish population, using the Hoover index and the Index of Dissimilarity, respectively. The results confirm existing knowledge about the tendency for immigrant workers, when free to do so, to move to large gateway cities initially where employment opportunities are greatest. Less usual, however, is the fact that the Polish nationals moved in small numbers to a range of smaller towns and villages that are widely distributed throughout the Irish state. That wider distribution increased over time but the Index of Dissimilarity values illustrate that Polish nationals remain minorities in most small towns and villages. Their distribution is explained in part by the availability of employment but it is possible also that personal contacts with fellow nationals also influenced the movement to smaller places.

Key words: labour migration, free movement, Polish, Ireland

Mulheres e Migrações Forçadas em Portugal: Adaptação, Resiliência e Integração Social

Catarina SAMPAIO

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Natália RAMOS

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Esta comunicação apresenta os resultados de uma investigação de mestrado desenvolvida entre 2020 e 2022 em Portugal. O objetivo geral foi o de ampliar o conhecimento da realidade psicossocial de mulheres que, em contexto de migração forçada, chegaram ao continente europeu, mais especificamente a Portugal, analisando as principais dificuldades do percurso migratório e de adaptação, bem com os principais fatores protetores que facilitaram os seus processos de resiliência, adaptação e integração social. Para tal, foram relevados os significados que as protagonistas atribuem às suas experiências, recolhidos através de nove entrevistas semiestruturadas e em profundidade, a mulheres oriundas do Iraque, da Síria e da Líbia. Foi também a partir das suas perceções que se analisaram questões de género e a forma como estas se relacionam com dimensões religiosas, familiares, sociais, psicológicas e culturais. A revisão da literatura dá nota de que existem diversas dificuldades decorrentes da experiência migratória, principalmente, quando esta é desencadeada por fundados temores, conflitos e ameaças à vida, configurando-se como migração forçada.

Concomitantemente, a pertença de género é apontada como uma vulnerabilidade acrescida no paradigma das migrações. Neste sentido, compreende-se que as mulheres em migração forçada integram um grupo especialmente vulnerável, já que, além do contexto dos países de origem, as diferentes pertenças - de género, nacional, religiosa, social e cultural - podem figurar eixos de vulnerabilidade que se interseccionam, exigindo uma análise multidimensional e multi/interdisciplinar. No que diz respeito aos dados alcançados nesta investigação, as participantes identificaram um conjunto de adversidades, destacando-se o isolamento e a distância familiar e do grupo social; o acesso ao emprego correspondente às habilitações; a falta de suporte institucional; as fracas condições habitacionais; as dificuldades e a falta de oportunidades para a aprendizagem da língua; o desconhecimento sobre como aceder aos serviços de saúde; o não reconhecimento de grau académico e a discriminação, como as principais dificuldades, resultantes do seu projeto migratório com destino a Portugal. O estado da arte e a investigação empírica realizada revelam que, apesar dos eventos traumáticos vividos nos países de origem e das adversidades encontradas nos países de acolhimento, a adaptação e a integração são realidades possíveis, mediante a presença de fatores protetores mobilizados pelas migrantes. Evidenciam também que a migração, apesar da interseção de vulnerabilidades, pode ser uma oportunidade para as mulheres alcançarem maior autonomia e empoderamento, alterando papéis de género. Neste estudo, as entrevistadas apontaram como principais fatores que auxiliaram a resiliência, a adaptação e a integração social em Portugal os seguintes elementos: o estabelecimento e a manutenção de redes sociais; o recurso a redes sociais digitais; a perceção de segurança; o acesso ao emprego; o domínio da língua; a religião; a ausência de religião; o suporte institucional; o acesso à saúde; o acesso à educação; a participação cívica e política; a prática de desporto; as questões de género relacionadas com empoderamento e maior autonomia.

Palavras-chave: migrações forçadas; mulheres refugiadas; estudantes em situação de emergência por razões humanitárias; integração social; resiliência.

Adaptação, Stress e Bem-Estar Psicossocial de Profissionais Portugueses Qualificados de Saúde em Situação Migratória no Espaço Europeu

Natália RAMOS

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Mário TEIXEIRA

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Nos últimos anos, temos vindo a assistir a um aumento da migração internacional, sendo esta frequentemente facilitada, sobretudo para profissionais de saúde qualificados, no caso concreto de enfermeiros portugueses. As políticas de saúde e económicas, têm provocado dificuldades de inserção no mercado de trabalho português, dados os baixos salários, as más condições laborais e as perspetivas limitadas de progressão na carreira profissional, levando os muitos profissionais de saúde, nomeadamente enfermeiros, a procurar melhores condições de vida, em especial em países europeus. Atualmente, há cerca de 20 mil enfermeiros portugueses a trabalhar no estrangeiro, muitos dos quais noutros países europeus.

O processo migratório pode causar stress, com efeitos nefastos sobre o bem-estar e a saúde dos migrantes. Contudo, não encontramos na literatura científica nenhuma informação sobre as perspetivas e experiências de saúde e de bem-estar de enfermeiros portugueses migrantes. Compreender as vulnerabilidades, os riscos psicossociais e o processo de stress destes enfermeiros, experienciados em contexto migratório laboral e cultural diferente, sugere uma oportunidade para promover o bem-estar psicossocial de futuros enfermeiros migrantes. Neste contexto, é nosso objetivo conhecer e compreender os fatores que influenciam (promovendo ou dificultando) o processo de saúde e de bem-estar psicossocial de enfermeiros portugueses migrantes, tendo em conta a sua perspetiva e as suas experiências vividas. Para atingir tal objetivo apostamos num estudo qualitativo, por amostragem em bola de neve. Foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas, sendo oito através de plataforma de videoconferência Zoom®, nove por correio eletrónico e uma presencial, a enfermeiros portugueses migrantes em países da União Europeia, Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e Reino Unido. Será realizada uma análise de conteúdo das entrevistas usando o software de análise MaxQDA®, combinada com um instrumento quantitativo, o questionário *Brief COPE*, que tem como objetivo avaliar a forma como os participantes lidam com o stress laboral, utilizando estratégias de coping adaptativas e/ou estratégias de coping disfuncionais.

Os resultados irão expressar os significados que os participantes atribuem às suas experiências e vivências em contexto migratório, nomeadamente aos stressores físicos e psicossociais e aos seus impactos na saúde física e mental, bem como as estratégias de coping e de suporte/apoio social que usam para reduzir ou amortecer os impactos psicológicos

adversos da exposição a esses stressores, em situação de adaptação a um novo contexto sociocultural e laboral. Além disso, pretendemos identificar propostas de abordagem da problemática saúde e migração no âmbito da formação inicial de enfermeiros. Assim, este estudo, de natureza descritiva e exploratória, poderá ser crucial para conhecer e aprofundar uma área pouco investigada. Poderá sensibilizar os atuais ou futuros enfermeiros para uma realidade migratória que, porventura, irão vivenciar, e contribuir para ganhos em saúde em contexto de diversidade cultural nas sociedades europeias. Pode também apoiar outros investigadores na conceção de estudos qualitativos para entender as questões da saúde e de bem-estar de profissionais de saúde qualificados portugueses em situação migratória.

Palavras-Chave: Migração; Enfermeiros; Stress; Coping; Saúde.

Comportamento Inovador nas Startup's: Estudo Empírico

Marisa LEAL

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Carmen LEAL

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Rui SILVA

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Considerando-se o modelo SECI, o qual enfatiza uma conceção moderna de gestão do conhecimento com ênfase na natureza subjetiva e na relatividade do conceito de conhecimento (Bartolacci et al., 2016), o objetivo principal deste estudo prende-se com perceber qual a importância do comportamento inovador nas startup's. O método adotado foi o método quantitativo, tendo-se realizado um estudo descritivo-correlacional no qual participaram 261 indivíduos. O instrumento de recolha de dados utilizado foi o questionário e a técnica de análise dos dados foi a análise estatística com recurso ao software SPSS. Os resultados obtidos demonstram que, das quatro dimensões do modelo SECI, apenas três exercem uma influência positiva sobre o comportamento inovador: a externalização, seguida da combinação e, por fim, a internalização. Assim, conclui-se que no caso das startup's, e tendo em conta os resultados obtidos neste estudo, apenas três das quatro dimensões do modelo SECI têm um impacto positivo sobre o comportamento inovador, corroborando-se três das hipóteses formuladas e rejeitando-se a hipótese de que a socialização influencia o comportamento inovador. As limitações deste estudo passam pelo facto de apenas contemplar a influência do comportamento inovador nas startup's podendo contemplar outros fatores como o desempenho organizacional. Como proposta para investigação futura, sugere-se a realização de estudos que contemplem outros fatores, como por exemplo o desempenho organizacional, que possam exercer influência nas startup's e que contribuam para a criação de conhecimento organizacional. Em termos de contribuição e implicações do estudo, entende-se que este estudo destaca a importância que o modelo SECI tem na compreensão do conhecimento gerado pelas empresas/organizações, em particular, das startup's, do que estas fazem com o conhecimento gerado por si próprias e como é que a partir do conhecimento adquirido e do conhecimento gerado, estas podem gerar novo conhecimento e qual se pode traduzir em novas soluções, estratégias e comportamentos. Além disso, o estudo pode ser um guia orientador para estas empresas, na medida em que realça o contributo de cada uma das dimensões do modelo SECI no comportamento inovador das mesmas, auxiliando-nos a perceber como é que o conhecimento criado por elas próprias pode ser aproveitado e partilhado, dando origem a um novo conhecimento.

Palavras-chave: Comportamento Inovador; Startup's; Teoria do Capital Social; Teoria da Co-Incubação; Modelo SECI.

SESSÃO 2: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 1

Financeirização, Fragmentação Socioespacial e Consumo: uma Abordagem a Partir da Área Metropolitana do Porto, Portugal

Jovenildo RODRIGUES

Universidade Federal do Pará, Brasil

Rodrigo MACHADO

CEGOT, Universidade de Coimbra, Portugal

As duas primeiras décadas do século XXI constituem momentos de intensas transformações na Área Metropolitana do Porto (AMP), como resultado e condição de novas dinâmicas económicas, políticas sociais e culturais. Neste contexto, a respetiva Área Metropolitana passou por intensa expansão do seu tecido metropolitano, recomposição das formas de usos do solo, renovação do centro histórico, ordenamento territorial urbano, reconfiguração de áreas suburbanas, expansão do capital imobiliário, enquanto parte de novas estratégias de agentes económicos e sujeitos sociais, conformando-se a partir da coexistência de um mosaico de processos (reestruturação, dispersão, fragmentação e multipolarização, periferização). Dentro dessa perspetiva, o avanço do processo de financeirização em diversas escalas da área Metropolitana e em níveis da vida cotidiana, contribuíram significativamente para a fragmentação socioespacial, para a constituição de novos centros, novas centralidades urbanas, gentrificação de áreas do centro histórico, ampliando diferenciações socioespaciais, do ponto de vista da acessibilidade às condições de serviços urbanos essenciais, na escala da Metrópole Porto. Como expressões de tais processos podemos identificar a expansão do capital retalhista, a intensa elevação do preço do solo urbano tanto em áreas centrais, quanto em espaços periféricos da referida metrópole. O objetivo do referido artigo consiste em analisar como a financeirização interferiu na fragmentação socio-espacial do ponto de vista do consumo e serviços urbanos na Área Metropolitana do Porto, no início do século XXI. De um ponto de vista metodológico, realizaremos levantamento e análise bibliográfica e documental, acionando dados quantitativos e qualitativos sobre a temática abordada. A produção cartográfica também terá relevância no processo de pesquisa posto que este instrumental possibilitou interpretações acerca das lógicas e estratégias de localização de agentes no contexto das dinâmicas urbanas metropolitanas. Também fizemos uso de observações sistemáticas qualitativas. Os resultados da pesquisa permitem evidenciar que o processo de financeirização urbana vem interferindo significativamente na fragmentação socioespacial da Área Metropolitana do Porto, contribuindo para diferenciações e desigualdades no acesso ao consumo de habitacional e serviços essenciais aos moradores da cidade.

Palavras-Chave: Financeirização; Fragmentação; Consumo, Porto.

Urbanismo: Reflexão Para um Futuro de Ação Imediato

Martinho Rafael AUGUSTO

GIPP, Lda., Portugal

O propósito do presente resumo é demonstrar, através da bibliografia e experiência profissional, o que se perspetiva na prática do urbanismo a nível internacional e nacional.

A intenção de encontrar soluções para um ato complexo, como é o de planear, motiva a pesquisa e análise das boas práticas em diferentes cenários, como os que vivemos na atualidade de: pós-pandemia, sob pressão na oferta de habitação, *stress* climático ou de reorganização das cadeias de valor em contextos de guerra.

Apesar disso, é um exercício dinâmico face à evolução do conhecimento do *modus operandi* de como organizar o Território e as múltiplas respostas do urbanismo.

A COVID-19 ocorreu num período em que se vivia um autêntico frenesim na rotina diplomática e empresarial, assente em Londres, Nova Iorque ou Dubai; na velocidade de comunicação física e virtual; nos interesses políticos na busca do sucesso com as opções assumidas; e, por fim, nos proveitos que se retiraram da globalização, com a especialização dos territórios em variados setores económicos (Sudjic, 2017).

Apesar disso, a vida das cidades é um “jogo de cintura” contínuo entre múltiplos agentes, atendendo ao facto deste ser um espaço escasso e onde a localização central é um desejo, sendo por isso apelidadas as “locomotivas” das Nações (Detter & Fölster, 2018).

Nesta lógica de concentração/benefício, assiste-se à necessidade de encontrar no urbanismo soluções capazes de incrementar valor na sequência da pressão exercida por esse “jogo”. Tal motivou, num sistema neoliberal, desenvolvimentos nunca antes vistos em diferentes mercados, como o imobiliário ou o tecnológico.

Contudo, os problemas ao nível dos transportes, da habitação e das alterações climáticas ganham ênfase e motivam uma resposta multinível, que conforme a escala podem ter múltiplas respostas.

As respostas macro – operações de conjunto que influenciam o *modus vivendi* e a atratividade das urbes passando por exemplos como (baseado em Detter & Fölster, 2018; Katz & Bradley, 2013):

Singapura - através do fundo financeiro estatal Temasek, tem/teve a oportunidade de estruturar e financiar ações que promoviam/promovem mais-valias territoriais. Por exemplo, 80%-90% dos residentes de Singapura habitam num regime de habitação promovida pelo fundo;

Copenhaga e Hamburgo - através da By og Havn I/S e a HafenCity (ambas empresas municipais), respetivamente, tiveram a promoção e a regeneração urbana das suas áreas portuárias;

Estocolmo - através da Stockholm Stadshus AB (empresa municipal) intervém-se diretamente na habitação da cidade, sendo arrendatária, promotora e intermediária do parque habitacional através de um regime de parceria público-privada. Em termos de respostas micro – operações que influenciam os espaços onde nós habitamos e trabalhamos podem ser avançados como exemplos (WEF, 2020):

Digitalização do território;

Ascensão de aplicações como a Building Information Modelling (ferramenta de otimização do processo de construção);

Prefabricação e standardização dos processos construtivos;

Sustentabilidade com as coberturas verdes, a otimização do sistema de infraestruturas e a reutilização de materiais de construção.

Todas as respostas referidas vão depender da multidisciplinaridade do planeamento, onde a valência tecnológica e a fiscalidade ganham relevância, a par do digital e dos momentos de participação pública monitorizarem e ajudarem a construir um urbanismo cada vez mais flexível e adaptado a múltiplas circunstâncias.

Palavras-Chave: Urbanismo; Futuro; Respostas.

Referência Bibliográficas:

Katz, B. & Bradley, J. (2013), *The Metropolitan Revolution*. Brookings Institution Press. Washington, D.C.

Sudjic, D. (2017), *The Language of Cities*. Penguin Books. Milton Keynes.

Detter, D., & Fölster, S. (2018), *The Public Wealth of Cities*. Brookings Institution Press. Washington, D.C.

WEF (2020), Here's how smart construction could transform home-building after COVID-19. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/08/here-s-how-smart-construction-could-transform-home-building-after-covid-19/> [Acedido a 20 de março de 2023]

Designing a Place-Based Territorial Intelligence Framework to Support Regional Development

Lívia MADUREIRA

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Ricardo BENTO

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Octávio SACRAMENTO

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Carla MARQUES

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Luís RAMOS

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Shrinking in Portuguese rural regions is a “legacy” of long term persistent depopulation. However in the last 20 years depopulation, resulting from aging, low fertility rates and out-migration, extended from the predominantly rural areas through the small and medium-sized towns (SMESTO). Hence, currently there is a growing geography of shrinking regions in Portugal, commonly called the “low density inland territories”. Shrinking is spreading across Europe, namely in many regions of the East and South Europe. This “silent” demographic transition – also very present in contexts outside Europe (e.g. Japan) – is acknowledged by the European territorial cohesion policies, which nevertheless persists on its urban centric development pattern. Successful cases of demographical reversion anchored on in-migration and placebased smart development strategies exist. However, it’s replication and upscaling are incipient.

Given that large portion of the European territory (around 40%) facing shrinking and it’s severity in countries like Portugal and Spain, the problem hasn’t been so far elected a European level societal challenge. The focus of the European territorial cohesion policy on fighting economic lagging, namely by investing on the place-based intelligent development through the regional smart specialisation strategies (RIS3), fails to understand the pervasiveness nature of the shrinking trends and how it undermine the investment on smart green transition and risks to aggravated divergence instead of territorial converge and cohesion.

Risks of policy-failure despite the strong evidence-based policy character of the European territorial cohesion policy, highlights that is needed to acknowledge societal challenges driving territorial cohesion policy and that these can differ or vary from global European societal challenges. Regions need to develop and put in place 'place-based territorial intelligence (TI) frameworks build on two pillars: (1) Generate, integrate and make accessible data-driven knowledge hub enabling to identify patterns, trends and dynamics at sub-regional, comprising LAU1 and LAU2 levels; (2) Mapping, connecting and empowering place-based social capital. To enable scaling-up shrinking reversion strategies, comprising different degrees and patterns, place-based TI frameworks need to be connected. Identify and strength the best-fit territorial connectivity patterns and dynamics could be a game changer.

The main goal of this paper is introducing a conceptual framework developing the concept of TI by better integrating collective territorial intelligence with usable data-driven knowledge by local actors. Merging different types of knowledge and contextualising science-driven data entails developing transdisciplinary knowledge co-creation tools, strategies and practices adopting problem-solving and designing "transition paths" settings, such as multi-actor living lab approaches coupled with holistic well-being measurement approaches.

Keywords: Place-based development; Territorial Intelligence; Low density regions; Shrinking territories; Smart development

Financiamento: Fundos nacionais inscritos no orçamento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020 e UIDP/04011/2020.

SESSÃO 3: EDUCAÇÃO E ENSINO 1

Normative Reading and Didactic Section to Localize the Place and Role of Posters in Geography and Economics Training in the Bulgarian School (ONLINE)

Stella DERMENDZHIEVA

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Tamara DRAGANOVA

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

The new modernity of the competence approach in training and lifelong learning is massively popularized mostly in the educational system, developed at a complex-active level and in combination with other approaches such as - interdisciplinary, reflexive, constructivist, activity-oriented, person-oriented, systemic, innovative, problematic, projectresearch, multicultural, etc. All approaches are interconnected and interpenetrating, interactive, and multi-functionally dependent in the training process. If the approach represents a principle of action, then every activity is based on a given principle, and the implementation of the principles is carried out through approaches. The implementation and application of the approaches are done through different methods, which are united in groups and with a common goal, hierarchical structure and tools form the foundations of technology in the training.

In the new educational conditions, there is an added specificity, in line with global educational trends and educational strategies, where the educational perspective is also placed on the study, interpretation, and presentation of information from different sources in order to form skills. Undoubtedly, the normative framework has been extended beyond specific geographical skills, being extended in the context of ICT, the requirements of the information society, and digital transformations.

The situational analysis of the geography and economics curricula in general preparation reveals the place and the scheduled expected results with a requirement to present geographic information only through a poster in school geography.

The content analysis for the application of the posters in geography and economics covers competencies as expected training results according to the curricula for general education (grades V - X) and profiled preparation (grades XI - XII) in the Bulgarian school - characterization and presentation through a poster of a geographical object, process or phenomenon.

The overall structural model of application of the expected poster presentation result in terms of geographical objects, processes, and phenomena is as follows: $8=[3(VI)+4(VII)]+[1*(X)]+[1(XI)]$.

Keywords: geography and economy, poster, curricula, geographical information

Beyond the Reflective Teacher Education Model: Challenges and Perspectives

Paulo SANTOS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

In the last four decades, scientific inquiry on teacher education has been profoundly influenced by the work of Donald Schön. This author criticized technical rationalism because it assumes a positivist conceptual perspective that stresses the centrality of knowledge obtained through objective scientific methods. In the sphere of teacher education and professional practice, this approach emphasizes the application of instructional methods based on theories and techniques derived from basic and applied science without taking into consideration the specificity and complexity of real-life situations. Inspired by John Dewey, he proposed the reflective model as an alternative, in which the knowledge of professionals, such as teachers, emerges from reflection on action and reflection in action. It is an expertise that is rooted in an epistemology of practice, akin to creative, artistic, and tacit dimensions that are not linked to rational processes. This type of competence can be difficult to articulate rationally and it is often mobilized in situations of unpredictability, uncertainty, and uniqueness for which there are no clear-cut theoretical solutions. The reflective model of teacher education has been challenged from several points of view. Some authors have argued that the distinction between technical rationality and reflective practice is a false dichotomy and that a more nuanced view is required. We will argue that using scientific knowledge to inform professional practices, namely in the sphere of teaching, should be seen as a process of appropriation, instead of application. This conceptual shift does not compromise the teacher's autonomy or demean knowledge obtained through reflection on the experience. More recently, there has been a growing body of knowledge in several scientific fields, such as neuroscience and cognitive psychology, which has the potential to be applied to educational settings. Understanding this information could inspire teachers to develop teaching methods adapted to the specific challenges they face in classrooms. We contend that this approach could potentially improve their repertoire of strategies and promote more meaningful learning by students. Furthermore, reflection on these educational procedures and their application can foster more basic and applied research rooted in the experience of practitioners in the field, to the mutual advantage of the scientific and educational domains.

Keywords: teacher education, reflective model, knowledge appropriation

O Ensino Profissional: um Processo de Ensino-Aprendizagem Personalizado

Sílvia OLIVEIRA

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Laura SOARES

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

O ensino profissional tem vindo a ganhar uma forte expressão nos últimos anos. Os cursos do ensino profissional destacam-se pela oferta formativa que responde às necessidades do mercado de trabalho local e regional, o que vai facilitar, posteriormente, a entrada dos jovens no mesmo. Desta forma, os cursos profissionais que oferecem equivalência ao décimo segundo ano, garantem uma qualificação do nível IV dentro do Quadro Nacional de Qualificações, enquanto o ensino regular apenas oferece uma qualificação do nível III. Esta qualificação de nível IV deve-se à dupla certificação que é garantida a todos os alunos que terminam com sucesso o curso profissional: uma qualificação de carácter académico (equivalência ao ensino secundário) e profissional (estágio). Sendo o ensino profissional constituído por uma vertente mais prática e ser conhecido por apresentar um processo de ensino-aprendizagem mais flexível, torna-se elementar compreender as diferentes estratégias, metodologias e recursos que são utilizados ao longo deste processo. Com este estudo pretendemos dar a conhecer os discursos e as práticas destes professores perante as atuais normativas

dimanadas neste estabelecimento escolar. Começamos por explorar um dos instrumentos mais utilizados em sala de aula, tanto pelos alunos como pelos docentes, nos mais variados momentos do percurso académico: o manual escolar, aquele que é o recurso imprescindível na grande maioria das salas de aula do nosso país. Apesar do desenvolvimento das TIC, o manual escolar continua a ser o recurso didático mais empregue pelos professores dado o seu vasto leque de utilizações. Contudo, à medida que o tempo passa, as TIC tornam-se cada vez mais importantes e ganham território na área do ensino-aprendizagem, dada a sua integração neste mesmo processo por parte dos docentes, mas também dos discentes que são, cada vez mais, dependentes das novas tecnologias, nomeadamente para os estudos. Os alunos do profissional, tendo um processo de ensino-aprendizagem mais flexível e inovador que o ensino regular, recorrem a recursos um pouco diferentes, dos quais se destacam o telemóvel, o tablet e o computador. As novas tecnologias permitem que as aulas sejam mais dinâmicas, mas também lhes oferece uma autonomia que seria impensável se estivessem a frequentar o ensino regular. Assim sendo, os professores que lecionam ao profissional recorrem a metodologias direcionadas e personalizadas, tendo em conta os diferentes tipos de alunos que se encontram na sala de aula, permitindo-lhes desenvolver as capacidades esperadas para um determinado nível de ensino, ao mesmo tempo que é respeitado o ritmo de trabalho de cada um. Mas como se orientam os alunos do profissional quando os seus professores não adotam manuais escolares? Como vão estudar ou adquirir as competências esperadas quando a escola que frequentam proíbe a utilização do telemóvel ou não disponibiliza a palavra-passe da internet para que possam utilizar o computador? A fim de respondermos a estas questões apostamos numa investigação mais qualitativa baseada nas entrevistas semi-diretivas a professores do ensino profissional, bem como a um grupo de docentes do ensino regular de uma Escola Técnica e Profissional. Com estas entrevistas, realizadas num ambiente descontraído e informal, pretendemos que a pessoa que está a ser entrevistada se sinta confortável e fale abertamente sem sentir que estão a ser impostos condicionais por parte do entrevistador. Mas como se orientam os alunos do profissional quando os seus professores não adotam manuais escolares? Como vão estudar ou adquirir as competências esperadas quando a escola que frequentam proíbe a utilização do telemóvel ou não disponibiliza a palavra-passe da internet para que possam utilizar o computador? A fim de respondermos a estas questões foram realizados questionários a professores do ensino regular e profissional. Face ao objetivo exploratório do presente trabalho, a amostra foi escolhida por conveniência e engloba professores do ensino privado e público de vários municípios.

Palavras-Chave: Manual Escolar, TIC, Ensino profissional, Ensino Regular, Processo de Aprendizagem

Scientific-Normative Specifics of Grouping Countries in Geography and Economics Training - Deterministic Didactic-Synergistic Interpretation and Digital Models Through Mapchart (ONLINE)

Stella DERMENDZHIEVA

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Tamara DRAGANOVA

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Studying the continents, regions, and countries of the world is the most enduring course of study in school geography along with the home country course. In the history of the development of geographical science and the methodology of training geography, the problems of classifying, grouping, and categorizing countries in the world have been studied in depth by many scientists and methodologists. In the noosphere and times of digital transformations, the diversity of criteria and indicators for the division of continents, regions, and countries is increasing.

Every country in the world has specific features and characteristics that predetermine the similarities and differences between individual countries at the continent and regional levels, which makes it possible to classify and group them. Appropriate indicators are needed to characterize the countries according to a given criterion, but with the clear distinction that countries are classified by the criteria and grouped by the indicators.

State educational standards and curricula for junior high school stage, first and second high school stages were studied, and the indicators and signs in the grouping of the countries were normatively followed. The place and role, the content, and the requirements for the activity of the action-grouping in the normative framework, which is also present in the activities for the acquisition of the key competencies related to the 9 groups of key competencies, have been studied. In the curricula of geography and economics for general education and profiled preparation, the overall conceptual framework of regionalization and the geography of society has been transformed with clearly perceptible normative requirements for grouping countries according to clearly defined indicators - geographical location, area, number of populations, and form of government.

In the overall didactic cycle for grouping the countries in the school geography in Bulgaria, specific competencies are required on the part of the teachers to realize the expected results through a different form and manner, modern training methods and techniques, various didactic means, and resources. An electronic resource that has a universal and simplified interface and a large number of operational possibilities, through which geographical maps can be created for the didactic purposes of school geography, is MapChart.

MapChart is an electronic platform for online work that has unlimited possibilities for implementing countries grouped by various indicators. Each teacher can create an unlimited number of authors' geographical maps, as well as save them and create their own gallery, and also import the maps in presentations, posters, text, etc. With MapChart, every teacher and student can create their own personalized geographic map.

Keywords: geography and economy, countries, grouping countries, digital competence, *MapChart*

Abordagem Bibliométrica do Turismo Criativo no Período 2002-2022

Cátia FARIA

Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal

Paula REMOALDO

Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal

Juliana Araújo ALVES

Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal

Foi no início dos anos 2000 que Richards e Raymond definiram o Turismo Criativo como o segmento de turismo que oferece aos visitantes/turistas a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo. Este é um dos conceitos mais utilizados por quem aborda este tema e que tem como palavras-chave: o desenvolvimento criativo pessoal, o aumento do envolvimento entre os visitantes e seus anfitriões, permitindo que os visitantes e a comunidade local se envolvam em atividades de cocriação e associando as atividades criativas ao destino que as desenvolveu. A culinária, o artesanato, entre outras atividades podem ser a base do Turismo Criativo (Smith, 2009), mas que têm de estar ligadas ao destino onde se desenvolvem para serem consideradas no âmbito do Turismo Criativo (Richards & Wilson, 2006, 2007). O principal objetivo da presente comunicação é realizar uma análise bibliométrica do Turismo Criativo à escala internacional e reportando-se ao período de 2002 a 2022. Foi usada a base de dados SCOPUS, tendo sido usada a Palavras-Chave "Creative Tourism". No total, para o período de 2002 a 2022, foram analisados 356 documentos sobre este segmento de turismo.

Do ponto de vista metodológico, foi criada uma base de dados em Microsoft Excel 2010 com 12 categorias: citação, nome da publicação, tipo de publicação, ano, tema, técnica de pesquisa, estudo empírico, tipo de estudo, técnica de análise, amplitude geográfica, conclusões e observações. Do total de 356 documentos encontrados no período de 2002 a 2022, foram identificados 16 artigos repetidos na base SCOPUS e 43 que não foram encontrados impossibilitando que as autoras pudessem realizar uma análise mais profunda. Neste sentido, a análise baseou-se em 297 documentos identificados na base mencionada. O tratamento estatístico dos dados foi realizado com recurso ao software estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences). O programa NVivo foi utilizado para a seleção de palavras-chave e a análise de frequência dos dados dos artigos.

Apesar de já existirem registos de estudos de abordagem bibliométrica sobre o Turismo Criativo, o presente estudo constituiu a primeira tentativa de análise deste segmento em termos mais gerais, uma vez que os estudos desenvolvidos até ao momento centraram-se, na sua grande maioria, na influência deste segmento no desenvolvimento local e regional. Os resultados demonstram que, apesar do conceito de Turismo Criativo ter surgido no início dos anos 2000, foi somente dois anos depois, em 2002, que o primeiro artigo sobre o tema foi publicado na base de dados SCOPUS. Outro resultado relevante prende-se com o facto de que, uma percentagem significativa dos artigos analisados, utilizam o termo Turismo Criativo para se referirem a outros segmentos do setor do turismo, nomeadamente o Turismo Sustentável, demonstrando que o termo tem sido utilizado para se reportar a outros segmentos que não comportam a componente criativa e de cocriação.

Palavras-Chave: Estudo bibliométrico; Turismo Criativo; Amplitude geográfica; Técnicas de pesquisa

SESSÃO 4: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1

Future Perspectives of Offshore Renewable Energy in the Portuguese Maritime Space: Challenges and Opportunities

Inês MACHADO

WavEC - Offshore Renewables, Portugal

A necessidade de alcançar a neutralidade carbónica estabelecida pela Comissão Europeia (EU), juntamente com a atual crise geopolítica e a consequente preocupação com a segurança energética nacional, tem acelerado a necessidade de instalação de energias renováveis no território nacional (RePowerEU - REGULAMENTO (UE) 2023/435). Neste enquadramento, o governo português anunciou a abertura de um leilão de 10GW de energias renováveis offshore no espaço marítimo português, já bastante concorrido.

A alocação de espaço marítimo para esta atividade prevê a ocupação de 3.393,44 km² de espaço marítimo nacional (3.202,9 km² correspondentes a áreas situadas em profundidades entre cerca de 75 m e cerca de 200 m e 190,54 km² de áreas situadas a profundidades máximas de 50 m). Nesse âmbito, prevêem-se vários obstáculos e oportunidades. Possíveis origens de conflito de dimensão considerável serão a disputa com outras atividades económicas existentes no espaço marítimo, nomeadamente a pesca, áreas marinhas protegidas e a navegação. Adicionalmente, prevêem-se dificuldades no acesso às estruturas de logística existentes, e na capacidade de resposta da cadeia de valor e/ou abastecimento nacional.

Por outro lado, são expectáveis oportunidades de desenvolvimento industrial sem precedentes, principalmente focadas no eólico offshore flutuante, setor onde existem diversas oportunidades de Investigação & Desenvolvimento, dado o desenvolvimento comercial prematuro desta tecnologia.

O presente trabalho tem como objetivo abordar os principais conflitos espaciais que poderão advir da alocação do espaço marítimo a este novo e emergente setor. Nesse sentido, serão analisados os possíveis impactos no setor da pesca através da análise espacial da sobreposição das áreas propostas para o setor eólico offshore sobre as principais zonas de pesca na costa portuguesa através de dados de AIS disponíveis em Bases de Dados nacionais e internacionais (e.g., EMODNet, Global Fishing Watch). A análise permitiu identificar a extensão da área sobreposta, a intensidade da atividade pesqueira e os impactos económicos e sociais esperados no setor da pesca.

Os resultados fornecem informações importantes para abordar essa problemática com um setor tradicional e histórico nacional que terá que coexistir com um novo setor emergente no espaço marítimo português. Além disso, é possível identificar oportunidades de desenvolvimento industrial sem precedentes, principalmente focadas no eólico offshore flutuante, que apresenta menores impactos ambientais em comparação com o eólico fixo offshore.

Palavras-chave: transição energética, leilão eólico offshore, espaço marítimo português, oportunidades, desafios

Referências Bibliográficas:

REGULAMENTO (UE) 2023/435 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de fevereiro de 2023 que altera o Regulamento (UE) 2021/241 no que diz respeito aos capítulos REPowerEU dos planos de recuperação e resiliência e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1303/2013, (UE) 2021/1060 e (UE) 2021/1755 e a Diretiva 2003/87/CE

O Meio Ambiente na Legislação Mineral Brasileira de 1934 a 1988

Lucio Carramillo CAETANO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Cefas Dutra FARINA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Fernandes MOTHÉ FILHO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco José da SILVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

O modelo metodológico utilizado neste trabalho decorre da realização de uma pesquisa bibliográfica na legislação mineral brasileira na esfera Federal ao longo da história da República, elencando Leis, Decretos, regulamentos, portarias e resoluções desde 1934, até 1988.

Desde o Primeiro Código de Minas do Brasil, decreto nº 24.642, que entrou em vigor em junho de 1934, a Legislação Mineral Brasileira já estabelecia medidas que deveriam ser seguidas pelas mineradoras, afim de promover a proteção do meio ambiente. Neste período, os ideais de sustentabilidade eram ainda tímidos, não sendo muito difundidos perante a sociedade, porém, mesmo assim, as questões ambientais estavam presentes neste Código, nos artigos 67 e 72, onde eram estabelecidos os cuidados que deveriam ser tomados para evitar que fossem contaminados e poluídos o ar, as águas e os solos. Inclusivamente, o Decreto-Lei nº 66 de 1.937, já exigia a elaboração de um plano de boa utilização da mina, que deveria ser apresentado aos órgãos responsáveis e executado de forma que a mina fosse aproveitada de maneira consciente.

Em 1940, foi publicado o Decreto-Lei nº 1.985, o novo código de minas, que trouxe ainda mais avanços ambientais, como a proibição de que a lavra fosse realizada de forma que impossibilitasse o uso futuro da mina, chamada de lavra ambiciosa. A preocupação com os recursos hídricos foi ampliada proporcionando a proteção aos corpos d'água contra a poluição gerada em consequência das atividades de mineração, além do estabelecimento de que as jazidas de água mineral deveriam ser protegidas e conservadas. Em 1945 estas medidas passaram por mais um salto na sustentabilidade com a criação do Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841), que regulamentou o aproveitamento econômico das fontes de águas minerais e potáveis de mesa determinando, inclusive, a definição, por parte do minerador, de um perímetro de proteção dessas fontes.

No ano de 1967 foi criado o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227), que exerceu o papel da principal base legal da gestão da mineração brasileira, e que não sofreu mudanças em questões ambientais por várias décadas, ou seja, até a entrada em vigor de um novo regulamento, em 2017. Este Código, juntamente com o seu respetivo regulamento (Decreto nº 62.934/1968), definiu uma série de sanções administrativas, como multas e cassação do título de concessão de lavra para os empreendimentos que causassem impactos ao meio ambiente. Foram também reeditados alguns trechos dos códigos de minas anteriores, a fim de permitir melhor interpretação jurídica. Um exemplo é a definição mais clara de lavra ambiciosa, que na época, caso fosse praticada, acarretaria além da perda do título de concessão mineral, uma multa de 50 salários mínimos, a multa de maior valor prevista no Regulamento. Nos casos em que houvesse a poluição do ar e da água por consequência da atividade de mineração, ou que fosse ignorada a proteção das fontes de água mineral, o infrator estava sujeito a multa de 10 salários mínimos. No Código de Mineração havia também a preocupação de impedir o abandono da mina sem sua correta recuperação, que seria interpretado como um passivo ambiental. Nestes casos, o titular da concessão de lavra poderia ter o seu título cassado e a área tornar-se-ia disponível a outros interessados.

Palavras-chave: Mineração no Brasil; Meio Ambiente; Legislação Mineral Brasileira

O Meio Ambiente na Legislação Mineral Brasileira de 1988 A 2017

Cefas Dutra FARINA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Lucio Carramillo CAETANO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco José da SILVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Fernandes MOTHÉ FILHO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

O modelo metodológico utilizado neste trabalho foi a realização de uma pesquisa bibliográfica da legislação mineral brasileira, na esfera Federal, ao longo da história da República, elencando Leis, Decretos, regulamentos, portarias e resoluções desde 1988, até 2017.

A partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira (CF), de 1988, a preservação do meio ambiente assumiu um papel de elevada importância na legislação brasileira, e o principal exemplo é o artigo 225 da CF, no qual este conceito está explícito em todo o seu teor. Alguns pontos podem ser destacados, como por exemplo, a responsabilização do

explorador de recursos minerais pela reparação dos danos ambientais gerados em decorrência de suas atividades. É determinado também que, ao executar essa reparação, os responsáveis não se eximem de sofrerem sanções tanto administrativas quanto penais, podendo recair tanto sobre a pessoa jurídica, quanto sobre a pessoa física.

Por seu turno, a Portaria nº 231, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, publicada em 1998, regulamentou o Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/1945), e descreve, de forma detalhada, os critérios para o estabelecimento do perímetro de proteção das fontes de água mineral, termal ou potável de mesa. Devem ser mapeadas e identificadas as possíveis fontes de contaminação da água, a fim de se estabelecer um grau de vulnerabilidade para aquela jazida, levando em consideração os usos que são feitos dos recursos hídricos no entorno. No DNPM publicou-se a Portaria nº 237 de 2001 que traz uma série de Normas Reguladoras da Mineração, entre elas, a que trata sobre o Plano de Fechamento de Mina (PFM). Efetivamente, versa sobre a recuperação ambiental da área minerada após o encerramento das atividades, e também em casos de suspensão e retomada das atividades. O PFM exige que sejam feitos levantamentos que englobem os meios biológico, físico e antrópico, na área sob influência da mina, e que sejam monitoradas continuamente a poluição do ar e da água, além da criação de planos de controle de poluição para o solo, o ar e os recursos hídricos. A portaria 237/2001 determina também que, para o encerramento das atividades de lavra, é necessário que seja feita a reabilitação topográfica e paisagística da área, com a estabilização de taludes e a redução dos impactos visuais, inclusive concretizando um reflorestamento, além do levantamento das aptidões de uso futuro do local. Esta reabilitação deve ocorrer não somente nas áreas mineradas, mas também naquelas utilizadas para pesquisas e levantamentos geológicos e nas que tenham sofrido algum tipo de impacto das atividades de mineração, sendo levados em consideração tanto fatores bióticos quanto abióticos. É necessário também que se apresente um relatório financeiro, que comprove a capacidade da empresa em custear a execução dos trabalhos de recuperação, o que reduz a possibilidade de alguma companhia alegar incapacidade financeira, em virtude de não estar mais realizando o aproveitamento econômico da jazida.

Palavras-chave: Mineração no Brasil; Meio Ambiente; Legislação Mineral Brasileira

Os Avanços da Legislação Mineral Brasileira no Trato com o Meio Ambiente a Partir de 2017 com a Criação da Agência Nacional de Mineração

Cefas Dutra FARINA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Lucio Carramillo CAETANO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Francisco José da SILVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Fernandes MOTHÉ FILHO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

O modelo metodológico utilizado neste trabalho baseou-se na realização de uma pesquisa bibliográfica da legislação mineral brasileira, na esfera Federal, ao longo da história da República, elencando Leis, Decretos, regulamentos, portarias e resoluções desde 2017 até 2022.

Em 26 de dezembro de 2017 entrou em vigor a Lei Federal nº 13.575, que criou a Agência Nacional de Mineração – ANM e extinguiu o Departamento Nacional de Mineração – DNPM. A partir deste momento, entraram em vigor outros cinco instrumentos legais do governo federal, entre Decretos, Leis, e Portarias, que estabeleceram profundas mudanças na legislação mineral do Brasil, produzindo significativas mudanças em relação à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos minerais. Ao elevar o órgão responsável pela gestão da mineração no Brasil de Departamento (DNPM) para Agência (ANM), esta Lei atribuiu maior autonomia ao Órgão que autoriza e fiscaliza as atividades de pesquisa e lavra de minerais no Brasil. Esta mesma Lei determinou que a ANM, deve trabalhar de forma conjunta com os órgãos ambientais, a fim de garantir o cumprimento das legislações ambientais e de mineração.

Já em 2018, foi publicado o Decreto nº 9.406, conhecido como Novo Regulamento do Código de Mineração, que atualizou o antigo texto em vigor desde 1968. Um dos principais avanços deste Regulamento é determinar ao minerador a obrigatoriedade da recuperação do meio ambiente após o exercício da atividade de mineração, além de exigir a introdução de um projeto de recuperação ambiental no Plano de Fechamento de Mina. Este Decreto, passa, também, a estimular as mineradoras a implantar o aproveitamento econômico dos rejeitos do minério, o que diminui, de forma considerável, o passivo ambiental proveniente da mineração.

Por seu turno, o Código de Mineração Brasileiro, publicado em 1967, sofreu também mudanças significativas na área ambiental, todavia, apenas em 2020, quando entrou em vigor a Lei 14.066, trouxe importantes revisões do texto original, como o estabelecimento de multas que podem atingir valores equivalentes, em 01/2023, a cento e oitenta milhões de euros (EUR 180.000.000,00), de acordo com a gravidade. Ocorreram, também, grandes avanços em questões relacionadas com as “barragens de rejeitos”, e os impactos à população e ao meio ambiente, como o vazamento ou rompimentos de barragens. Em 2020, foi também criado o conceito de desastre ambiental, sendo estabelecidas punições tanto para a pessoa física, quanto para a pessoa jurídica, sem distinção de dolo ou culpa (se houve ou não intenção por parte do responsável em realizar a ação ilegal).

Já a Resolução nº 68, editada pela ANM em 2021, aprofundou de maneira expressiva os critérios que devem ser levados em consideração no momento da recuperação ambiental. Abrange critérios morfológicos, geomecânicos, químicos e termodinâmicos em toda a área sob impacto das atividades de mineração, pois estes devem ser avaliados e recuperados. Em relação às barragens, estas devem ser descaracterizadas sempre que possível, e quando houver impossibilidade técnica, o monitoramento contínuo deve ser mantido, mesmo após a conclusão total dos trabalhos de fechamento da mina.

Por fim, o Decreto nº10.965/2022 traz uma revisão do cálculo dos valores das multas, que passam a levar em consideração fatores como a existência de antecedentes, o nível de gravidade, e a capacidade financeira do infrator, mantendo o titular da concessão de lavra como responsável pela área, até que o relatório final do plano de fechamento de mina seja aprovado, tanto pela ANM quanto pelos órgãos ambientais.

Palavras-chave: Mineração no Brasil; Meio Ambiente; Legislação Mineral Brasileira de 2017 a 2022

MESA REDONDA - Anfiteatro 2

Águas Marinhas, Águas Fluviais e Lacustres: Constrangimentos e Potencialidades

Coord. Felisbela MARTINS (CEGOT) e Paula REMOALDO (Lab2PT/UM), Portugal

SESSÃO 5: SOCIEDADE E CULTURA 2

Spirits in the Wood: A Relational Socio-Ecology of the Hybrid Brazilian “Wilds”

Scott William HOEFLE

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

In previous presentations at this event I have treated how a relational socio-ecological perspective permits going beyond the unproductive dualism between society and nature often present in conventional secular science and biocentric conservation policy and how this can cause environmental injustice toward poor rural folk in Brazil. This year I want to add the metaphysical dimension of socio-ecology to the society-nature nexus in order to improve our understanding of non-secular worldviews and how they better mediate the relationship between wild animals and humans through the belief in animist beings and extraordinary creatures of the wilds. Curupira (a.k.a. Caipora) is the most common of these creatures in Brazil and belief (and disbelief) in it can be found in most wooded biomes of the country, hence the title of this presentation. I will draw on decades of primary research undertaken interviewing a variety of rural social actors about their beliefs concerning Curupira and other enchanted creatures of the forests and rivers in the Amazon (n=193), the Atlantic Forest (n=82), the Caatinga bush lands (n=156) and the Pantanal wetlands (n=32) biomes concerning the role of this animist spirit as the protector of the wilds from unfettered hunting by people. We will look at how belief in this fabulous being is undermined by deforestation and especially by the teaching of secular biology in school. In formal education students first learn in primary school that Curupira is quaint folklore, i.e., it does not really exist. Then, in secondary and university education, such supernatural entities are held to be beyond the purvey of scientific investigation and indeed are so much superstitious idiocy, all of which plays into urban bias held against rural folk who are considered to be ignorant country bumpkins. In the conclusion a socio-ecological relational research agenda is offered which in the spirit of Descola and Latour shows how we can dialogue with non-scientific worldviews and so achieve a better understanding of ourselves, other human collectives and other beings in general. In today's world plagued by deepening environmental degradation and social inequality provoked by capitalist scientific manipulation of both nature and society, an alternative socio-ecological worldview is direly needed as part of a post-capitalist transition. With this worldview checks and balances are erected

against human ego-centric greed and notions of superiority by incorporating a spiritual dimension involving homo-ecentric environmental ethics that postulate flattened reciprocal relationships between beings in the place of human supremacy and exploitation.

Palavras-Chave: relational socio-ecology, animism & conservation, Brazilian wilds

A Oliveira no Espaço Duriense: Uma Cultura com Tradição a Ser (Re)Valorizada

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Felisbela MARTINS

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Célia FIGUEIRAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Espaço privilegiado, a Região Demarcada do Douro (RDD), patrimonializada pela UNESCO em 2001, ostenta um património diversificado e ímpar, apesar dos obstáculos ao seu desenvolvimento. Para os mitigar, esta paisagem passou a ser encarada numa perspetiva multifuncional, holística, conjugando-se a produção dos vinhos do Douro, com particular destaque para o Vinho do Porto, com a sua comercialização e com o turismo, sem ignorar culturas secundárias, mas impressionantes, como o olival. Ainda assim, alastra o abandono das explorações agrícolas, sobretudo nos espaços menos privilegiados em termos vitícolas, assim como o despovoamento, indissociável, por sua vez, do envelhecimento estrutural da população remanescente dos fluxos migratórios direcionados para as áreas metropolitanas do litoral, ou para o estrangeiro.

Este quadro preocupante ainda se degrada quando ultrapassamos os limites da RDD. Aí, sobretudo nos espaços de transição entre a RDD e o planalto envolvente, protegidos do clima mais agreste, sobressaem já os olivais, num prolongamento dos existentes no espaço vitícola, sobremaneira no Douro Superior. Implantam-se entre 450 e 700 metros de altitude, mas, apesar da melhoria das acessibilidades, também se avolumam os abandonos. É neste enquadramento que, tendo por base uma ampla pesquisa documental e um profícuo trabalho de campo que incluiu a concretização de entrevistas semiestruturadas a entidades responsáveis pelo desenvolvimento local e setorial, para além de associações e olivicultores, que analisamos a evolução e o impacto do olival duriense, prolongando este estudo para os espaços envolventes, dadas as assimetrias existentes.

Na realidade, se no Baixo Corgo, a sub-região vitícola mais ocidental da RDD, apesar de a oliveira ser uma cultura tradicional pois era imprescindível na alimentação, mas também na iluminação, nos rituais religiosos, em usos medicinais e na cosmética, ou ainda como lubrificante doméstico, sempre permaneceu como uma cultura secundária, delimitando apenas os pequenos vinhedos familiares. Em oposição, no Douro Superior, a sub-região mais oriental da RDD, aí a oliveira rivaliza com a amendoeira e a vinha. Por seu lado, quando extravasamos os limites da RDD e nos posicionamos na transição para as terras frias, o olival impõe-se inquestionavelmente na paisagem.

Neste contexto, embora persista o olival centenário, multiplicam-se os projetos subsidiados pela EU que possibilitam a renovação dos antigos, de baixa produtividade, mas proporcionando excelentes azeites e troncos de oliveira que correspondem a autênticas esculturas, um património a preservar e valorizar. Os olivais renovados, por seu lado, permitem uma ampla mecanização. Em simultâneo, despontam inovações, sustentadas ou não pelo cooperativismo, ou por associações recentes que congregam olivicultores de menos de 2 hectares e que apostam não só na inovação, mas também na preservação ambiental, na reciclagem e na rentabilização dos desperdícios. Obviamente, também surgem projetos de capital privado.

Em suma, não é somente a vinha que sustenta projetos inovadores na RDD, já que a oliveira também o permite, como sucede com os subprodutos da azeitona como os caroços e outros resíduos sólidos, que, reaproveitados, possibilitam a produção de bioenergia e de “briquetes” para utilização em lareiras, ou o surgimento de produtos compostos que se impõem no mercado. Lentamente, prepara-se um novo futuro para a RDD e espaços envolventes, onde a tradição e a inovação se conjugam, mas num quadro sustentável e ecológico. Valoriza-se também a complementaridade entre estes dois espaços.

Palavras-Chave: olival duriense, desenvolvimento rural, inovação, cooperativismo

Crises de Crescimento da Cultura Europeia - do Século XV ao Nosso Tempo

António Barros CARDOSO

APHVIN/GEHVID, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A Europa de hoje foi, em grande parte, moldada pela sua cultura, usando o termo no seu sentido mais amplo. Os movimentos culturais que ajudaram a dar forma ao carácter de se ser europeu foram, quase sempre, originados por momentos críticos, que, muito embora provocando sofrimentos, ruturas e desencontros, foram igualmente responsáveis pelo seu avanço no sentido do progresso. Já no plano económico, como no plano da comunicação, foram-se criando condições que favoreceram o multiculturalismo. Cedo se percebeu que a maior produção de riqueza assentava num setor que, sendo primário, era um pilar fundamental da organização económica, a agricultura. Os excedentes, lançaram os mercadores nas estradas e, ao mesmo tempo, alguns caravaneiros e ambulantes, pouco a pouco, foram optando pela sedentarização. Surgiram então novas cidades que começaram a pontuar no espaço europeu e, as mais antigas, renasceram e cresceram de importância. Tomou forma a primeira “Europa das Regiões”.

Já na transição do século XV para o Século XVI, ou seja, no “outono da Idade Média”, a Europa conheceu uma importante “crise” cultural, resultante da descoberta da imprensa. De facto, as mudanças na leitura que o novo mecanismo impôs na sequência da transição da cultura da comunicação oral, imperativa durante toda a Idade Média, para uma cultura da comunicação silenciosa, resultante de uma maior interação entre o leitor e o texto, fez mudar quase tudo. Por outras palavras, antes da descoberta da imprensa, o livro era um produto caro e, por isso, raro, mas, depois de descoberto o mecanismo de Gutenberg, o livro multiplicou-se a um ritmo alucinante quando comparado com a lentidão do labor copista dos monges medievos que, nos seus “scriptoriuns”, demoravam uma eternidade a copiar um livro a partir do exemplar de referência.

De facto, independentemente dos danos colaterais, a Europa procurou sempre um melhor rumo, fundamentado na singularidade dos países que a constituem, a “Europa das Nações” ou das uniões que conseguiu urdir entre os vários países que a compõem, alicerçada nos valores do humanismo, tendo em vista a construção do império político do “bom governo”.

Nesta abordagem, procuramos marcar na linha do tempo algumas “crises” que a Europa foi atravessando e cujos benefícios e danos serviram a construção da nossa “casa comum”. Para tanto, revisitamos autores e as ideias que produziram, que, afinal, em muito acabaram por ajudar a construir a Europa que hoje somos.

Palavras-Chave: cultura europeia, movimentos culturais, Europa

A Região Duriense no Conto A Vindima, de Miguel Torga

Ana Isabel Gouveia BOURA

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Tantas são as ciências que estudam o meio. Rigorosas na definição do corpus, seguras, na fundamentação metodológica, precisas, no repertório terminológico, pertinentes, na abordagem analítica e interpretativa, arrojadas, nas hipóteses formuladas, produtivas, nos resultados atingidos – acomodam-se em áreas de designação ovacionada: ciências naturais, ciências exatas, ciências sociais, ciências humanas.

Tão amplo e denso rol de deslumbrantes categorias faz parecer que o meio apenas se franqueia às ciências que o dissecam a bisturi de distanciada observação, em frio laboratório, só aquecido por recolhidas de material em trabalho de campo.

Esquece-se o facto mais elementar: que o meio não se apreende somente através de cristalina lupa e com mão a segurar instrumento de objetiva perscrutação. Descura-se que o espaço natural ou cultivado, esquadrihado por matemáticos, perfurado por físicos ou químicos, esquematizado por zoólogos e botânicos, desvelado por geógrafos ou agrónomos, questionado por filósofos, sociólogos ou linguistas constitui um universo de genuinidade experiencial: moldura e tela, palco e cena daquele que o percebe, o percorre, o incorpora e o modela.

E, porque o meio se nos desfralda já no berço, e nos acompanha desde muito antes de depararmos com a ciência que o racionaliza, é também de sensação, de emoção, e de sentimento que ele se nos configura. E assim se gera forma de conhecimento mais ancestral do que qualquer ramo científico: a Arte. É o meio, físico e humano, imanente, mas já a chegar-nos ao limiar do transcendente, que assoma sob pincel ou cinzel, em narrativa ou poema, em partitura ou em objetiva fotográfica.

Assim acontece no conto *Vindima*, de Miguel Torga: captação documental laivada de sensibilidade estética. Nesta comunicação, proponho-me relevar, na paisagem e na faina aqui representadas pelo autor transmontano, os elementos testemunhais de uma paisagem duriense e de um processo vindimal que avultaram no Alto Douro Vinhateiro até finais do século 20, e sobre os quais assenta, ainda, o quadro vitivinícola da Região Demarcada do Douro no século 21. Através de uma abordagem de tipo imanente, que inventaria e hierarquiza as componentes textuais, para descodificar e integrar os sentidos globais, realçarei os modos através dos quais, em *Vindima*, o autor textual presentifica, entretecendo verdade histórica e poética, o espaço cénico e a constelação de personagens em ação de vindima alto duriense.

Palavras-Chave: região do Douro; vindimas; literatura portuguesa; Miguel Torga

SESSÃO 6: POLÍTICAS E EVOLUÇÃO TERRITORIAL 1

***Geographical Aspects of Balkan Integration* (ONLINE)**

Atanas DERMENDZHIEV

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

The main political and economic aspects of the integration of the Balkans are the result of the historical circumstances that led to the current situation in this region. The ethno-national structure of the population is determined by the complex relations of nations and ethnic groups. There is also a specific confessional structure that includes Christianity (Orthodoxy and Catholicism) and Islam. The third key factor of the region is the state structure, which does not and cannot be covered by the first and second.

There are actual and inherited contradictions between the mentioned three structures, there are also deep differences between the positions of the Balkan states towards these contradictions, and there is also the "use" of these contradictions by geopolitical forces. They manifest themselves most categorically through the interrelationship "nationstate" and through the confrontation between Islam and Christianity. This is one of the main vectors of the Balkan integration process. It is mandatory due to a number of circumstances, for example:

1. The ethnically modeled national-state ideology imposed the understanding of the state as a single-national state of an ethnic type, which gave rise to a desire for ethnic homogenization. This is one of the divisive Balkan factors and one of the reasons for insufficiently developed awareness of the Balkan community and of the all-Balkan regional interest.
2. The emerging trends in the development of ethnonational processes and especially the intertwining of ethnic and regional problems in the Balkans problematize the stability of most Balkan states (Kosovo, Cyprus, Bosnia and Herzegovina, Turkey).
3. In all the countries of the region there are ethnic parties that, along with the state structures, openly or covertly claim to rule and to a considerable extent "rule" their minority. It is characteristic of these parties that they strive to rise as leaders of territorially separated masses of the population.
4. In a number of countries, the tendency towards separatism is intensifying, which hinders the formation and strengthening of the consciousness of a regional community.
5. The Balkans are characterized by the ethnonational and religious integrating functions of the two religions – Christianity and Islam. Unlike the first one, which connects the region with Europe, the second one finds an aspiration for the de-Europeanization of the Balkans, for the erosion of their historical, cultural, and another European identity. The region lacks a clear core of development. For a long time, former Yugoslavia emerged as such, in which Serbia played a central role. Today, the Balkan countries (without the Asian part of Turkey) have roughly the same economic potential.

One of the main aspects of integration in the region is the interconnection of "globalization - Balkans". The economy of the Balkan countries is constantly changing and transforming, and in the modern stage of development (from the collapse of the Eastern block until now), the main factor acting on it is globalization. Today, the financial and economic relations between individual countries are increasingly strengthening. These phenomena do not pass by the Balkan region and accordingly exert the strongest influence on the development and transformation of the economy. According to certain equivalent criteria, the Balkan countries can be divided into the following groups:

1. Bulgaria and Romania;
2. Slovenia and Croatia;
3. Serbia, Macedonia, Montenegro, Bosnia and Herzegovina, Kosovo.

The remaining countries (Albania, Greece and Turkey) have too unique paths of economic development, globalization, and transformation processes in their economies and for this reason, they could not be included in certain groups. Balkan integration should emphasize those priorities that will most quickly help to realize the process of mutual regional development, namely:

1. The mutual interconnections of the vitally important national interests with no less important regional interest;
2. Better use of the geopolitical potential of the Balkans - as a geographical location, as a crossroads of strategic interests of world and regional powers, as a place of contact between different cultures, religions, and civilizations, as a communication center between Europe, Asia, and Africa.
3. Realization of the opportunities for regional economic cooperation - through the operation of the Black Sea Economic Union, the construction of common Balkan transport and other infrastructure - roads, electricity, oil and gas pipelines, telecommunications links, free zones for regional trade, etc.
4. Solving the problem of environmental protection by building the foundations of an all-Balkan environmental policy
5. Regional cooperation in the military field and exploitation of the "military geography" of the region.
6. Preservation of the development of Balkan culture by making sense of the cultural wealth, traditions, and identity of the Balkan people as part of European civilization. Modern Balkan cultural cooperation would stimulate the preservation and development of the cultural identity of the Balkan peoples, would provide protection against modern cultural "colonialism", and would also contribute to the creation of a European and Balkan information space.

Keywords: political and economic aspects, integration of the Balkans, globalization, regional development

Politico-geographic Differentiation and Integration Processes in the Post-Soviet Area (ONLINE)

Atanas DERMENDZHIEV

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Regional geography studies territorial units of different scales – global, continental, national, regional, and local. It is often called "geography in miniature". It studies the regions either as a constituent part of a country of a national economy or as a union of separate parts of several countries.

The region is a real and systematic geographical object and regionalization (regionalization) is a research method for revealing, analyzing, synthesizing, and explaining real natural, social, and political structures. It defines the subject essence of geographical science.

Regions are economic, cultural, scientific, and historical territorial entities that appeared as a result of the interaction of certain cultures (and/or civilizations) with the natural environment. They are the defining segment of the largest spatial units – the macro-regions. In the most general sense, the latter are a territorial section (expression) of the product of the "society - nature" relationship.

A huge demographic mass with a similar culture and economic need is concentrated in the macro-regions. The contact between them fixes a conditional boundary that is dynamic rather than conservative because it is subject to the dynamics of social relations.

The border does not always have a political or state character, which is why it is transparent. This makes the realization of socio-economic territory a complex process subject to both conservative geographical approaches and dynamic geopolitical processes (and considerations). For this reason, the regionalization of the world has different faces. Depending on the leading component in determining the differences adopted by individual authors, different divisions appear. In all of them, however, the Eurasian region (the post-Soviet space) is present, as the most essential macrospatial fragment.

The article analyzes the domestic political differentiation of the Eurasian region as a result of the liberalization of economic and political relations in the 1980s in the USSR. Emphasis is placed on the division of the countries in the region into several groups, namely: Southeast (Central Asia and Kazakhstan), South (Caucasus), Western (Moldova, Ukraine and Belarus), and Northwestern (Baltic countries). The grouping is based on politico-geographical and geopolitical indicators. The countries have also been ranked according to their neighboring territorial location and proximity to Russia. The integration processes in the post-Soviet space have been traced. The material, historical and intercultural grounds for closer cooperation have been marked.

Keywords: Eurasian region, post-Soviet space, geopolitical situation, integration process

A Trajetória das Políticas de Saneamento entre a Privatização e a Reestatização: Um Olhar Comparativo entre Brasil e Portugal

André Santos da ROCHA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera desde o ano de 2010 a água e o saneamento como direitos humanos, todavia a construção efetiva desse direito enfrenta inúmeros desafios. Para a concepção clássica da ecologia política, estaria centrada na oferta de recursos hídricos disponíveis, ou seja, a necessidade de manter a sustentabilidade de reservas de água e evitar a sua contaminação para o usufruto das sociedades. Para a perspectiva crítica da ecologia política (Loftus, 2021) os problemas estão também centrados no “perfil económico e político” que criam estruturas de desigualdades no acesso às redes de água e ao esgotamento sanitário. Assim, as injustiças no campo da ecologia política da água, estariam residindo no perfil com que tratamos a água, não como direito, mas como recurso-mercadoria (Swyngedouw, 2004).

Conforme é tratado no relatório da OMS/UNICEF, as assimetrias regionais de acessibilidade ainda são alarmantes, já que mais de 2,1 bilhão de pessoas têm problemas com o acesso à água. Outrossim, não podemos esquecer que esse contexto é marcado por uma marcha constante da privatização da água e dos serviços de saneamento. Esse contexto está ancorado no cenário de uma globalização neoliberal (Santos, 2007; Harvey, 2006), na qual grandes corporações voltam-se para o setor do saneamento como uma expectativa de rentabilidade, estando pautada no discurso da eficiência na prestação do serviço, em detrimento do abandono ou incapacidade estatal de gerir tais serviços.

A privatização dos serviços de água e saneamento alcançou espaço-temporalmente diferentes países. Em Portugal, por exemplo há indicativos de privatização de serviços desde a década de 1990 (Veras, 2011), todavia algumas localidades, como o distrito de Setúbal reestatizaram o setor após 25 anos de serviços vinculado à iniciativa privada. No Brasil, há setores ligados à rede privada também desde a década de 1990, porém, é diante do novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020) que ocorrem os grandes leilões das empresas de água. No Brasil o grande símbolo de privatização foi a venda da CEDAE (Companhia Estadual de água e Esgoto do Rio de Janeiro).

A grande questão entorno dos processos de privatização e reestatização está centrada na qualidade e nos preços relacionados com os serviços de água e saneamento. Estima-se, por exemplo, a queda de 20% nas tarifas de água em Setúbal (Portugal), ao passo que para especialistas como Ana Lucia Britto (2015), há indicativos de que surgirão aumentos exponenciais da precificação dos serviços no Brasil, que inviabilizem a universalização às redes de água e esgoto, em especial às populações de menor renda.

Neste sentido, nesta pesquisa propõem-se uma análise de conjuntura do cenário da mercantilização da água, analisando as tendências de privatização e reestatização, apontando os descaminhos da universalização da água nos últimos 20 anos, tendo como foco os processos em Portugal e no Brasil. Para fins metodológicos e comparativos, utilizamos os exemplos empíricos da privatização da CEDAE (caso brasileiro) e do processo de reestatização de Setúbal (caso português), tendo como fontes documentos analíticos sobre os processos de privatização/reestatização, dados financeiros dos custos dos serviços e perfil da universalização do acesso à água e esgoto.

Palavras-Chave: mercantilização da água, políticas de saneamento, privatização, reestatização

Referências Bibliográficas:

- Brito, A.L. (2015) Tarifas sociais e justiça social no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil. In: Castro, E.J.; Heller, L. Morais, M.P (eds.). O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica. Brasília: IPEA, 2014 pp.209-226.
- Harvey, David. (2006) *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola
- Loftus, A. J. “(In) segurança hídrica: Garantindo O Direito à água”. *GEOUSP Espaço E Tempo*, 25 (2): e182666., 2021
- OMS/UNICEF. (2017). *Progress on Drinking water sanitation and hygiene*. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/9789241512893>. Acesso em 10 out.2021
- Rocha, A. (2022). Desigualdades territoriais no acesso à água e esgoto nas periferias da Metrópole: O caso da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu - RJ. *Geografares, [S. l.]*, v. 2, n. 34, p. 70–93. DOI: 10.47456/geo.v1i34.38741.
- Santos, Milton. (2007). *Por uma Outras Globalização*. Rio de Janeiro: Record,
- Swyngedouw, E. (2004) *Social power and the urbanization of water - Flows of power*. Oxford: Oxford University Press.
- Veras, Tema Maria Serra. (2011). Portugal e a privatização das águas. In *Actas I Congresso Internacional do OBSERVARE*.

Justiça Fiscal no Século XXI

Glória TEIXEIRA

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Rómulo SANTANA

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

As sociedades atuais vivem momento de aceleração histórica proporcionado pelo fenómeno da globalização das economias, potencializado pelo processo de digitalização e surgimento de novas tecnologias, sobremaneira na pandemia. Os sistemas fiscais não estão imunes a estas mudanças, em que se mostra necessário enfrentar os desafios do presente com instrumentos válidos e eficientes.

Os movimentos de bens, capitais e serviços proporcionam liberdade de investir e transacionar em qualquer lugar do globo, sem deslocamento e através de cliques em dispositivos eletrónicos. Por outro lado, a tributação do consumo, apresentado como melhor candidato para enfrentar uma sociedade cada vez mais móvel e informada, também não resolve o problema da tributação efetiva das transações eletrónicas que escapam às redes nacionais e, portanto, não se resumem a um mesmo espaço territorial físico.

Com isso, é de suma importância a crescente necessidade de tributar de modo eficiente e real o rendimento global dos contribuintes, atenuando a fraude e o abuso fiscais e evitando o uso de presunções enquanto elementos que comprometem a segurança e a racionalidade de qualquer sistema fiscal.

No contexto de justiça fiscal no século XXI, importa privilegiar os princípios da transparência, neutralidade, simplicidade e não-discriminação em detrimento dos princípios da progressividade ou equidade vertical. Em verdade, a experiência comparada tem demonstrado que a progressividade não proporciona efetivamente diminuição de desigualdades entre os contribuintes, causando efeitos discriminatórios em razão da impossibilidade de destinação de recursos em matérias específicas.

Considerando ainda a alteração da relação entre administração fiscal e contribuinte, que passa de subordinação para colaboração, transformando aquela em recetora das receitas fiscais para construção de sociedades modernas através de serviços públicos eficientes e capacitados para enfrentar os desafios do novo milénio, releva breve análise acerca de recente aprovação da Diretiva sobre a tributação mínima das multinacionais e a legitimidade de impostos sobre lucros extraordinários ou inesperados (*windfall profit tax*).

Sobre o primeiro ponto, recentemente os Estados-membros chegaram a um acordo unânime para aplicação da garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União Europeia. Trata-se da materialização do Pilar Dois da reforma em matéria de tributação internacional acordada em 08/10/2021 pelo Quadro Inclusivo da OCDE/G20 sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros (BEPS). Chegou-se à taxa mínima efetiva de imposto de 15% sobre os lucros das organizações com volume de negócios anual combinado de pelo menos 750 milhões de euros.

Sobre o segundo ponto, as propostas recentes se relacionam com a escalada inflacionária nos preços de energia e distribuição alimentar ocasionados, além da pandemia, pela guerra em curso na Ucrânia. Assim, alinhado ao Regulamento (UE) 2022/1854, em vigor desde 07/10/2022, fora apresentada pelo governo português a Proposta de Lei n.º 47/XV/1ª, que regula a aplicação de contribuição de solidariedade temporária (CST) sobre os dois setores acima no percentual de 33% aplicável sobre as empresas que registem um aumento de 20% dos lucros em relação aos últimos quatro exercícios fiscais, incidente nos períodos de tributação, para efeitos do IRC, que se iniciem em 2022 e 2023.

Palavras-chave: Princípio da Transparência; Neutralidade fiscal; Cooperação administrativa; Tributação mínima; Lucros inesperados.

SESSÃO 7: SOCIEDADE E CULTURA 3

Recrutamento e Seleção no 3º Setor em Tempos de Pandemia - Algumas Evidências

José António OLIVEIRA

CIICESI, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico do Porto, Portugal

Maria João POLIDORO

CEAUL, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico do Porto, Portugal

A partir de 2019, a Pandemia COVID-19, em Portugal, confrontou as organizações sem fins lucrativos com desafios sem precedentes. Verificou-se a necessidade de se adaptarem ao novo contexto pandémico, sendo a área da gestão de

peçoas fortemente atingida e obrigada a ajustes rápidos, eficazes e eficientes, para melhor responder às novas exigências.

Este trabalho analisa e identifica as principais alterações que as organizações sem fins lucrativos tiveram de efetuar nesta área, em contexto pandémico, especificamente nas práticas de recrutamento e seleção de peçoas.

Para o efeito, inquiriu-se os responsáveis pela gestão de peçoas das instituições particulares de solidariedade social e instituições equiparadas, com estrutura de gestão de peçoas, de dois concelhos da região norte de Portugal. Tratou-se de um estudo exploratório, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário. A população do estudo foi constituída por todas as IPSS e instituições equiparadas a IPSS, dos concelhos de Felgueiras e Lousada. A amostra do estudo foi constituída por todas as IPSS e Instituições equiparadas a IPSS, com estrutura de gestão de peçoas - 27 IPSS.

Esta investigação apurou que a gestão de peçoas e as suas múltiplas práticas/ferramentas não são ignoradas pelas instituições do Terceiro Setor. Provavelmente ainda não atingiram o desenvolvimento e a maturidade desejada, mas verifica-se que é progressiva as preocupações em “gerir cientificamente os ativos mais importantes” – as Peçoas. Este estudo permitiu concluir que, relativamente ao período anterior, 71% das instituições, em contexto pandémico, tiveram necessidades acrescidas de recrutamento. Embora com algumas alterações, a maioria das IPSS conseguiu utilizar o mesmo tipo de recrutamento (interno, externo e/ou misto) que praticava em período anterior à pandemia. Existiram várias dificuldades de recrutamento e as técnicas utilizadas foram variadas, como demonstraremos.

As instituições utilizaram, para a realização do recrutamento, vários métodos. Em contexto pandémico a parceria com o IEFP foi um método bastante empregue pelas instituições, sendo o MAREES o programa mais requerido para a realização do recrutamento. A análise curricular e as entrevistas de seleção foram os principais métodos de seleção de peçoas no período em estudo. Ao contrário do que reporta a maior parte da bibliografia, em 91% das instituições estudadas as entrevistas de seleção continuaram a ser realizadas presencialmente, não tendo o *online* ganho espaço, por motivos que justificaremos.

Palavras-Chave: Terceiro Setor, Pandemia, Recrutamento e Seleção

Nas Bibliotecas não há Bandeiras: O Papel das Bibliotecas Públicas na Formação de Cidadãos do Mundo

Isabel Maria dos Santos MOURA

CEI, Câmara Municipal de Baião, Portugal

“Nas bibliotecas não há bandeiras: o papel das bibliotecas públicas na formação de cidadãos do mundo”, da autoria de Isabel Santos Moura, pretende evidenciar o papel das bibliotecas públicas não só no que se refere à promoção do livro e da leitura, mas também na formação dos indivíduos enquanto agentes de cidadania, relevando a importância das bibliotecas públicas nos seus quatro pilares fundamentais, nomeadamente a educação, a cultura, a recreação e a informação. Explorando esta dimensão das bibliotecas públicas, que podem e devem ir muito além do livro e da leitura, a autora apresenta como exemplo o trabalho desenvolvido pela Biblioteca Municipal António Mota, em Baião, durante o ano de 2023, que pretende corresponder, de forma o mais abrangente possível aos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável instituídos pela ONU. Através da execução de um plano de atividades exploram-se temáticas muito diversas, que incluem desde a igualdade de género, passando pela promoção da paz e justiça, inclusão, erradicação da pobreza, boas práticas alimentares, proteção dos animais, até ao ambiente e sustentabilidade planetária, tendo sempre em vista uma oferta cultural diversificada que forme não só leitores, mas também cidadãos conscientes e informados.

Através da descrição de cada uma das atividades realizadas ou a realizar, a autora demonstra de que forma as bibliotecas, autonomamente ou em parceria com outras organizações e entidades locais, podem suprir as desigualdades do território, especificamente no que se refere à dicotomia meio rural-meio urbano, procurando desmistificar a ideia de que as bibliotecas são apenas um serviço mediador entre o livro e o leitor, quando podem e devem ser, na verdade, um polo dinamizador da comunidade, não só no que se refere à prática de leitura, mas também como agente de inclusão, integração e interculturalidade. Neste contexto, correspondem às necessidades dos diversos tipos de público, tomando em consideração o contexto económico, cultural e social em que se inserem, preservando o passado, mas, simultaneamente, semeando o futuro não só de Portugal ou da Europa, mas do mundo. Daí que as bibliotecas não devam ter bandeiras pois o relevo das suas práticas vai além do patriotismo nacional, vai além da cidadania europeia: as bibliotecas devem, acima de tudo, formar cidadãos do mundo, garantindo que prevaleça a humanidade que à nossa raça está ou deve estar subjacente.

Palavras-Chave: Bibliotecas públicas; Livros e leitura; Bibliotecas e cidadania.

Classes e Desigualdades Sociais em França e Portugal: Questionamentos em Torno de um Programa de Pesquisa

Virgílio Borges PEREIRA

ISUP, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Yasmine SIBLOT

CRESPPA-CSU, Université de Paris 8, France

Beneficiando de um projeto de cooperação internacional financiado pelo CNRS, uma equipa de sociólogos franceses e portugueses tem vindo a promover ao longo dos últimos anos, um programa de investigação comparativa sobre a estrutura social de duas realidades nacionais diferenciadas, mas há muito ligadas por relações sociais densas, com um enfoque construído em torno da problemática das classes e das desigualdades sociais, perspectivadas na sequência da crise de 2008 e dos efeitos que esta gerou em ambas as sociedades. Empreendimento complexo, um tal enfoque tem permitido reconstituir séries estatísticas oficiais, olhar para procedimentos de inquirição de Estado e para modalidades alternativas de questionamento sociológico, estabelecendo coordenadas interpretativas que permitem identificar continuidades nos modos de ler a realidade das desigualdades e das classes sociais, mas também inevitáveis diferenças. A presente comunicação procura fazer uma síntese do percurso de pesquisa realizado e demonstra os ganhos analíticos que podem estar subjacentes à construção de dispositivos de observação do teor daquele que foi elaborado neste âmbito. Explora, em particular, as incidências do exame analítico da estrutura de classes sociais com recurso a um esquema de análise produzido pela sociologia portuguesa – o esquema elaborado, em sucessivas versões, por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado – e ilustra o seu potencial no estudo de dados do Inquérito ao Emprego aplicado nos dois países, revelando morfologias sociais específicas. A comunicação não deixa de procurar constituir também um espaço de interrogação sobre o modo de equacionar as dificuldades que estão subjacentes ao trabalho comparativo, desde logo, as que decorrem da compatibilização de terminologias administrativas e sociológicas de análise de desigualdades e de classes sociais. Procurando realizar um balanço interpretativo em torno dos procedimentos de análise de classes sociais implementados, a comunicação termina com uma reflexão sobre o carácter pertinente da complementação, em matéria de construção de olhares sociológicos sobre desigualdades de classe, do estudo de fontes quantitativas e qualitativas e destaca a relevância de pesquisas etnográficas específicas na qualificação da intensidade sociológica do estudo da estruturação da experiência da desigualdade social, orientadas, neste caso, por perspetivas construídas em torno das classes mais desfavorecidas, em França e em Portugal.

Palavras-Chave: Classes Sociais; Comparação; Portugal; França; Europa.

SESSÃO 8: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 2

O Programa 1.º Direito e as Estratégias Locais de Habitação na Área Metropolitana do Porto

Fátima Loureiro de MATOS

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Teresa Sá MARQUES

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Ana Catarina MAIA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo RIBEIRO

CEGOT, Portugal

As tendências de concentração demográfica nas cidades têm contribuído para um agravamento significativo dos problemas de habitação, dificultando o acesso a uma habitação condigna.

Com a crise pandémica do COVID-19 e as sucessivas exigências de confinamento da população, a habitação ganhou uma relevância acrescida para as famílias, impactando de forma acentuada as desigualdades sociais. As condições de

habitabilidade e a qualidade da habitação vieram, sem dúvida, a revelar-se variáveis condicionadoras das medidas de saúde pública, recentrando o debate e a urgência das políticas públicas em matéria de habitação.

Em Portugal, os problemas de habitação nunca deixaram de existir, apesar dos sucessivos instrumentos de política orientados para dar solução às situações mais graves de carência habitacional.

Nos últimos anos, a Área Metropolitana do Porto (AMP) ganhou visibilidade externa, em termos turísticos, na atratividade de novos residentes e no investimento imobiliário. Esta situação gerou um aumento significativo dos preços da habitação, aumentando as dificuldades de acesso à habitação para diversos estratos populacionais e as desigualdades sócio-espaciais, pois nem a oferta pública nem a privada oferecem habitação a preços acessíveis. Desta forma, nos últimos anos, a polarização sócio-habitacional ampliou-se e surgiram novas formas de privação de habitação.

As condições de partida são desiguais e a crise tem efeitos assimétricos. As políticas públicas visam criar as “condições de igualdade”, mas isso implica refletir diferentes caminhos. Se queremos uma cidade habitável, temos de aprofundar o diagnóstico dos múltiplos problemas, refletir as territorialidades dos mesmos e discutir cenários para explicitar as várias opções de política pública.

O Programa 1º Direito, incluído na Nova Geração de Políticas de Habitação (2018) e no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR, 2021), pretende justamente dar uma resposta global e integrada à diversidade de desafios que se colocam neste domínio e à importância, agravada com a pandemia, dos problemas e carências habitacionais.

Para a candidatura ao 1º Direito as Câmaras Municipais, tiveram de elaborar as suas Estratégias Locais de Habitação, sendo fundamental, que estas incluam, a territorialização dos problemas e das soluções habitacionais, como um eixo de trabalho essencial para a implementação da estratégia. Nos problemas a territorializar incluem-se, entre outras, as situações de carência habitacional, as áreas de concentração de problemas urbanísticos e sociais, bem como as áreas de maior pressão imobiliária.

Tendo em conta o forte investimento público na habitação previsto no PRR e a sua principal alavanca, o 1º Direito, esta comunicação pretende, a partir de uma abordagem qualitativa - apoiada nas Estratégias Locais dos municípios da AMP- analisar as situações de carência habitacional identificadas e as soluções habitacionais a implementar, pelos municípios.

Palavras-Chave: 1º Direito, Estratégias Locais de Habitação, Área Metropolitana do Porto

Como os Sistemas Políticos e as Políticas Sociais Afetam o Bem Estar: Uma Revisão de Literatura

Cristina PEREIRA

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Hermínia GONÇALVES

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Teresa SEQUEIRA

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

As políticas públicas europeias estão tradicionalmente focadas em condições e indicadores materiais de bem-estar, como rendimentos ou produtividade, onde encontramos os fundamentos da noção de estado-providência. O estado-providência é aqui usado para designar um sistema de organização social que assegura um padrão de vida satisfatório através da oferta de serviços sociais em áreas como a educação, a saúde, o apoio aos mais vulneráveis.

Nas últimas décadas, tem havido uma tendência para uma maior descentralização em muitos países da Europa. As consequências económicas, sociais e políticas deste impulso têm sido calorosamente debatidas, mas a medida em que os processos de descentralização na Europa poderão contribuir para aliviar as desigualdades sociais é um tema que tem permanecido negligenciado, tanto na investigação académica como na análise política.

Este texto de revisão de literatura, com enfoque nos últimos vinte anos, tem como objetivo analisar e clarificar em que medida os sistemas políticos e a abrangência das políticas sociais, características dos modelos de estado providência, afetam e determinam o bem-estar individual.

Fazemos esta análise em três secções, através de um estudo comparativo da importância de diferentes determinantes relacionando indicadores económicos, sociais e outros tradicionalmente ligados à perceção subjetiva de satisfação com a vida. Na primeira secção analisamos em que medida a defesa de valores como a liberdade, a participação e a confiança, assim como estruturas governamentais que encorajam o envolvimento cívico e transmitem segurança aos seus cidadãos quando estes têm de enfrentar situações adversas, têm efeitos no bem-estar. Deste ponto podemos retirar que a forma como os sistemas políticos são organizados pode influenciar significativamente a capacidade dos cidadãos de participar

no processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, afetar seu bem-estar, sendo importante que os cidadãos tenham acesso a informações precisas e relevantes e possam confiar no processo político como um todo.

Na segunda secção encaramos o conceito de bem-estar do ponto de vista do indivíduo singular, efetuando uma revisão crítica da produção científica sobre bem-estar subjetivo nas políticas sociais, e dos indicadores habitualmente usados para a sua operacionalização. A ideia de bem-estar subjetivo – ou seja, como as pessoas pensam e experimentam as suas vidas – incorpora diferentes dimensões de bem-estar: rendimento e riqueza, emprego e salário, habitação, estado de saúde, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, educação e competências, vida social e comunitária, envolvimento cívico, qualidade ambiental, segurança, satisfação com a vida. Na terceira secção discutimos a pertinência do uso de indicadores de bem-estar na definição de políticas públicas. Como principais resultados, esta revisão de literatura evidencia que o sistema político de um país e as suas instituições formais afetam o bem-estar da população, reconhecendo a necessidade de ponderar um conjunto de indicadores subjetivos de bem-estar para além do rendimento, os quais resultam de diversas configurações extraídas das relações multidimensionais que se estabelecem entre condições de vida e bem-estar.

Palavras-Chave: Bem-estar subjetivo, políticas sociais, sistemas políticos, indicadores de bem-estar.

Globalização, Covid 19 e Seus Efeitos em Territórios de Cidade

Rodrigo MACHADO

CEGOT, Universidade de Coimbra, Portugal

Jovenildo RODRIGUES

Universidade Federal do Pará, Brasil

As duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas por expressivo avanço de eventos epidêmicos e pandêmicos à escala Mundial. A difusão espacial de surtos epidêmicos e pandêmicos no século XXI possui elementos de semelhança, frequentemente associados a contextos de natureza ambiental, económicos, sociais e políticos, a eventos pandêmicos e epidêmicos de períodos anteriores. Não obstante, os impulsos e dinâmicas de difusão espacial de eventos pandêmicos e epidêmicos passaram a ganhar novos contornos com a intensificação do processo de globalização e aprofundamento das articulações em múltiplas escalas entre redes de cidades e seus territórios, reverberando em impactos de diversa natureza para as populações que vivem em territórios com condições mais acentuadas de vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais.

A intensificação dos territórios-redes e impulsos de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços em escala global vem contribuindo, significativamente, para a dispersão espacial de doenças, síndromes respiratórias agudas graves, em uma proporção e um ritmo sem precedentes na história da humanidade. A escalada de múltiplos eventos expôs um conjunto complexo de vulnerabilidades socioespaciais vinculadas à inserção desigual do território global a partir da divisão técnica e territorial do trabalho, bem como, as precárias condições de infraestrutura urbana e de saúde.

Quando consideramos o evento COVID-19, há que se ressaltar aqui o elevado número de mortes em bairros e territórios da periferia de cidades grandes, médias e pequenas, em território europeu, sinalizando diferentes escalas, movimentos, ritmos de dispersão das pandemias e suas possíveis vinculações com níveis de vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais, associadas à acessibilidade a equipamentos e serviços urbanos. Tendo em vista as particularidades estabelecidas pela globalização, esta pesquisa se fez relevante em razão da necessidade de se compreender os efeitos das pandemias e epidemias induzidas pelo avanço da globalização, a partir de um movimento interestescalar. A pesquisa, portanto, como resultado, pôde identificar e caracterizar os efeitos territoriais da COVID-19 no contexto das dinâmicas de mortalidade na cidade de Porto e Coimbra, a partir dos anos de 2020 e 2022. Para tanto, efetuamos levantamento e análise bibliográfica, levantamento e análise documental, em artigos, jornais e revistas, produção cartográfica, além de registos fotográficos e pesquisa quantitativa em banco de dados sobre número de internações, óbitos em Portugal, em Porto e Coimbra de maneira a alcançarmos o objetivo da pesquisa aqui apresentada.

Palavras-Chave: COVID-19; Globalização; Território de Cidade; Porto; Coimbra.

LANÇAMENTO DO E.BOOK

THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE / GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU - Sustainable Development and Territorial Preservation in a Globalized World / O Desenvolvimento Sustentável e a Preservação Territorial Num Mundo Globalizado

Helena PINA | Felisbela MARTINS | André ROCHA (Org.)

27 DE MAIO, SÁBADO

SESSÃO PLENÁRIA 2

A Scenario-Based Approach to Discuss the Rural Futures: an Example from the Newest EU Member State

Aleksandar LUKIĆ

University of Zagreb, Faculty of Science, Department of Geography, Croatia

The academic picture of a globalized European countryside is one of huge and increasing complexity, diversity, and uncertainties about the future. In general, the contributing factors are well-researched and related to the impacts of interconnectedness, the importance of linkages and flows, and the changing relational aspects of rural and urban. As global linkages and connections are eased by technological changes and influenced through political frameworks of deregulation, local urban-rural interactions are taken over by a web of interactions on multiple spatial levels (local, regional, national, European, and global), increasing rural heterogeneity. New member states from Central, Eastern, and Southeast Europe, have, along with globalization and/or as a part of it, undergone major transformations in the last 30 years: political and economic transition and accession to the E.U. These processes have brought additional levels of complexity to discussing possible pathways into the future, especially for the countryside. Academic response to the increased level of uncertainties has raised interest in applying the scenario method in investigating possible ways forward for diversified European rural areas (for example, ATEAM, ACCELERATES, SCENAR2020 and SCENAR2030, EURURALIS, ESPON, FARO-EU, EDORA, TIPTAP, ET2050, and VOLANTE).

The aim of this research is to construct alternative scenarios for rural Croatia in 2030, acknowledging its postsocialist transition as an important framework. Our hypothesis is that the alternative future prospects of rural areas are related to differentiated outcomes of the interactions between the unique setup of natural and social capital (endogenous resources) available in the region on one hand, and the exogenous conditions, actors, and processes on the other. This follows from the change of modernization's paradigm to a new concept of rural development (Ray 1999; Van der Ploeg et al. 2000; Van der Ploeg and Marsden 2008; Woods 2011). Future development scenarios were constructed by integrating quantitative and qualitative approaches. The main methods used were: factor and cluster analysis; Monte Carlo simulation; and Delphi method, involving 37 rural experts in two rounds of written questionnaires. Four scenarios were developed: Rural Renaissance, Shift, Road to Nowhere, and Growth without Development. Our study was guided by the idea that "the theory of rural development does not deal with the world as it is—it is about the ways in which agriculture and landscape could be redesigned" (Van der Ploeg et al. 2000, 396). By developing four alternative scenarios with different demographic, economic, social, and spatial outcomes, we have offered a set of well-documented and reasonable assumptions that should help us to reflect on possible future paths for Croatian rural areas. Numerical simulations have shown that alternative scenarios imply a change in the spatial distribution and size of the territory, as well as in the number of inhabitants in a given rural area type compared to the current typology.

Keywords: Rural futures, Forecasting, Croatia, Typology, Delphi method

SESSÃO 9: SOCIEDADE E CULTURA 4

A Estrutura Administrativa-Territorial da Bulgária e a Situação Demográfica no País: Mudanças Inevitáveis

Slavi DIMITROV

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Tatyana DIMITROVA

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

No final do século XIX e início do século XX, a população búlgara era caracterizada por um tipo tradicional de reprodução - alta mortalidade e taxa de natalidade ainda mais alta, crescimento natural positivo, baixa expectativa de vida e estrutura etária progressiva. Na década de 1920, iniciou-se a primeira fase da transição demográfica, caracterizada por uma diminuição da mortalidade e um aumento do crescimento natural para mais de 20 ‰. No período de 1920 a 1946 a população aumentou 45% - transitou-se de 4,8 para 7 milhões de pessoas.

Na segunda fase - de meados dos anos 40 a meados dos anos 60-, a população total cresceu mais lentamente mas, mesmo assim, iniciou-se um declínio na população rural.

Durante a terceira fase da transição - de meados da década de 1960 a meados da década de 1980 - a taxa de natalidade continuou a diminuir enquanto a mortalidade aumentou, pelo que o crescimento natural diminuiu rapidamente. Durante estas duas décadas, a população total cresceu cerca de 0,7 milhões e atingiu o seu máximo histórico de quase 9 milhões. A quarta e última fase da transição demográfica ocorreu no nosso país após 1985. De facto, já no final da década de 1980, o crescimento natural no país tornou-se negativo, devido ao declínio simultâneo da taxa de natalidade e ao aumento da mortalidade. Assim, o curso dos processos demográficos na Bulgária foi fortemente influenciado pela emigração, há muito reprimida e intensificada no final da década de 1980, como resultado de um quarto de século em que mais de 1,5 milhão de búlgaros em idade ativa deixou o país.

A atual situação demográfica na Bulgária é definida como uma crise demográfica. A taxa de natalidade é de 8,5 ‰, a mortalidade atingiu 21,7 ‰, e o aumento natural, em 2021, é de -13,2 ‰. Para efeito de comparação, o crescimento natural na UE é de -2,5‰.

De acordo com as previsões demográficas do Eurostat e do NSI, haverá uma diminuição permanente e contínua da população búlgara para cerca de 6,5 milhões em 2030, sendo 5,8 milhões em 2050 e 4,9 milhões em 2080. De acordo com informações do INE, em 31.12.2021, a rede de assentamentos na Bulgária inclui 5.257 assentamentos - 257 cidades, 2 mosteiros (mosteiros de Rila e Klisura) e 4.998 aldeias.

A última grande reforma administrativo-territorial a nível municipal foi há quase 40 anos. Em 1979, por decreto do Conselho de Ministros, foram encerrados os 1389 municípios existentes e criados 291 sistemas de povoamento, enquanto em 1981 o seu número atingiu 300. Ao nível dos distritos administrativos, as mudanças foram mais frequentes e a configuração dos distritos foi mais instável. A última mudança nesse sentido foi em 1999, quando os nove distritos criados em 1987 foram encerrados e os atuais 28 distritos foram criados em seu lugar.

Em conexão com os requisitos da EU, no período de pré-adesão (em 2000) na Bulgária, 6 regiões de planeamento foram criadas e formalizadas: Noroeste, Centro-Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Sul e Sudoeste.

Na sequência das alterações posteriores efetuadas na legislação do país (novas leis de desenvolvimento regional, adoptadas em 2004 e 2008) e na legislação da UE (regulamentos sobre requisitos de população em unidades territoriais para fins estatísticos NUTS), o âmbito territorial de algumas das regiões de planeamento foram alteradas.

De acordo com os requisitos da Classificação geral de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), aplicada na União Europeia, as unidades territoriais para fins estatísticos em 31.12.2021 são: NUTS0 - República da Bulgária; NUTS1 - duas zonas estatísticas; NUTS2 - seis regiões estatísticas; NUTS3 - 28 regiões. Infelizmente, o processo de despovoamento no país continuou e são necessárias novas mudanças no número e abrangência territorial das regiões de planeamento.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, crise demográfica, organização administrativo-territorial.

Agroarte, Alianças e Iniciativas Solidárias Frente à Pobreza no Maranhão

Ana Maria de Souza Mello BICALHO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Em meio à sociedade desigual que marca as diferenças sociais no Brasil, o Maranhão é o estado brasileiro que apresenta maiores níveis de pobreza, estando 14,4% da população em situação de extrema pobreza e 48,3% em nível de pobreza (IBGE, 2020). Somados, os dois percentuais representam 62,7% da população total, atingindo áreas rurais e urbanas, com alto índice de desempregados e de informalidade de trabalho.

Em contraste, o estado detém um complexo portuário de exportação integrado a uma estrutura de transporte modal de vias ferroviárias e rodoviárias interligando os portos a áreas produtoras de commodities da mineração e do agronegócio.

Setores da economia globalizada presentes no estado, representado por grupos econômicos dominantes nacionais e do mercado internacional, são incapazes de promover desenvolvimento equilibrado e sustentável rompendo com a pobreza estrutural, senão mesmo, a agravando.

Detetar as desigualdades sociais atuais e mesmo históricas do Maranhão é uma tarefa um tanto fácil, porém agir de forma pró ativa e criativa centralizada nas questões estruturais da pobreza é um desafio. Requer na maioria das vezes uma ação alternativa e um olhar a partir de conjunto das necessidades prementes e capacidades da população propensa a mudanças.

Dentre as socio-inovações, pode-se inserir o papel de ações da Economia Solidária, movimento presente no estado que busca dinamizar atividades produtivas da população economicamente marginalizada. As atividades produtivas dessa população no circuito da economia solidária são a agricultura, incluindo o extrativismo, e o artesanato de materiais agro extrativos.

Por essa constatação, intitula-se o presente trabalho em Agroarte, “agro” do agrícola e “arte” do artesanato associado ao agro. Entendendo-se a Agroarte como um movimento de base alternativa, tem-se o objetivo de compreender e analisar a inclusão social e a mitigação da pobreza por vias de redes e iniciativas solidárias no estado. As redes envolvem setores formais do governo estadual, associações e cooperativas de agricultores familiares e de artesãos e entidades civis de apoio. A interpretação analítica é fundamentada segundo preceitos da economia solidária e da legislação brasileira correlata, integradas à abordagem de capital social no que se aplicam objetivos coletivos, atos e desenvolvimento de habilidades e capacidades para atender a um bem comum do grupo. Informações foram obtidas em entrevistas com representantes de setores governamentais do estado, lideranças de associações de grupos solidários, visita e entrevistas no Centro de Referência de Economia Solidária – CRESOL - localizado em São Luís, na capital do estado. O movimento originalmente interno a associações de agricultores familiares cresce e toma vulto de economia solidária com o surgimento de novos grupos coletivos reivindicando direitos e oportunidades e formando alianças com agentes externos com visão e compreensão de questões sociais de uma sociedade desigual.

Palavras-Chave: Economia solidária, Pobreza, Artesanato, Maranhão, Brasil

Referências Bibliográficas:

IBGE, 2020, Síntese de indicadores sociais. ibge.gov.br/estatisticas/sociais/proteção-social.

A Greve como Repertório de Ação do Movimento Feminista 8 M

Célia TABORDA

Universidade Lusófona, Portugal

O movimento feminista, como um movimento social, é marcado historicamente em vários períodos que correspondem a ciclos de reivindicações de diversas gerações de mulheres, ciclos esses que resultaram de um confronto entre oponentes ao longo da História. Della Porta e Diani (2006), assinalam que os movimentos sociais estão “envolvidos em relações conflituosas com oponentes claramente identificados; estão ligados por densas redes informais; compartilham uma identidade coletiva distinta” (2006, p.20). Os ciclos de protesto do movimento feminista são denominados de vagas, para mostrar a continuidade e mudança nas políticas de contestação feministas (Cullen, 2014). É consensual a existência de três vagas ou ondas dentro do movimento feminista, havendo pesquisas mais recentes que falam de uma quarta vaga do feminismo, é o caso do trabalho de Chamberlain (2017), correspondendo cada vaga a reivindicações e conquistas de direitos para as mulheres.

Como movimento social, o movimento feminista organizou diversas ações coletivas no espaço público ao longo do tempo, com os respetivos repertórios de ação. O movimento feminista internacional 8 M, a partir de 2017, tem adotado a greve como forma de ação coletiva no espaço público, transformando ações locais a nível nacional, no dia internacional da mulher, num movimento transnacional que visa repolitizar o dia internacional da mulher (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019). Nos últimos anos, uma série de greves nacionais têm ocorrido em vários países do mundo, destacandose na Europa, o caso de Espanha, com a greve feminista de 2018, organizada no dia 8 de março, que projetou este movimento social. Esta greve alcançou uma amplitude inédita na sociedade espanhola, com a paralisação ao trabalho das mulheres em hospitais, escolas, meios de transporte, comunicação social. Em Portugal, esta greve feminista também teve impacto, ainda que em menor dimensão no ano de 2019.

Atendendo ao uso da greve como forma de ação, tentaremos perceber se o movimento feminista só está a inovar o repertório ou se já está num novo ciclo de protesto e como o movimento feminista português acompanha o transnacional.

Palavras-chave: movimento feminista, greve, 8 M, Portugal

Referências Bibliográficas:

Mono-Functional Urban Settlements in Bulgaria - Development and Features

Milen PENERLIEV

Konstantin Preslavski University of Shumen, Bulgaria

The paper deals with the functional and spatial structure of the mono-functional urban settlements in Bulgaria. Some examples have been given, using parameters such as population number, depopulation rate, unemployment rate, etc. Special attention has been paid to urban settlements without any leading function. An attempt has been made to clarify the situation that has led to that negative fact. Through analysis of literary sources, a universally valid definition of monofunctional urban settlements has been proposed and applied. The elaboration of that definition was based mainly on the experience of Russian researchers, considering the fact that such type of urban settlements prevail in that country, and as such, are subjected to systematic analysis and research. As a result of the analyses, the introduction of a separate group of mono-functional urban settlements without any leading function is proposed, which would enhance the identification of problems, as well as the elaboration of more accurate projections. Some basic guidelines for future study of mono-functional urban settlements have been given, considering that so far, the issue has been somewhat disregarded. It turns out that after analyzing demographic and economic data, these urban settlements have a severely deteriorated demographic structure, high unemployment, and low economic potential. These are cities highly dependent on a single economic sector that is largely 'tied' to the local and regional economy. In a worsening economic situation, such cities are much more vulnerable than others. On the other hand, this negatively affects the maintenance of social infrastructure: health and educational facilities, social care, etc.

Keywords: mono-functional, cities, indicators, problems, perspective

Retorno Social da Territorialização das Respostas de Violência Doméstica

Pedro Joaquim AZEVEDO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

A territorialização das políticas sociais tem vindo a assumir um domínio de investigação da maior relevância centrando a sua atenção na reconfiguração do papel do Estado e, conseqüentemente, na resposta de proximidade, aos desafios societários que exigem a articulação multinível nas diferentes áreas de atuação municipais.

A recente implementação de políticas sociais territoriais em Portugal, tem propiciado um olhar multidimensional, colocando aos municípios e comunidades intermunicipais a competência, entre outras, para o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, bem como para o acompanhamento de situações de risco, onde se inclui a violência doméstica.

Pese embora a gestão por projetos seja maioritariamente associada ao terceiro setor, são inegavelmente um dos meios utilizados pelas organizações para a concretização da sua missão, no exercício da intervenção social profissional. O desenvolvimento de um projeto visa a introdução de mudanças, promovendo o desenvolvimento social e económico para gerar benefícios (ou impacto social). São escassos os indicadores que permitam a mensuração do retorno social para cada projeto desenhado. É neste contexto que por recurso à metodologia Social Return on Investment (SROI), procura este projeto traduzir o impacto social gerado pela implementação de um projeto supramunicipal de intervenção no âmbito da violência doméstica, no território do Tâmega e Sousa, assumindo a metodologia SROI como ferramenta adequada e robusta para medir o retorno dos investimentos sociais, de políticas públicas, fornecendo informação relevante para a justificação dos investimentos assim como para a relevância e pertinência da manutenção da resposta em apreço.

Os projetos de intervenção devem envolver todos os participantes numa procura de melhor qualidade de vida e autonomização, de modo a que surjam novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos os envolvidos. Neste sentido a metodologia a utilizar ao longo da presente proposta de tese de Doutoramento, a Investigação Ação Participativa, assim como a observação direta das vítimas de violência doméstica.

Os casos sinalizados de violência doméstica nos 11 gabinetes de apoio à vítima têm subido ano após ano, logo a pertinência de um estudo da evolução da violência doméstica, assim como as conseqüências para a região, para que o território possa ser analisado de uma forma criteriosa, independente, visando a satisfação das necessidades, combater as problemáticas e melhorar as condições de todos os residentes que residem nessa área geográfica.

O país/Governo está com diversos processos de descentralização de competências em diversas áreas: saúde, ação social e ensino. Neste sentido a pertinência da perceção da evolução do crime de violência doméstica, assim como a monitorização das atividades dos gabinetes de apoio à vítima revelam-se fulcrais para a análise, perceção e implementação de medidas que mitiguem e diminuam os casos de violência doméstica.

Palavras-Chave: Violência doméstica, territorialização, Social Return On Investment (SROI)

Indivíduos em Situação de Sem-Abrigo na Cidade do Porto e o Combate ao Problema

Maria da Conceição Pereira RAMOS

Faculdade de Economia da Universidade Porto, Portugal

Bruna FERNANDES

Faculdade de Economia da Universidade Porto, Portugal

A instabilidade vivida na Europa, agregada a uma realidade marcada pela pandemia de Covid-19, fragilizou as economias mundiais e destabilizou o quotidiano da população e dos trabalhadores. A crise sanitária e económica acentuou os problemas sociais e vulnerabilizou, ainda mais, os indivíduos que já se encontravam em situações precárias. Num contexto onde a obtenção e a conservação de um emprego são fulcrais (mas por vezes não suficientes) para a sustentabilidade financeira de um indivíduo, considerou-se pertinente investigar as principais adversidades na empregabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo na cidade do Porto.

Para o efeito, aplicou-se uma metodologia de carácter qualitativo por meio de uma recolha de dados realizada através de entrevistas semiestruturadas a nove indivíduos em situação de sem-abrigo e a dois membros da equipa técnica da Casa da Rua, da Misericórdia do Porto. Posteriormente, os dados foram analisados com recurso à análise de conteúdo. Os resultados do estudo corroboram a literatura, salientando que, na sua maioria, os indivíduos nesta conjuntura são desempregados e têm perfis de empregabilidade pouco competitivos no mercado de trabalho. O baixo nível de escolaridade, a dificuldade de acesso aos empregos disponíveis, a ausência de uma carreira especializada e o preconceito, são os principais desafios enfrentados pelos participantes. Por outro lado, os indivíduos inseridos no mercado de trabalho estão associados à economia informal, caracterizada pelos baixos salários e pela falta de proteção laboral. Ainda que a obtenção de um emprego não garanta, obrigatoriamente, a saída da conjuntura adversa enfrentada por estas pessoas, a inserção profissional é percecionada pelos mesmos como um ponto fulcral nas suas vidas. Assim, a formação e a proteção constituem instrumentos de empregabilidade e de integração social (Ramos, 2003, 2007, 2016).

Finalmente, consegue-se ainda concluir que os benefícios de um emprego transcendem a esfera económica. A criação de sentimento de pertença à sociedade, a promoção de autoidentidade e o impacto nos relacionamentos interpessoais, são externalidades da obtenção de um emprego que moldam o percurso de vida dos indivíduos, em particular daqueles afetados pelas mais diversas vicissitudes, como a falta de habitação.

Palavras-Chave: Sem-Abrigo; Empregabilidade; Pobreza; Exclusão; Habitação.

Referências Bibliográficas

- Ramos, M. C. P. (2003). *Acção social na área do emprego e da formação profissional*. Lisboa: ed. Universidade Aberta.
- Ramos, M. C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (41-3), 299-333.
- Ramos, M. C. P. (2016). Desafios do Estado social no contexto europeu e a (in)sustentabilidade da segurança social. In: M. S. Rocha; M. N. P. Ramos; S. M. Santos & M. D. H. Costa (Orgs). *Seguridade social, interculturalidades e desigualdades na contemporaneidade* (pp. 16-57). Natal: EDUFRN.

Acesso à saúde e vulnerabilidades de migrantes internacionais no contexto de disseminação da COVID-19 - Um olhar sobre os imigrantes brasileiros em Portugal

Daniel GRANADA

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CEMRI

Maria Conceição P. RAMOS

Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CEMRI

Natália RAMOS

Universidade Aberta, CEMRI

O avanço da pandemia de COVID-19 levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a decretar emergência internacional em janeiro de 2020. Em Portugal os primeiros casos confirmados datam de 02 de março de 2020. Seguiu-se então, um amplo conjunto de medidas sanitárias que passaram a ser aplicadas. A Direção Geral de Saúde (DGS) e a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P (INFARMED) passaram a publicar normas e orientações (FERREIRA et al. 2022). A pesquisa em andamento tem por objetivo compreender como foi a experiência da pandemia de Covid 19 percebida pelo relato de imigrantes brasileiros que se encontravam em Portugal durante esse período. A pesquisa está sendo realizada através de entrevistas formais com a aplicação de um questionário semi-estruturado, conversas informais com imigrantes brasileiros, bem como a utilização do método etnográfico, a etnografia virtual em grupos de brasileiros no Facebook e Whatsapp, e o estudo de narrativas. Os resultados preliminares apontam para a confirmação do que já tem sido amplamente discutido na literatura sobre saúde e proteção social dos imigrantes (GRANADA et al. 2017; GRANADA et al. 2021; RAMOS, M. 2021; RAMOS, N. 2021), uma maior vulnerabilidade desta população relativamente aos habitantes locais. Esta situação de vulnerabilidade tende a se agravar face a situações de falta ou dificuldade em obter documentos fundamentais de integração social, como o Número de Identificação da Segurança Social (NISS) e o Número de Identificação Fiscal, indispensáveis para o acesso à cidadania e ao emprego formal

Palavras-Chave: Covid-19, disseminação e vulnerabilidades; acesso à saúde de imigrantes; imigrantes brasileiros em Portugal.

Referências Bibliográficas:

- GRANADA, D. et al. Saúde e migrações: a pandemia de covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. *Horizontes Antropológicos*, v.27, n.59, 2021.
- GRANADA, D.; CARRENO, I.; RAMOS, N.; RAMOS, M. C. P. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface (Botucatu)*, v. 21, n. 61, 285-296, 2017.
- RAMOS, M. C. P. Trabalho e mobilidade internacional face à pandemia de covid-19 – impactos económicos, sociais e políticos. In: ENNES, M.; GOES, A.; MENESES, C. (orgs.). *Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas*. Aracaju: Criação Editora, 2021.
- RAMOS, N. Populações migrantes em tempos de pandemia de Covid 19: desafios psicossociais, comunicacionais e de saúde. In: ENNES, M.; GOES, A.; MENESES, C. (orgs.). *Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas*. Aracaju: Criação Editora, 2021.
- SILVA, R. F. ; MACEDO, M., & CONCEIÇÃO, J. A pandemia de COVID-19 em Portugal: Evolução, Vacinação e Farmacovigilância. *Revista Multidisciplinar*, 4(2), 135-154, 2022.

SESSÃO 10: ESPAÇOS RURAIS: TRADIÇÃO, RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO 1

Seasonal Migration of Agricultural Workers in the Covid-19 Period

Suk-Kyeong KANG

Niğde Ömer Halisdemir University, Turkey

COVID-19 is known as the greatest epidemic of modern times since the 1918 influenza epidemic, and World Health Organization (WHO) declared a Public Health Emergency of International Concern in March 2023. After the declaration of the pandemic, the Turkish government also, like most other countries, closed educational facilities and public gathering places, suspended international flights, and required permissions for inter-city travel. Merely, public and private sector employees and seasonal agricultural workers aged between 18 and 20 could be exempted from strict curfews. As such, despite the declaration of an international public health emergency, the movement of seasonal workers for agricultural production activities was specifically permitted, because it was quite important for Turkey's agricultural economy. Turkey is a country of the 7th largest agricultural producer in the global market. The agricultural sector employs 19% of the country's workforce. However, it is a reality that a large part of agriculture is still dependent on the labour force of seasonal agricultural workers. Since seasonal workers are employed as temporary irregular workers, they obtain information from brokers (*Çavuşlar*) about farms that require workers, they work on farms for five to six months while migrating according to the

information. The outbreak of the COVID-19 pandemic has become a very threatening obstacle to those who live a migrant life. However, they have continued migrant agricultural labour for economic reasons. In Turkey, 90% of seasonal agricultural workers live in the Anatolia region of south-eastern Turkey, where they make a living from seasonal agricultural work without having other jobs. In particular, Şanlıurfa Province has the highest proportion of seasonal workers, even in the south-eastern Anatolia region. Therefore, Şanlıurfa Province was selected as the survey area, we interviewed the workers engaged in seasonal agricultural labour. They were workers who worked on seasonal migration from May to October 2020, and investigated the geographical movement path they migrated during this period. In addition, we looked at how their living and working condition was changed and affected by the COVID-19 pandemic, and what efforts were needed to improve the conditions. It was utilized that semi-structured, face-to-face indepth interviews, and telephone interviews with workers as the data collection method. In this study, since the investigator who interviewed seasonal workers was a worker engaged in seasonal agricultural labour, in-depth interviews with seasonal workers, were possible despite the COVID-19 pandemic period. As a result of the study, the emergence of COVID-19 has made their working and living conditions worse, and it has been investigated that it is urgent to prepare countermeasures against infectious diseases for the vulnerable.

Keywords: Turkey, seasonal agricultural workers, migration, COVID-19.

Determinantes das Práticas Agrícolas Sustentáveis em Portugal

Maria Inês CABRAL

Universidade do Porto, Portugal

Maria Conceição RAMOS

Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal

Tânia GONÇALVES

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

O crescimento da população e das suas necessidades e a conseqüente saturação dos solos, acentuam os problemas ambientais, de pobreza e de fome. A agricultura familiar pode contribuir para o desenvolvimento sustentável através da utilização de práticas agrícolas sustentáveis que visam conservar os recursos, proteger o ambiente, a economia e a sociedade. Esta agricultura aproxima-se da produção sustentável ao respeitar os limites ambientais, dadas as ligações estreitas entre família, agricultura, tradições e valores locais. A sua natureza multidimensional é uma mais-valia cuja ação contagia várias dimensões do desenvolvimento sustentável que contribuem para alcançar muitos dos 17 objetivos da ONU.

O estudo pretende aprofundar os conhecimentos sobre agricultura familiar e a sua importância no contexto do desenvolvimento sustentável, assim como identificar os motivos e determinantes da adoção de práticas agrícolas sustentáveis por parte dos agricultores em Portugal. Para além da revisão bibliográfica sobre conceitos chave do tema (agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e práticas agrícolas sustentáveis), foi realizada uma pesquisa quantitativa através de um inquérito *online*, com uma amostra de 170 agricultores. Com recurso à estimação de um modelo de regressão logística binária, verificou-se que a mão de obra, o número de elementos de agregado familiar e o recebimento de subsídios, são determinantes com efeito positivo na adoção de práticas agrícolas sustentáveis; já a idade e a venda de produtos da exploração parecem ter efeito negativo na sua adoção. Sendo a mão de obra a variável que representa o número de pessoas que trabalham na propriedade, este resultado mostra que, com o aumento de disponibilidade de trabalhadores, maior é a probabilidade de adotar práticas agrícolas sustentáveis. O mesmo acontece com o número de elementos de agregado familiar, isto é, quanto maior a família, maior é a disponibilidade de adotar essas práticas, assim como com o recebimento de subsídios os agricultores estão mais dispostos à sua adoção. Por outro lado, quanto mais velhos são os agricultores menor é a disposição de adotarem práticas agrícolas sustentáveis. O mesmo acontece com a venda de produtos da exploração, pois os agricultores que produzem para fins comerciais têm menor probabilidade de as adotar.

Este estudo permite compreender melhor o setor agrícola, a agricultura familiar e o comportamento dos agricultores, de forma a perceber o que os influencia a adotar práticas agrícolas sustentáveis. Permite também acompanhar mais eficazmente medidas políticas adequadas para a obtenção do desenvolvimento sustentável e a maior consciência e responsabilidade ambiental (Ramos & Patrício, 2014; Ramos, 2015).

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável; Agricultura familiar; Práticas agrícolas sustentáveis; Portugal.

Referências Bibliográficas

Ramos, M. C. & Patrício, O. (2014). Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável. In: H. Pina; P. Remoaldo; M. C. Ramos & H. Marques (Eds.). *The Overarching Issues of the European Space - The Territorial Diversity of Opportunities in a Scenario of Crisis* (pp. 316-335). Porto: FLUP.

Ramos, M. C. P. (2015). Economia verde, impactos ambientais e responsabilidade social – Desafios para a formação e consciência ambiental e a sustentabilidade. In: M. I. O. Araújo (Org.). *Conceitos e percursos da educação sob diferentes olhares* (pp. 189-222). Maceió: EDUFAL.

Estratégias Socioprodutivas da Agricultura de Pequena Escala no Quadro das Mudanças Espaciais Recentes na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe da Silva MACHADO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

O alicerce da economia de Campos de Goytacazes foi, por muitos anos, o cultivo da cana-de-açúcar. Outros municípios do Norte Fluminense também tiveram as suas economias atreladas à produção açucareira. O cultivo da cana e a estrutura da agroindústria açucareira delimitaram a dinâmica socioeconómica desta região por um extenso período histórico, do século XVIII até meados do século XX. Entretanto, a perspectiva agrícola monocultora da área de influência de Campos de Goytacazes, atualmente, não explica a complexidade das mudanças espaciais no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Desde a década de 1970, devido à descoberta de petróleo na Bacia Sedimentar de Campos, a região tem passado por mudanças espaciais significativas. Segundo a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), sete anos após as instalações da empresa na Bacia, a região já era responsável por mais da metade do petróleo e gás produzidos no Brasil. Atualmente, a área é responsável por mais de 80% do petróleo produzido no país (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA e MELO, 2015). A região de influência de Campos de Goytacazes e parte dos municípios do Norte Fluminense passaram a ser vistos como “o novo Eldorado”. É nesse contexto que o estudo busca analisar como os processos urbano-industriais recentes afetam a dinâmica e o comportamento da agricultura na área de influência de Campos dos Goytacazes, tendo em vista a capacidade de resiliência e as estratégias socioprodutivas da agricultura de pequena escala.

Nos trabalhos de campo, realizados entre 2022-23, optou-se por levantamentos de dados empíricos no município de São Francisco de Itabapoana, localizado na mesorregião Norte Fluminense, ao sul do município de São João da Barra, oeste do município de Campos dos Goytacazes. Ao norte faz divisa com o Estado do Espírito Santo e a leste é banhado pelo Oceano Atlântico, sendo o segundo maior município do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial, abrangendo uma área de 1.118,037 km². Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) e pelas informações primárias levantadas em campo, a economia de São Francisco de Itabapoana está atrelada, principalmente, ao setor agropecuário e à economia rural, apresentando diversidade produtiva na agricultura de pequena escala de base familiar, com destaque para a fruticultura e os cultivos de cana-de-açúcar e mandioca, com tendências à diferenciação dos produtos locais e regionais. Também se destacam a pesca e as atividades da pecuária, a produção leiteira e a criação de animais de corte. Há o predomínio das pequenas e médias propriedades rurais e das múltiplas relações sociais rurais.

Para além da economia do petróleo e gás, que tem orientado a política regional e o processo de reestruturação espacial a partir dos anos de 1970, a agricultura permanece sendo um dos principais pilares de sustentação da economia local e regional, através de estratégias socioprodutivas articuladas ao quadro das mudanças espaciais recentes no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: agricultura de pequena escala; agricultura familiar; Norte Fluminense; Estado do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas:

EMATER-RJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro), 2020. *Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola*, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, A., MELO, H.P., 2015. O papel do setor petrolífero no desenvolvimento fluminense. In: OSORIO, M., MELO, L.M., VERSIANI, M.H., WERNECK, M.L. (Org.). *Uma Agenda para o Rio de Janeiro: Estratégias e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Socioeconômico*. FGV Editora, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, R.R., 2015. Rio de Janeiro: potencial para se tornar a plataforma logística do Brasil. In: OSORIO, M., MELO, L.M., VERSIANI, M.H., WERNECK, M.L. (Org.). *Uma Agenda para o Rio de Janeiro: Estratégias e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Socioeconômico*. FGV Editora, Rio de Janeiro.

Envio de Vinhos Portugueses para as “Índias Britânicas” na Viragem de 1900

Jorge Martins RIBEIRO

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Cientes da importância do vinho para a economia portuguesa, os cônsules portugueses em Bombaim, preocuparam-se com o incremento da exportação deste produto para a então colônia britânica. Isto ajudaria a ultrapassar a crise vinícola porque o país passava, nos últimos anos do século XIX e primeira década do século XX.

Em 1883, por exemplo, o cônsul nessa cidade indiana, Francisco Meyrelles do Canto, exortava a que Portugal participasse na Exposição Internacional de Calcutá, a qual teria lugar a 4 de dezembro desse ano, com uma mostra de vinhos que classificava como “o principal produto da nossa indústria agrícola”. Esta seria uma forma de chamar a atenção de modo a incrementar a sua exportação para a Península Indostânica, sob administração inglesa.

Depois do decénio de 1880 em que as exportações de vinhos conheceram um grande desenvolvimento, os anos 90 foram uma época difícil para a comercialização dos vinhos portugueses, dada a forte diminuição da sua exportação no quinquénio 1890-1894. O decréscimo continuou, embora em menor escala, entre 1894-1899. Esta baixa, de acordo com Conceição Andrade Martins, explica-se por uma “retração do comércio dos vinhos comuns”. Ao mesmo tempo, na segunda metade da década de 1890, assiste-se a um aumento da produção. Enquanto isto, vai baixando o “preço médio da exportação de vinhos comuns”.

A importância do vinho para a economia nacional torna-se inteligível, se considerarmos que, de 1900 a 1919, os proventos auferidos pela sua venda pagam cerca de 1/6 das importações portuguesas. Na realidade, na viragem do século, 80% dos artigos exportados por Portugal eram produtos primários, entre os quais se destacavam os vinhos, em particular os do Porto. Como a viticultura se encontrava em crise, tomaram-se então medidas para obviar crise, que incluíram desde negociações com diversos países estrangeiros, de que o tratado de 1908 com a Alemanha é um exemplo, bem como disposições para proteger a qualidade dos vinhos. Esta política acabou por dar resultados positivos, tendo-se verificado uma melhoria no setor dos vinhos, no período anterior à I Guerra Mundial.

Neste contexto, tornava-se necessário encontrarem-se novos locais para a colocação dos vinhos portugueses, nomeadamente para os do Porto. Contudo, o mercado indiano, apesar das potencialidades, tinha características difíceis. A península indiana era um vasto território povoado por vários milhões de seres humanos, sob domínio da Grã-Bretanha, uma potência amiga, e onde Lisboa também tinha territórios sob sua administração. No entanto, o comércio com Portugal metropolitano era diminuto, sendo mais importante com a então denominada Índia Portuguesa e com a colônia de Moçambique. Por outro lado, no que diz respeito aos vinhos, os portugueses eram prejudicados pela concorrência dos outros países e pelas falsificações. No caso particular do vinho do Porto, o maior fornecedor da Índia era precisamente, a sua potência administrante, a Inglaterra.

Iremos analisar os dados estatísticos disponíveis, a fim de determinarmos o êxito obtido. Parece, no entanto, que, apesar das diversas diligências dos representantes consulares lusos em Bombaim, os resultados conseguidos pelos cônsules portugueses, parecem-nos modestos.

Palavras-Chave: Vinhos, Exportação, Portugal, Índia

Representações Sociais sobre a Agricultura em Jovens em Idade Escolar no Norte de Portugal: Estudo Piloto com Jovens em Escolas de Diferentes Contextos do Norte de Portugal

Ana Rute Pimenta CARDOSO

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Artur CRISTÓVÃO

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Carlos FONSECA

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

A agricultura é o setor primário de uma qualquer economia. Para além da produção de alimentos, dela dependem inúmeros outros setores económicos (produção de transformados, têxteis, indústria farmacêutica, indústria de cosmética, obtenção de produtos alternativos aos combustíveis fósseis, entre outros).

Mas a agricultura está, hoje, sujeita aos maiores desafios de sempre. Ela tem, ao mesmo tempo, de gerir água e solo, respeitar as preocupações ambientais, nutricionais e de segurança alimentar de consumidores cada vez mais informados e exigentes, responder a uma população em crescimento exponencial, adaptar-se às alterações climáticas, lidar com as

migrações para os centros urbanos que lhe retiram mão de obra, cativar jovens com conhecimento para lidar com todas estas variáveis.

Em Portugal, à semelhança de outros países europeus, a população ativa no setor agrícola tem diminuído, assim como a SAU. Há espaços do nosso país onde essa situação é particularmente preocupante, quer porque daí resulta uma perda de dinâmica social e económica, quer porque esse fenómeno acaba também por funcionar como força de bloqueio à instalação de novas explorações agrícolas necessitadas de mão de obra. Também o número de estudantes matriculados no ensino superior na área agrícola tem registado um decréscimo nos últimos dez anos.

A agricultura está, assim, sujeita a muitos desafios e dificuldades, que se colocarão sobretudo às gerações futuras. Mas, como vêm e percebem os jovens esta atividade? A auscultação dos jovens e o entendimento que eles têm desta atividade, assim como a hipótese de a colocarem ou não como uma escolha profissional, são fulcrais para tentar perceber o futuro da agricultura, cuja tendência para o abandono pode revelar-se um problema, não só económico, mas também ambiental e social num futuro próximo.

Esta comunicação prende-se com o estudo das representações sociais sobre a agricultura, a partir de estudo piloto com jovens em idade escolar, na tentativa de aceder às suas perceções acerca desta atividade, ao modo como as construíram e eventuais implicações dessas perceções no panorama da agricultura atual e futura. Para isso, foram realizadas entrevistas do tipo *focus groups* em quatro escolas do norte de Portugal, de diferentes contextos geográficosociais, tanto do litoral urbano como do interior mais rural.

Palavras-chave: agricultura; representações sociais; jovens em idade escolar.

SESSÃO 11: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2

Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas no Sul da Europa: Solo e Serviços de Ecossistema

Maria José ROXO

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Henrique CERQUEIRA

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

O Sul da Europa é particularmente vulnerável aos efeitos da Mudança Climática. As consequências são complexas e abrangem os sistemas ambientais, as estruturas socioeconómicas e as relações que definem entre si, em especial quando existe uma dependência territorial para com os setores da Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo (AFOLU).

O solo é um recurso fundamental ao fornecer serviços de ecossistema que, geridos de forma sustentável, ajudam na mitigação das causas e adaptação aos efeitos de um clima em mudança: sequestro de carbono, retenção de água, melhoria da resiliência dos ecossistemas, ou produção de alimento e matéria-prima.

Contudo, a saúde do solo é frequentemente comprometida por práticas como o sobrepastoreio, a desflorestação e desadequação de culturas, que reduzem a fertilidade do solo, a sua capacidade de suportar o crescimento de plantas e aumentam o risco de erosão e outras formas de degradação da terra.

Para enfrentar estes desafios e maximizar os benefícios dos serviços de ecossistema fornecidos pelo solo, os países do Sul da Europa devem adotar práticas de gestão recomendadas para a conservação e recuperação de solo: sistemas integrados, lavoura de conservação, sistemas de irrigação mais eficientes, entre outras. Para além disso, é necessário repensar o planeamento e gestão do território de forma a adequar as trajetórias de mudança de uso do solo à capacidade e resiliência dos ecossistemas.

A alocação adequada dos incentivos da PAC aos territórios onde se inserem é fundamental para evitar os gradientes de erosão e degradação da terra que se verificam em algumas áreas da Bacia do Mediterrâneo, em especial onde existem condições de clima árido, semiárido e sub-húmido seco. Incluir objetivos de sequestro de carbono no solo nas políticas agrícolas e ambientais do espaço europeu representa a necessidade de recuperar ecossistemas degradados, mas também a oportunidade de criar condições de adaptação e de combate à desertificação, bem como atribuir valor aos serviços de ecossistema de regulação, suporte e culturais.

Enfrentar os desafios da mudança climáticas no Sul da Europa é combinar esforços de mitigação e adaptação que apoiem o uso sustentável dos recursos naturais e melhorem a resiliência das comunidades e ecossistemas. Concentrando-se nos serviços de ecossistema do solo, os países do Sul da Europa podem construir um futuro mais sustentável e resiliente e justo para os seus cidadãos.

Palavras-chave: Mudança climática, Adaptação, Mitigação, Solo, Sequestro de Carbono, PAC

Ambiente e Sustentabilidade: em Especial, a Informação Ambiental

Sandra Lopes LUÍS

CIDP, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal

Os últimos tempos têm sido marcados por relevantes eventos decorrentes de alterações climáticas. Basta pensar nas ondas de calor, nas secas ou nas cheias, entre outros eventos que têm tido consequências trágicas em todos os países da União Europeia. Torna-se, pois, imprescindível adotar medidas urgentes no sentido de combater as alterações climáticas, medidas que se devem pautar, não só pela adoção de políticas públicas e pela criação de mecanismos jurídicos tendentes à proteção do meio ambiente, mas também pelo envolvimento da sociedade civil neste desiderato, sendo que, neste campo, a informação ambiental afigura-se um vetor essencial.

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito ao ambiente, daí decorrendo um conjunto de deveres associados às entidades públicas que têm como missão a sua proteção. Todavia, estes deveres devem alargar-se também aos particulares, pois só dessa forma se consegue uma proteção efetiva. Na realidade, a proteção do meio ambiente não se pode desligar do acesso à informação ambiental e ao princípio da participação essenciais à transparência administrativa, que, por sua vez, está na essência de um Estado de Direito Democrático.

As políticas da União Europeia têm evoluído neste âmbito. Efetivamente, após o Tratado de Lisboa, a política ambiental passou a constar como um objetivo específico da União Europeia, sendo tal reafirmado no Acordo de Paris. Aliás, a Convenção Aarhus consagrou o direito à informação, participação e acesso à justiça ambiental e afigurou-se igualmente um instrumento imprescindível em sede de democracia ambiental.

A União Europeia implementou a Convenção Aarhus através do Regulamento (CE) n.º 1367/2006, que permite que organizações não governamentais instaurem processos perante os tribunais europeus face a decisões das instituições e organismos comunitários.

Em Portugal, importa também analisar os mecanismos jurídicos de concretização do acesso à informação procedimental ao nível ambiental, concretizado pela lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, tal como o acesso à justiça administrativa neste âmbito. As relações ambientais devem ser entendidas como relações multilaterais, em que vários autores se movem em prol de objetivos diversos.

A falta de informação ou a informação incorreta são pontos sublinhados pelos cidadãos, enquanto aspetos que colocam em causa a sua confiança nas instituições e que tem constituído um óbice ao desenvolvimento e incremento das políticas ambientais.

Num novo modelo social, pautado por uma relação cada vez mais horizontal, marcada por uma pluralidade de atores, tanto públicos como privados, todos devem ser chamados à responsabilidade no desígnio da tutela ambiental.

Palavras-Chave: sustentabilidade, informação ambiental, ambiente

Destruição da Natureza e Discurso Antiecológico no Brasil: Breve Análise da Política Ambiental do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)

Leandro Dias de OLIVEIRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Norma da Silva Rocha MACIEL

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Em 5 de junho de 2022, na Terra Indígena do Vale do Javari, no estado do Amazonas, foram assassinados o indigenista brasileiro Bruno Pereira, servidor licenciado da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e o jornalista inglês Dom Phillips, que colaborava com diversos jornais no exterior, como o The New York Times, The Guardian e The Washington Post. Bruno Pereira já recebia ameaças por ajudar a proteger os grupos indígenas da região de traficantes de drogas, garimpeiros ilegais, madeireiros e caçadores. Por sua vez, Dom Phillips estava na região realizando pesquisas para o seu futuro livro sobre desenvolvimento sustentável. Tais assassinatos ilustram a barbárie que combinou retrocessos ambientais e beligerância institucional do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro.

O então irrelevante deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, com uma plataforma política que combinava beligerância e autoritarismo político, desvalorização de pautas identitárias e de movimentos sociais – de movimentos ecológicos, de luta pela terra e pela moradia, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, de mulheres, negros etc. –, associação mesquinha entre religião cristã e gestão política e pressupostos de um neoliberalismo maleável, cujo intento maior se revelou no rapto e destruição das estruturas organizacionais do Estado, com salvaguarda apenas de investimentos nas Forças Armadas. Neste sentido, a participação ativa das Forças Armadas na administração do Estado brasileiro representou não somente o aumento expressivo do número de militares em postos civis – agregando ganhos significativos aos soldados já majorados pelos aumentos concedidos no período –, mas também a ingerência direta em assuntos diversos, como as políticas ambientais, a proteção florestal e a gestão de áreas de preservação. Durante os quatro anos do Governo Bolsonaro, houve a defesa de um modelo de desenvolvimento ilimitado avassalador, com importantes lideranças políticas promovendo a ideia da natureza como obstáculo ao progresso e saudando a poluição atmosférica, a construção de rodovias em áreas verdes, os agrotóxicos em geral e a dissolução das reservas indígenas. A vinculação do Serviço Florestal Brasileiro e da Agência Nacional de Águas ao Ministério da Agricultura, a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas, a interrupção no reconhecimento de novas terras indígenas e de terras quilombolas e o congelamento da criação de novas unidades de conservação, com o constante enfraquecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) revelam, entre muitos outros exemplos, o vilipêndio da natureza, o avanço das fronteiras da acumulação capitalista sobre a floresta e a opção pela extração violenta em lugar da preservação. Porém, com o fim da sua gestão, onde nem sequer teve a dignidade de seguir os ritos democráticos de passagem da Presidência da República para o candidato eleito, Luís Inácio Lula da Silva, emergem novas esperanças. A indicação, por parte do Presidente Lula da Silva, da prestigiada ambientalista Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente e das lideranças indígenas Sonia Guajajara para o Ministério dos Povos Indígenas e Joênia Wapichana para a presidência da FUNAI são sinais que nos permitem acreditar no fim do projeto antiecológico e de morte, da natureza e dos opositores do regime, e a retomada de uma política que ofereça possibilidades de sustentabilidade ecológica, justiça ambiental e proteção dos povos originários.

Palavras-chave: Política Ambiental, Bolsonaro, discurso antiecológico, Brasil.

Sustentabilidade Ambiental no Douro Superior, Território Fronteiriço da União Europeia

Otília LAGE

CITCEM, Portugal

Carla SEQUEIRA

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Esta proposta de comunicação suporta-se em anteriores trabalhos nossos sobre o Douro Superior, uma das sub-regiões durienses a exigir mais investigação, sobre o processo de transformações do espaço regional duriense (PEREIRA, 1996: 155-165), expansão do vinhedo com diferenças intrarregionais e alterações institucionais, em inter-relação com problemáticas atuais de sustentabilidade ambiental, designadamente no espaço da União Europeia que integra a sub-região fronteiriça do Douro Superior.

Nesse âmbito lato, são nossos objetivos principais: a) fazer uma análise diacrónica breve da expansão, afirmação e sustentabilidade da vinha e do vinho no território do Douro Superior, hoje produtora de vinho do Porto e vinhos DOC de elevada qualidade; b) observar sumariamente as três fases da evolução vinhateira: uma primeira, embrionária e de reduzida expressão comercial, anterior ao surto da filoxera; a segunda, de lenta mas progressiva afirmação no período subsequente até às demarcações de João Franco e Ferreira do Amaral (1907-1908), com o reconhecimento institucional do alargamento da Região Demarcada do Douro até à fronteira com Espanha; a terceira, ocorrida no decurso do século XX, relativa à consolidação vitivinícola desta sub-região; c) compaginar essa ancoragem histórica com a gestão dos bens e recursos ecológicos deste espaço vitivinícola na dimensão da sustentabilidade ambiental. No que se refere à metodologia a usar, além da investigação documental de fontes, documentos e trabalhos científicos da especialidade, consideramos ainda métodos e metodologias da História Ambiental.

Quanto aos resultados previstos, salientamos os seguintes tópicos de debate: i) o problema da falta de água e a necessidade de rentabilizar/racionalizar os recursos, com vista a promover o equilíbrio entre a sustentabilidade do Ambiente e a produção de vinhos de alta qualidade; ii) o incremento de novos estudos que incorporem a vertente ambiental, cujas potencialidades permitem ampliar o conhecimento do equilíbrio ecológico e a caracterização biofísica e ensaiar outras abordagens sobre temas atuais do desenvolvimento sustentável das regiões interiores de grande importância na vida das pessoas e nos ambientes de trabalho, como preconiza por exemplo o objetivo “12 - Produção e Consumo Sustentáveis da Agenda 2030” da ONU.

Palavras-Chave: Sub-região Douro Superior; União Europeia; Ambiente sustentável; Agenda 2030-ONU

Referências bibliográficas:

PEREIRA, Gaspar Martins (1996). A região do vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira. «Douro – Estudos & Documentos». 1: 1, 177-194.

SESSÃO 12: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 1

A Recetividade dos Técnicos da Administração Local ao Programa Condomínio de Aldeia

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Após os incêndios de 2017, diversos programas governamentais foram implementados. Estas iniciativas são de grande relevância, uma vez que o problema dos incêndios rurais é recorrente em Portugal. No ano de 2022 voltamos a presenciar incêndios com elevadas intensidades na frente de fogo, registaram-se 110 007 hectares de área ardida, com 17 incêndios a superar os 1000 hectares e 101 incêndios enquadrados na categoria de grandes incêndios, segundo o ICNF, mas não se verificou a perda de vidas civis diretas.

De forma a mitigar os efeitos nefastos desta problemática surge, no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), a medida “Condomínio de Aldeia - Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios de floresta”, tendo como objetivo primordial aumentar a resiliência das aldeias localizadas nestes territórios vulneráveis, apoiando a implementação de ações de gestão de combustível e de alteração do uso e ocupação do solo num espaço de, no mínimo, 100 m à volta do aglomerado populacional. O Condomínio de Aldeia visa libertar os titulares dos prédios rústicos do ónus periódico e permanente da gestão de combustível, contribuindo para o fomento da economia local, da biodiversidade e da proteção das áreas edificadas em interface urbano-florestal. Este programa vai de encontro à estratégia definida no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e denominada “territórios de floresta a valorizar” e é complementar ao Programa Aldeia Segura.

Neste trabalho pretendemos avaliar a recetividade dos técnicos da administração local ao programa “Condomínio de Aldeia”, tendo por base vários casos de estudo na NUT III do Alto Tâmega e Barroso (freguesias, municípios, comunidades intermunicipais, associações de desenvolvimento local) com a realização de questionários, entrevistas e visitas às aldeias envolvidas no programa. Depois da realização do diagnóstico, pretende-se contribuir com algumas sugestões que permitam melhorar de forma significativa a implementação do referido programa.

Dos resultados preliminares verifica-se alguma dificuldade dos técnicos em compreender o aviso de candidatura e até mesmo em conseguir cumprir alguns parâmetros. O valor a financiar por cada condomínio é consideravelmente reduzido e desajustado ao contexto atual. As populações nem sempre são envolvidas no processo de forma adequada. Em síntese, pode dizer-se que há uma necessidade imperativa da simplificação do processo de candidatura, assim como da necessidade do aumento do financiamento por condomínio e criar dinâmicas inovadoras de envolvimento dos proprietários na implementação desta medida, de forma a torná-la mais eficaz.

Palavras-chave: Incêndios; Condomínios de aldeia; Uso do Solo; Ordenamento do território; Alto Tâmega e Barroso

Os Programas “Aldeia Segura”, “Pessoas Seguras” Numa Ótica Local: O Exemplo Da Aldeia De Vale Florido

Ana ROCHA

Município de Ansião, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os incêndios de 2017 em Portugal marcaram fortemente a sociedade civil, revelaram-se ser dos mais mortais da história do país, resultando na perda de 117 vidas e danos muito significativos em habitações, empresas e ecossistemas. Estes eventos vieram sublinhar a necessidade urgente de promover uma cultura de prevenção do risco nas comunidades, sobretudo nas comunidades rurais. Surgem assim com esse desígnio os programas “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” (ASPS).

Com este trabalho pretende-se explicar a experiência na implantação dos programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras, com incidência na experiência desenvolvida pelo Município de Ansião na Aldeia de Vale Florido. E, nomeadamente, identificar os obstáculos encontrados, os pontos fortes, pontos fracos, as dificuldades e as perspetivas futuras para estes programas. Por fim, apresentar-se-ão algumas recomendações com o objetivo de melhorar efetivamente a implementação dos programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras.

Metodologicamente, encentou-se a recolha do testemunho junto do serviço Municipal de Proteção Civil de Ansião, de modo a identificar os principais desafios que se colocam na implementação dos programas ASPS na primeira pessoa.

O resultado deste trabalho, com base na experiência do município na implementação dos ASPS, demonstra a importância de uma abordagem centrada na comunidade. Ao envolver residentes locais os municípios podem efetivamente desenvolver uma cultura de proximidade entre as comunidades e a proteção civil. O envolvimento dos Presidentes de Junta, pela proximidade com as populações, demonstrou ter um papel primordial na adesão da população ao programa. Os resultados também evidenciam a necessidade de uma avaliação e adaptação contínuas destes programas para garantir sua eficácia a médio e a longo prazo e capaz de os tornar flexíveis face aos novos desafios da sociedade. Em última análise, o sucesso destas iniciativas depende em grande medida do compromisso e da colaboração de todos: comunidades rurais e agentes da proteção civil.

O trabalho desenvolvido em Vale Florido, demonstra que envolver os municípios na implementação de programas de promoção de preparação das comunidades é uma forma eficaz de promover a preparação e reduzir o risco de danos nas pessoas e nos seus bens. Ao trabalhar em conjunto com residentes, agentes de proteção civil e outras entidades, os municípios podem ajudar a aumentar a consciencialização, promover a preparação para o risco e criar uma cultura de segurança, essencial para proteger comunidades rurais mais vulneráveis. É imperativo uma abordagem colaborativa e centrada na comunidade. A grande valência deste programa consiste na janela de oportunidade para formação e informação das populações em medidas de autoproteção.

Palavras-Chave: Preparação, Perspetiva Local, Aldeia Segura, Pessoas Seguras

Ordenamento do Território e Incêndios Rurais: O que nos dizem as Políticas Públicas de Outros Países

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Fantina TEDIM

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A prevenção dos incêndios florestais, assente nas políticas de ordenamento do território, é crucial, especialmente para Portugal, um país com elevada exposição às condições favoráveis à ocorrência de incêndios rurais.

No entanto, no caso português têm-se verificado dificuldades em articular as políticas de ordenamento do território e as de gestão integrada de fogos rurais, apesar do esforço envidado pelo atual Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). Neste sentido, de forma a contribuir, consubstancialmente, para suprir as necessidades de alinhamento entre o ordenamento do território e a gestão integrada de fogos rurais, o presente estudo intenta identificar e comparar as melhores práticas de articulação entre estas duas esferas em todo o mundo como roteiro de benchmarking em planeamento.

Neste sentido, González-Mathiesen et al. (2021) postulam que seis grandes desafios se podem levantar à integração entre as políticas de ordenamento do território e de gestão de incêndio rurais, nomeadamente: i) reconhecer que as políticas destas duas esferas têm, muitas vezes, origens independentes; ii) desenvolver uma base comum e transversal de conhecimento entre as duas esferas; iii) incluir as considerações concernentes à redução do risco de incêndio no sistema de planeamento e ordenamento do território; iv) criar estruturas institucionais nacionais que implementem a integração entre os dois âmbitos e possibilitem o diálogo entre os seus diversos interlocutores; v) alinhar a governança destes dois âmbitos dentro e entre instituições; vi) assumir que as dinâmicas destes dois âmbitos têm diferentes escalas espaciais e temporais.

Recorrendo, assim, a vários casos de estudo, a presente investigação, através da análise de documentos legais relativos ao alinhamento do ordenamento do território com a gestão de incêndios rurais, almeja encontrar as melhores práticas a nível mundial que possam inspirar e ser aplicáveis ao caso português. A investigação identifica, deste modo, as principais características e diferenças dos sistemas de articulação entre instrumentos de gestão territorial e de gestão de incêndios rurais na Austrália, Chile, EUA e Canadá, mormente enfocando-se na dimensão exigida para as faixas de gestão de combustível em torno do edificado, e nos condicionamentos existentes à edificação em função da perigosidade de incêndio rural.

Na senda da articulação entre as políticas de ordenamento do território e as de gestão integrada de fogos rurais em Portugal, o presente estudo, partindo do conhecimento emanado da análise dos vários casos de estudo, formula oportunidades e recomendações de melhoramento que concorrem para o seu congruente alinhamento no *modus operandi* português.

Palavras-Chave: Ordenamento do Território, Prevenção, Incêndios Rurais, Políticas Públicas.

Referências Bibliográficas:

Gonzalez-Mathiesen, C., Ruane, S., & March, A. (2021). Integrating wildfire risk management and spatial planning – A historical review of two Australian planning systems. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 53. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.101984>

SESSÃO 13: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2

A Ética no Risco: Os Desafios da Sociedade de Risco

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Marta NESTOR

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Face ao presente e futuro contexto climático em mudança, o presente capítulo apresenta uma revisão crítica da obra *Sociedade de Risco Mundial: em busca da Segurança Perdida* de Ulrich Beck, publicada em 2007 em alemão, traduzida para inglês em 2009 e para português em 2015, a qual constitui um referencial na base heurística e na discursiva hermenêutica do Risco.

Na opinião de Beck, a industrialização ultrapassou a sua lógica e os seus limites, conduzindo-se, hoje, para um processo de autodissolução, pelo que urge fazer emergir uma nova fase da modernização, mormente uma corresponsabilizadora reflexividade que possibilite gerir esta trajetória.

Neste momento de rutura, a modernização reflexiva abala as instituições fundamentais da sociedade industrial dos Estados-nação, verificando-se a transição de uma sociedade industrial nacional para uma sociedade global indeterminada e ambígua.

Beck afirma, igualmente, que a globalização quebra a base do Estado-Providência e o Contrato Social. Portanto, a crítica cultural tem-se alienado do exercício conceptual e necessário para a compreensão do Novo. Sendo cego e ingénuo no que diz respeito à realidade política, este ignora que existe de facto uma transformação da ordem mundial, assim como das regras e estruturas de poder que começam a ser renegociadas à luz da globalização.

A precariedade da certeza antropológica da Modernidade e o pavor social pela anti-Modernidade que esfuma as nossas dependências materiais e enviesa as nossas obrigações morais colocam o dilema do cosmopolitismo do risco na sociedade mundial em função dos riscos globais. Na obra, Beck relaciona os riscos globais com os conflitos na sociedade de risco mundial a três níveis, nomeadamente os conflitos em torno de riscos ecológicos, riscos financeiros globais e ameaça das redes terroristas. Os riscos ecológicos estão associados ao neoliberalismo, sendo, para Beck, responsabilidade da industrialização ocidental, os quais se repercutem a nível global, como é o caso dos impactos das alterações climáticas. Noutro plano, situam-se os riscos financeiros globais, fruto de uma matriz de irresponsabilidade organizada que conduz à eclosão das crises económicas, desemprego, exclusão e instabilidade social. Por outro lado, as atividades terroristas situam-se na esfera das catástrofes intencionais em que o cálculo da probabilidade inerente ao conceito de acidente deixa de ser aplicável.

Destarte, num contexto global tão polifacetado, a cooperação cosmopolita dos povos é, por um lado, a única e verdadeira via de reflexão dos desafios presentes e vindouros, mas é, por outro, a mais árdua de ser alcançada.

Palavras-Chave: Ética, Risco, Sociedade, Antropoceno, Cosmopolitismo

Consciência Para o Risco no Local de Residência dos Alunos do 9.º Ano de Escolaridade

Sílvia OLIVEIRA

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Margarida MARQUES

Colégio Pedro Arrupe, Portugal

Maria José ROXO

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Célia FIGUEIRAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

A abordagem aos riscos no ensino básico é realizada no 9º ano de escolaridade, na disciplina de Geografia. O programa curricular desta disciplina explora de forma muito sucinta, as diferenças entre riscos naturais e riscos mistos, identificando-os e abordando as suas consequências e medidas de prevenção. Mediante esta abordagem, claramente insuficiente para uma temática de grande relevo, torna-se imperativo perceber o nível de consciencialização dos alunos para este assunto. O objetivo desta investigação é perceber de que forma os alunos do 9º ano de escolaridade estão consciencializados para os riscos existentes na sua área de residência. Com base nos resultados, pretende-se sugerir possíveis intervenções para promover a consciência para o risco em contexto escolar. Para atingir tal desiderato elaboramos uma revisão tradicional

de literatura e um inquérito por questionário, aplicado aos alunos do 9º ano de escolaridade de colégios na área metropolitana de Lisboa (AML). A amostra, selecionada por conveniência, inclui mais de 150 alunos. Os resultados preliminares indicam que a maioria dos alunos do 9º ano de escolaridade não possui uma consciência adequada sobre os riscos na sua área de residência. Ao mesmo tempo, a maioria dos alunos não adota comportamentos preventivos para reduzir os riscos na área onde reside. Torna-se claro que as medidas de prevenção mais conhecidas pelos alunos são aquelas relacionadas com os riscos naturais, como terremotos e tsunamis, enquanto as medidas de prevenção associadas aos riscos mistos, como poluição do ar e contaminação do solo, são menos conhecidas. Esta investigação permitiu também compreender que a abordagem aos riscos no ensino básico deve ser ampliada e aprofundada, especialmente no que diz respeito à educação para o risco. É essencial aumentar a consciência dos alunos para os riscos existentes na sua área de residência, bem como promover comportamentos preventivos, independentemente do contexto socioeconómico em que se encontram. A educação para o risco deve, pois, ser considerada uma prioridade nas escolas, como uma medida preventiva para a redução dos riscos. A revisão da literatura realizada reforça a importância de se discutir a consciência para o risco em todos os níveis de ensino, para que os alunos se tornem cidadãos mais conscientes, responsáveis e ativos nesta temática.

Palavras-Chave: Consciência; Risco; Local de residência, Perceção, Educação

Os Desafios da Implementação do Programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras No Concelho de Ribeira de Pena

Sara TAPA

Município de Ribeira de Pena, Portugal

António VALADARES

Município de Ribeira de Pena, Portugal

O concelho de Ribeira de Pena pode ser descrito como a terra onde termina o Minho e começa Trás-os-Montes, e isso reflete-se no contraste de paisagens ao longo do seu território e, por inerência, no uso do fogo. Por um lado, estende-se o mosaico verdejante de terrenos agrícolas e espaços florestais, por outro evidenciam-se os matos e os afloramentos graníticos do Alvão. Outrora detentora da distinção de maior mancha de pinhal-bravo da Europa, continua a ser uma região dominada pelo pinheiro-bravo. Este fator aumenta o potencial para um ou vários incêndios de grandes dimensões. Por sua vez, as áreas onde se verifica maior presença de pastoreio de cabra-bravia coincidem com as áreas com maior número de ignições e maior recorrência de incêndios. O concelho de Ribeira de Pena tem um perfil predominantemente rural, no qual a área florestal representa 78% do território e a área agrícola 19%.

Neste contexto, os incêndios rurais constituem uma ameaça real, cujo risco foi sendo agravado, ao longo das últimas décadas, na sequência do progressivo despovoamento, associado à existência de amplos fluxos migratórios direcionados para as áreas metropolitanas do litoral, ou emigrando para o espaço europeu.

Para revitalizar este território, surgem diversas iniciativas institucionais, a tentativa de implementar Programas associados a fundos comunitários que abarcam diversas vertentes. Só assim se alavanca a resiliência do território, das suas populações, reconhecendo-se a importância de capacitar a população e facilitar a intervenção operacional pelo que, desde 2019, o Município de Ribeira de Pena tem investido na execução dos Programas Aldeia Seguras/Pessoas Seguras.

Com efeito, as conclusões do trágico ano de 2017, ao nível dos incêndios rurais, mostraram ao país que afinal a população não estaria assim tão preparada no que diz respeito às medidas e comportamentos de autoproteção. Este trabalho reflete a experiência do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena, que permitiu identificar um conjunto de fatores, como a colaboração com as equipas de apoio domiciliário, que podem favorecer ou dificultar a operacionalização destes dois programas no terreno.

A partir desta reflexão são elencados os desafios na implementação dos Programas Aldeia Seguras/Pessoas Seguras no concelho de Ribeira de Pena, nomeadamente, a gestão do tempo e a compatibilização com outras tarefas a cargo deste serviço municipal. A partir da identificação destes desafios, espera-se melhorar a eficiência do processo de implementação do Programa, assim como aumentar a sua capacidade de conferir, efetivamente, proteção da comunidade. Na perceção do Gabinete de Proteção Civil e Defesa da Floresta do Município de Ribeira de Pena, o sucesso deste programa vai depender de outras medidas que atuem sobre a mitigação do risco, como, por exemplo, a gestão de combustível ou o aumento da rentabilidade económica das atividades agrosilvopastoris ou turísticas.

Palavras-Chave: Aldeia Segura; Pessoas Seguras; Preparação; Comunidades; Ribeira de Pena

Turismo Ferroviário em Portugal e no Espaço Europeu

Eunice Almeida DUARTE

CiTUR, Instituto Superior de Gestão, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal

No paradigma atual, a sustentabilidade ambiental é uma preocupação comum a todos os estados europeus, assim como criação de comunidades sustentáveis. Desde logo através de uma melhor gestão dos seus recursos como a energia, a utilização de recursos endógenos, entre outros. Por outro lado, o turismo como hoje o conhecemos começou com a Grand Tour, o que só foi possível devido ao aparecimento do comboio e alterando assim a forma das pessoas se deslocarem em lazer. Também permite o acesso a localidades de menor dimensão, apesar de na atualidade a tendência para a procura por comboios mais rápidos limita as paragens em localidades de menores dimensões, sendo necessário por vezes combinar transportes. No entanto, existe a promoção dessas viagens através do Interrail, ou seja, viagens entre 4 a 22 dias no máximo, pelos 33 países aderentes. Existem ainda comboios com base na oferta temática, comboio noturnos, ou como complemento e/ou alternativa aos voos de curta distância.

Apesar de tudo isso Portugal não conta com uma estratégia para o turismo ferroviário. Como tal, através da análise de benchmarking propor um modelo para potenciar o turismo ferroviário entre Portugal e os outros países europeus. Para realizar a análise foi efetuada a revisão da literatura e o levantamento da oferta através dos sites oficiais das transportadoras de serviços ferroviários de passageiros, de agências que vendem serviços de turismo ferroviário e entidades conexas. O comboio ao seu um meio de transporte com menor impacto ambiental, pode tem vindo a ser considerado uma alternativa para as viagens turísticas.

Nesse sentido, verifica-se que um modelo para Portugal passa pela criação de novas estratégias ao nível da oferta de serviços ferroviários, assim como de ligações. Mas também que com os serviços atuais é possível maximizar as oportunidades para potenciar turismo ferroviário em Portugal, potenciando as localidades onde existem estações e apeadeiros. Promovendo uma maior coesão territorial e a promoção dos consumos sustentáveis. Assim como, a necessidade de ter estratégia de parcerias ao nível do europeu para a criação de produtos integrados para venda por agências. Por outro lado, a oferta de turismo ferroviário nacional carece de uma rede de parceiros ao nível da distribuição, comunicação e promoção ao nível dos mercados europeu. Sendo que o turismo ferroviário em Portugal ainda está na fase embrionária, não sendo um produto estruturado e o qual recentemente deixou de ter na sua oferta o serviço do projeto “The Presidential” o qual era direcionado para um segmento superior e começava a ser uma referência no mercado dos produtos deste género turístico. As inexistências dos comboios noturnos entre outras necessidades condicionam o potencial do turismo ferroviário.

No futuro seria interessante verificar junto das diversas entidades que qual a sua visão sobre o modelo proposto.

Palavras-Chave: Coesão Territorial; Interrail; Portugal; Sustentabilidade; Turismo Ferroviário

Marketing Territorial como Ferramenta para Desenvolver o Turismo Rural no Dombe Grande

Rebeca da Conceição Leticia Vasco dos SANTOS

Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal

A presente abordagem resulta da minha dissertação de mestrado intitulada “Marketing Territorial como Ferramenta para Desenvolver o Turismo Rural na Província de Benguela: O Caso do Dombe Grande”. No entanto, o enfoque deste trabalho recai somente sobre a comuna do Dombe Grande.

Assim, o escopo é retratar a necessidade de implementação do Marketing Territorial em Dombe Grande, de forma a impulsionar o turismo rural e o Desenvolvimento Sustentável da pequena comuna, bem como o seu impacto a nível local, regional e nacional. Pretende-se dar visibilidade às potencialidades do Dombe Grande e chamar a atenção das autoridades responsáveis pelo seu desenvolvimento, para a necessidade de uma intervenção urgente. Esta pode ser feita através da adoção de estratégias de Marketing Territorial que potencializem a divulgação deste território, tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Angola evidencia um aumento galopante da pobreza extrema e da fome, fruto do planeamento territorial precário e de políticas públicas que facilitam as desigualdades. Consequentemente, as áreas rurais são as mais afetadas, sendo as mais pobres, com uma fraca provisão de infraestruturas (débeis vias de comunicação, saneamento, água potável e rede elétrica), de serviços básicos, de habitação e falta de políticas públicas. Em Dombe Grande acresce ainda o desemprego e reduzidos investimentos que conduziram à sua estagnação económica e ao êxodo rural. Urge a criação de uma política

adequada de uso do solo para promover o Desenvolvimento Sustentável e a atração de turistas e de investimento para esta área, pois a promoção do turismo rural permitirá alcançar uma sustentabilidade económica, social, patrimonial e territorial.

Dombe Grande é uma comuna rural litorânea que ocupa uma área de 2.910 km², subdividida em 13 bairros, 12 aldeias e 7 povoações, localizada a Sul do município da Baía Farta, um dos 10 municípios da província de Benguela, a cerca de 60 km da capital provincial. Apesar dos sérios problemas, a comuna ostenta uma beleza peculiar. Com a fértil bacia hidrográfica em torno do rio Coporolo que desagua no oceano Atlântico, rodeada por montanhas semidesérticas, influenciadas pelo deserto do Namibe. Acresce o potencial agropecuário e assoberbas tradições e cultura local que tornam a história e o mosaico étnico da região patrimónios a serem preservados.

A partir desta perspetiva, pode-se afirmar que Dombe Grande tem potencial para se desenvolver em contexto sustentável, conjugando estes ativos com a inovação e políticas adequadas de uso do solo, sistematizadas num plano de Marketing Territorial que busque a valorização e preservação do património natural e cultural, a inclusão social, o bem-estar dos moradores, a robustez económica, e a superação da resistência dos turistas, dos investidores e dos próprios moradores. A metodologia desta abordagem conjugou a análise qualitativa e quantitativa, centrando-se na pesquisa bibliográfica e consulta de websites de jornais, de blogs e de revistas. Prosseguindo-se um exaustivo trabalho de campo que englobou levantamento fotográfico e a concretização de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas e de inquéritos, à população residente e aos principais intervenientes no desenvolvimento do Dombe Grande.

Palavras-Chave: Marketing Territorial, Dombe Grande, Património, Turismo Rural, Desenvolvimento Sustentável.

Taxas Turísticas e Sustentabilidade: Uma Revisão Sistemática da Literatura e Investigação Futura

Eva MIRANDA

Escola de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

Soraia GONÇALVES

UNIAG, Escola Superior de Gestão do Inst. Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

Laurentina VAREIRO

UNIAG, Escola Superior de Gestão do Inst. Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal

À medida que a indústria global do turismo continua a crescer, as preocupações com o seu impacto no ambiente e nas comunidades locais têm aumentado. Em resposta a estas preocupações, muitos destinos implementaram taxas turísticas como um instrumento político para gerir os impactos negativos do turismo nos destinos e promover o turismo sustentável. Este documento apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre a relação entre as taxas turísticas e a sustentabilidade, realizada utilizando o software Bibliometrix R.

O objetivo desta revisão é fornecer uma análise abrangente da investigação existente sobre este tópico, identificando lacunas na literatura e sugerindo áreas para investigação futura. O processo de revisão sistemática da literatura seguiu as diretrizes do PRISMA e incluiu uma pesquisa abrangente de duas bases de dados eletrónicas (Web of Science e Scopus) para artigos publicados até 2023. Os termos de pesquisa incluíam combinações de palavras-chave relacionadas com as taxas turísticas e sustentabilidade. Os critérios de seleção incluíam a relevância e qualidade dos artigos, com base nos seus títulos, resumos e palavras-chave.

O processo de extração de dados incluiu a identificação e codificação de dados bibliográficos (por exemplo, autor, título, revista, ano), bem como as palavras-chave e resumos dos artigos. A análise bibliométrica foi conduzida utilizando o software Bibliometrix R, que fornece uma gama de indicadores e visualizações para os dados bibliográficos. Considerando que o nosso estudo ainda é preliminar, esperamos que o processo de pesquisa e a análise bibliométrica mostrem a evolução do número de publicações sobre as taxas turísticas e sustentabilidade ao longo do tempo, e as categorias temáticas mais comuns. As autoras esperam que os resultados deste trabalho realcem a importância de estudar este tópico de uma perspetiva interdisciplinar e internacional e forneçam orientações para futuras pesquisas e debates políticos.

A análise bibliométrica fornece uma ferramenta útil para cartografar e sintetizar a literatura existente, e para identificar lacunas de conhecimento e oportunidades de colaboração. Globalmente, este estudo contribuirá para o crescente corpo de conhecimentos sobre as taxas turísticas e sustentabilidade, fornecendo um base para mais investigação e prática neste campo.

Palavras-Chave: Revisão sistemática literatura, sustentabilidade, taxas turísticas

SESSÃO 15: PAISAGEM, PATRIMÓNIO E TURISMO 2

Minas de Antimónio do Concelho de Gondomar - Uma Oportunidade de Turismo Industrial

Guilherme SILVA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Maria Ferreira de MATOS

LNEG, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal

Nas últimas décadas o turismo industrial, tem crescido de forma significativa sendo uma atividade económica em expansão. Na Europa, surgiram as primeiras iniciativas nos anos 80 no Reino Unido e Alemanha, com a musealização de espaços industriais (Cordeiro, 2007). Em Portugal este tipo de iniciativas começou a ter um maior impacto no final do século XX, muito devido à desindustrialização, responsável pelo encerramento e deslocalização de muitas fábricas, levando ao desaparecimento de muito desse património.

Na Indústria Extrativa, são ainda em número reduzido os casos de musealização do património mineiro desativado (Mendes, 2012). No contexto europeu, existem já alguns projetos em torno da recuperação do património mineiro, como o Complexo Industrial da Mina de Carvão de Zollverein (Alemanha) e o Parque Mineiro de Rio Tinto (Espanha). Em Portugal, o processo para a inventariação e classificação do património mineiro encontra-se em fase de desenvolvimento, havendo ainda um longo caminho a percorrer na salvaguarda de locais com interesse patrimonial. Como exemplo, referem-se alguns projetos de musealização já concretizados: Museu do Ferro de Moncorvo, Museu Mineiro do Lousal, Museu Mineiro de S. Pedro da Cova, Centro Interpretativo Mineiro de Jales, entre outros casos bem-sucedidos na recuperação do património mineiro.

O caso em estudo, trata das minas de antimónio de Gondomar (Medas, Serra das Flores), que pelas características geográficas e geológicas que detinha, permitiu albergar um grande número de minas, tornando-se na zona do País com mais explorações.

Estas minas foram exploradas em finais de 1800, altura em que Portugal se desenvolveu neste setor com o início da exploração de muitos espaços mineiros. Na área em estudo, foram constituídas três companhias mineiras, que detinham a maior parte da exploração de antimónio da região: Comp. das Minas de Gondomar, Comp. das Minas da Tapada e uma companhia inglesa, "The Lixa Mining Company Limited".

Há data, este fenómeno mineiro trouxe um importante desenvolvimento em toda a região, tendo o seu encerramento, sérias consequências nefastas sobre a população e território. O estudo efetuado sobre a exploração do antimónio, confirma a ideia de que este setor teve uma natureza cíclica. As flutuações bruscas das cotações dos metais são endémicas e raramente previstas com exatidão, criando fases de rápido desenvolvimento e expansão, seguidas do encerramento e abandono das minas. Atualmente, o que resta da maioria das minas de antimónio são ruínas envolvidas por uma densa vegetação, fazendo com que estas unidades industriais, que em outros tempos constituíram uma grande riqueza, estejam agora esquecidas. No âmbito de uma proposta de turismo de património industrial e mineiro, propomos a criação de um Centro Interpretativo que permita retratar as diferentes fases da exploração mineira em Gondomar (Norte de Portugal). Este projeto seria um complemento essencial aos trilhos temáticos desenvolvidos pelo Parque das Serras do Porto e que resgataria espaços e vestígios associados às antigas minas, valorizando um património e uma memória destas comunidades, outrora muito dependente desta exploração mineira.

Palavras-Chave: Turismo industrial; património mineiro; antimónio; Gondomar.

Referências Bibliográficas:

Cordeiro, J. (2007). O Património Industrial em Portugal. Situação atual e perspectivas de futuro. Sep. de Arqueologia Industrial, 4ª série; Vol. III, Nº 1-2.

Mendes, J. (2012). O Património Industrial na museologia contemporânea: o caso português.

Os Mapas enquanto Património e Representações de Poder na Cultura Contemporânea de Massas - O Exemplo do Turismo

João Luís J. FERNANDES

CEIS20, Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, Portugal

Enquanto forma de comunicação e meio de representação de realidades espaciais, os mapas têm um longo passado. As representações cartográficas orientaram viagens, fizeram parte de estratégias de exploração de recursos, definiram impérios e sustentaram a formação de Estados nacionais.

Pela sua importância nas relações de poder, foram documentos protegidos e mantidos em segredo. Contudo, com a difusão da imprensa, os mapas tornaram-se acessíveis e popularizaram-se.

Com frequência, produzidos a partir da imaginação e das percepções individuais e coletivas, muitos mapas também registaram experiências concretas de terreno. Mais recentemente, com a cartografia automática e digital, os mapas espacializam dados recolhidos a partir de sistemas e instrumentos sofisticados de observação e monitorização da realidade.

Não sendo neutros, os mapas refletem ideologias e sistemas de valores. Para além disso, mais do que a representação de algum ordenamento passado, os mapas são performativos, isto é, projetam-se no futuro, modificam a imagem dos lugares, definem territorialidades e orientam as ações dos diferentes sujeitos.

Na atualidade, no contexto da sociedade de consumo e da cultura de massas, os mapas continuam a ser uma forma privilegiada de comunicação. Nesta *pop culture* contemporânea, o mapa é um adereço decorativo indoor e outdoor que se transfigurou num conjunto vasto de objetos, escalas e contextos espaciais.

A cartografia pode ainda ser um território criativo, como se comprova com a estilização dos mapas da Michelin produzida pelo artista Jed Martin (e representada na obra “O Mapa e o Território”, de Michel Houellebecq).

Por isso, o mapa poderá adquirir um significado patrimonial e tornar-se, ele próprio, um objeto de interesse turístico. São muitos os mapas expostos em espaços museológicos, como serve de exemplo a Galeria dos Mapas (ou das Cartas Geográficas) no Museu do Vaticano.

Na sociedade do turismo e do lazer, os mapas são meios fundamentais para a afirmação da centralidade dos lugares, a exposição de valores e a orientação de trajetos. Impressos em livros-guia e panfletos, expostos nos ecrãs individuais e coletivos ou visíveis e ampliados no espaço público, os mapas fazem parte da experiência turística contemporânea. Ainda assim, segundo autores como Mark Monmonier ou Jean-François Staszak, os mapas apropriados por esta cultura de massas continuam a ser ideológicos, performativos e imperativos. Este facto nota-se no modo como se representam cartograficamente *hotspots* turísticos como parques temáticos ou *resorts*. Nestes casos, mais uma vez manipula-se a mensagem, centra-se o foco na atração turística, destacam-se os caminhos e as infraestruturas (como aeroportos) para se chegar a esses lugares de consumo e esconde-se toda a realidade envolvente com um manto monocolor de azul, verde ou qualquer outro registo cromático.

Nesta perspetiva, como refere José Reis, a globalização faz-se não apenas pela interligação entre os espaços geográficos e pelo encurtamento das distâncias, mas também pela supressão de lugares e territórios e a concentração das atenções num número restrito de pontos, linhas ou áreas. Nesta perspetiva, a cartografia tem sido um instrumento superlativo com uma relatividade e uma ausência de neutralidade que devem ser pensadas e analisadas sob o ponto de vista da Geografia Política e da Geografia Cultural.

Palavras-chave: Mapas, Cultura de massas, Sociedade de consumo, Património, Turismo

A Imagem do Porto Vertida nos Livros de Viagem dos Alvores da Época Moderna

José Luís BRAGA

Instituto Europeu de Estudos Superiores, Portugal

A identidade da cidade do Porto é indelevelmente marcada por vários elementos: rio, comércio, indústria, vinho, granito, Oceano Atlântico e pelo manto opaco da neblina matinal que se divisa junto ao rio Douro (Cabral, [2011]).

Desde cedo esta cidade prosperou com o trato que se cumpria no seu porto, situado na margem direita do rio Douro e próximo do Oceano Atlântico. Uma das mercadorias que rapidamente ganharam preponderância no comércio do maior porto do Norte de Portugal, para além do sal, foi o vinho que, pelo menos desde 1371, já era exportado pelos mercadores portuenses (Cardoso & Silva, 2007). Aliás, ainda antes disso, em 1353, Afonso Martins Alho, na condição de representante dos mercadores portugueses estabeleceu com ‘Eduardo III de Inglaterra o mais antigo tratado internacional de comércio do nosso país’ (Sousa, [2000], p. 237). De facto, o vinho – e as taxas que foram aplicadas ao seu comércio – influenciaram o urbanismo, a arquitetura e a sociedade da cidade do Porto (Cabral, [2011]).

Não obstante, o comércio só floresceu na cidade do Porto a partir do século XII. *Portucale*, o embarcadouro do burgo que deu nome ao país, foi-se desenvolvendo, e as suas gentes foram-se expandindo pelo rio da Vila (curso de água que corre subterraneamente pela rua de S. João e de Mouzinho da Silveira) até chegarem ao Alto da Pena Ventosa onde, no século XII, foi erigida a Sé e as instalações episcopais, naquilo que constituiu ‘uma povoação amuralhada e acastelada em condições de solidez, de nobreza e arte como nunca se tinha visto no local’ (Machado, 1968, p. 139). No que diz respeito

à prática turística, é nos finais do século XVII e inícios do século XVIII que se vulgariza, entre a aristocracia inglesa, o *The Grand Tour*. Este fenómeno consubstanciava-se numa viagem – com duração de seis meses a dois anos -, que era empreendida pelos jovens nobres britânicos à Europa Continental e que normalmente dava primazia a destinos como Paris e Roma, sendo que esta última cidade estava conotada com a herança da Antiguidade (Braga, 2007).

No século XVIII, desenvolve-se a publicação dos guias de viagem, que ofereciam indicações práticas sobre os lugares a visitar. De acordo com Matos e Santos (2004), os guias de viagem tinham um caráter utilitário e pedagógico ao concederem aos seus leitores informações sobre as viagens a realizar e sobre os lugares a visitar. No século XVIII viajavam-se com o intuito 'de conhecer outras terras e outras gentes, diferentes leis e diversos costumes' (Chaves, 1987) Já no século XVI, a diplomacia – e as itinerâncias e difusão cultural que esta promove – constituem fontes relevantes para os historiadores (Buescu, 2017). Como refere Saldanha (2021), no século XVIII, estas obras constituem-se como relatos de viagem onde se registam conhecimentos, experiências e onde se exibem novos territórios.

Todavia, o mais antigo guia de alojamentos remonta a 1225 e intitula-se *Guia dos Peregrinos*. Este manual incluía indicações sobre hospícios, estalagens e albergarias sitas na Europa Central. O desenvolvimento do comércio e das cidades durante a Baixa Idade Média contribui para uma maior dinâmica dos transportes terrestres, marítimos e fluviais. Esta evolução cria as condições favoráveis à emergência, em 1553, do *Guia dos Caminhos de França*. Por seu turno, a partir de 1616, gera-se um incremento inequívoco 'das publicações com relatos de viagens e guias informativos que foram sucessivamente editados na Alemanha, com descrição deste País, da França e da Itália'. (Domingues, 2013, p.

160)

A presente investigação pretende constituir-se como um estudo das narrativas de viagem que retrataram, durante os séculos XV, XVI, XVII e início do século XVIII - até às vésperas da assinatura do Tratado de Methuen (1703) – a cidade do Porto, sob o ponto de vista dos forasteiros. O problema de investigação surge da carência por nós detetada no que diz respeito a estudos sobre a História do Turismo no Porto. Não existe, até ao momento, qualquer estudo que verse exclusivamente sobre os relatos de viagem que retrataram a cidade do Porto no alvor da Idade Moderna. É esta lacuna que pretendemos contribuir para colmatar com este trabalho.

Palavras-chave: Porto, Livros de Viagem, Imagem Turística, Época Moderna

SESSÃO 16: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (TIG) 1

Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica Participativos na (Co)Construção de Cidades Amigas das Crianças

João MONTEIRO

Lab2PT, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal

Vítor RIBEIRO

Lab2PT, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho/Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Portugal

Miguel BANDEIRA

CECS, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal

As cidades contemporâneas são o produto de décadas de planeamento dedicado a satisfazer as necessidades dos automóveis. Esta forma de pensar e desenhar a cidade levou a alterações profundas nos padrões de mobilidade e na própria morfologia da urbe, subordinando outras formas de mobilidade, em particular o modo pedonal e ciclável. Este domínio dos automóveis sobre o espaço urbano é considerado um dos principais fatores de diminuição da mobilidade independente das crianças, nomeadamente no que diz respeito às deslocações casa-escola efetuadas a pé ou de bicicleta. Desta forma, as crianças têm sido progressivamente transportadas para a escola de automóvel, criando uma denominada "geração banco de trás", que acarreta significativos impactes no desenvolvimento físico, cognitivo e social da criança.

Face ao exposto, urge apostar não só na (co)construção de Cidades Amigas das Crianças, permitindo que estas se possam deslocar para a escola de forma ativa, segura e independente, mas também no desenvolvimento de mecanismos que promovam a sua participação nos processos de tomada de decisão. Tal, vai ao encontro do artigo 12.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989, que reconhece às crianças o direito a participar nas questões que lhes dizem respeito, considerando-as como participantes ativos na sociedade.

Partindo desta necessidade de se promover a (co)construção de cidades mais inclusivas e participativas, os recentes desenvolvimentos nas Tecnologias de Informação Geográfica (TIG) têm proporcionado novas formas de envolver a

sociedade nos processos de tomada de decisão, sobretudo na inclusão dos grupos mais invisíveis e marginalizados, como as crianças. Efetivamente, devido aos avanços das geotecnologias, a utilização de métodos de mapeamento participativo, como os Sistemas de Informação Geográfica Participativos (SIGP), tem vindo a ganhar particular relevância nas abordagens colaborativas com crianças, uma vez que oferecem uma oportunidade única para captar as perceções e as perspetivas dos participantes sobre o espaço que as rodeia, através de uma maior dinâmica e interação face aos tradicionais métodos de recolha de dados (e.g. inquéritos).

Com efeito, através da presente comunicação, pretende-se apresentar os resultados da aplicação de uma ferramenta de geoparticipação em Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Braga, no qual as crianças foram incentivadas a refletir criticamente sobre a área em redor das suas escolas, ao mapear os lugares mais significativos e a formular propostas face aos problemas detetados.

Palavras-Chave: Mobilidade independente das crianças; Cidades Amigas das Crianças; Sistemas de Informação Geográfica Participativos

Mapeamento e Cálculo de Áreas Ardidas e Níveis de Severidade de Incêndios Florestais com Base na Análise de Imagens de Satélite - Aplicação ao Concelho de Seia

Luís Carlos BRANCO

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Maria Elisabete SOARES,

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Os incêndios florestais transformam os ecossistemas e a qualidade do solo, devastam os habitats naturais, prejudicando a biodiversidade, os recursos hídricos e o seu equilíbrio, a qualidade do ar, etc.. Com impactos sociais, económicos e ambientais, constituem uma preocupação e um desafio para as entidades governamentais e para o cidadão. A avaliação das áreas suscetíveis a incêndios, a análise da cobertura do solo, o inventário dos incêndios, o cálculo das áreas ardidas e do nível de severidade dos incêndios e o respetivo mapeamento, entre outros, são fatores importantes na elaboração de planos de ação e de recuperação das zonas afetadas, na avaliação do impacto no meio ambiente e na identificação dos apoios à população, não esquecendo a fiscalização e a prevenção.

Este trabalho foca-se no estudo dos incêndios ocorridos no concelho de Seia em agosto de 2022 e outubro de 2017, com o objetivo de obter informação espacial, qualitativa e quantitativa das áreas afetadas, relacioná-la com a ocupação do solo e avaliar os níveis de severidade. Para tal, desenvolveu-se uma metodologia (Branco, 2022), suportada em técnicas de Detecção Remota e Sistemas de Informação Geográfica, que integra: i) criação do mapa de ocupação do solo e caracterização dos tipos de cobertura; ii) mapear e quantificar as áreas ardidas; iii) classificar o nível de severidade dos incêndios; iii) relacionar as zonas atingidas pelos incêndios e respetiva severidade com as classes de ocupação do solo antes do evento. Foram usados como dados: imagens multiespectrais do satélite Sentinel-2; a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2021; a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de 2015 e a COS conjectural de 2021 da Direção-Geral do Território; o Modelo Digital de Terreno da ESRI Portugal. A criação do mapa temático de ocupação do solo baseou-se no método de classificação supervisionada, através do classificador *Support Vector Machine*, tendo as áreas de treino sido identificadas in loco por meio de equipamento topográfico *Global Navigation Satellite System*. O cálculo dos índices espectrais e das diferenças entre índices permitiu estimar as áreas ardidas e classificar o respetivo nível de severidade. Através das diferenças entre índices espectrais foi possível diferenciar entre áreas ardidas e não ardidas e o uso dos índices permitiu melhorar a classificação de algumas classes, como a água (devido à confusão com zonas ardidas) ou outras, cuja ocupação não corresponde a zona ardida. Foram analisados pares de imagens multiespectrais relativos às épocas anterior (*pre-fire*) e posterior (*post-fire*) ao incêndio. O cálculo da diferença entre índices espectrais de diferentes épocas permite isolar o acontecimento entre essas duas épocas. A determinação das áreas ardidas e do nível de severidade dos incêndios baseou-se no índice *Normalized Burn Ratio* (NBR) e respetiva diferença entre épocas (dNBR), embora outros índices espectrais e diferenças tenham sido usados para suportar a operação. O processo de extração das áreas ardidas revelou-se eficaz, tendo-se obtido os respetivos mapas e estimado o nível de severidade para as duas épocas e calculado a área ardida por nível de severidade e por classe de ocupação do solo pré-ocorrência. Fica ainda demonstrado que os Sistemas de Informação Geográfica e a Detecção Remota são ciências e tecnologias que, entre outras, podem ser usadas em prol da segurança e do bem-estar da população, permitindo o uso de dados de baixo custo e de elevada qualidade.

Palavras-chave: Incêndios florestais, ocupação dos solos, áreas ardidas, nível de severidade de incêndios, Detecção Remota.

Referências Bibliográficas:

Branco, Luís (2022). Mapeamento de incêndios e caracterização geral do território a partir de Deteção Remota. Relatório de Projeto para obtenção do grau de licenciado. Instituto Politécnico da Guarda.

Contributo dos Websigs na Redução do Risco de Incêndio a Nível Local: O Exemplo do Município de Arouca

Célia FIGUEIRAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Fantina TEDIM

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Laura SOARES

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Portugal é um dos países europeus mais afetados pelo problema dos incêndios rurais. O pior ano, pelo número de vítimas (117 vítimas mortais) e área ardida (533 710 hectares) ocorreu em 2017. Os prejuízos económicos ascenderam a muitos milhões de euros. Esta catástrofe teve enormes impactos na sociedade portuguesa, pressionando de certa forma o governo português a promover uma série de mudanças legislativas, como por exemplo a criação dos programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras. Apesar das inúmeras mudanças, a realidade é que ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao ordenamento da floresta, à regeneração das áreas ardidas e ao ordenamento do território, por exemplo.

A presente investigação pretende criar um Websig que suporte a redução do risco de incêndio a nível local, permitindo, não só, aos técnicos da administração local (município e freguesias) e demais entidades operacionais uma maior facilidade de acesso à informação, mas possibilitando também a disponibilização dessa mesma informação às pessoas, de forma a favorecer a perceção do risco., a adoção de medidas de prevenção e de preparação.

Numa primeira fase estruturou-se o Websig com base nas necessidades das diversas entidades, identificaram-se as áreas de maior risco de incêndio rural com recurso aos dados de históricos de incêndios, topografia, clima, uso do solo e densidade populacional. Esta informação foi vertida para um mapa interativo onde é possível identificar as áreas de maior risco de incêndio rural e cruzar essa informação com outras variáveis como a ocupação do solo, pontos de água, rede viária, e outra informação relevante.

Foi possível perceber que é necessária uma maior clarificação junto das populações do que representa efetivamente o risco de incêndio rural. Outro ponto de relevo é a necessidade de melhorar a comunicação de risco e a sensibilização das comunidades. A disponibilidade de informação adaptada à realidade de cada aglomerado (Aldeia Segura) cria na comunidade uma ligação mais eficaz e eficiente na comunicação com as autoridades. Esta informação também pode melhorar a capacidade de resposta dos operacionais.

É muito importante que para além dos operacionais também as comunidades tenham fácil acesso à informação de forma a se sentirem informadas e também sensibilizadas, sendo o Websig um dos meios de difundir informação e promover o conhecimento. A disponibilidade deste tipo de informação deve também permitir a promoção junto das populações de uma maior consciencialização de uma cultura de segurança para os incêndios rurais. A redução do risco de incêndio rural é um desafio muito relevante, especialmente em áreas de interface urbano-florestal. O recurso aos SIG, neste caso ao WebSIG, pode ser uma estratégia bastante eficaz como meio de disponibilização e receção de informação entre comunidades e operacionais. Mas é necessário adotar outras medidas adicionais como a criação de planos de ação colaborativos que possam promover uma melhoria da capacidade de resposta da comunidade perante o risco. Estamos assim perante uma abordagem colaborativa na prevenção e combate a incêndios rurais, tornando a comunidade mais informada, resiliente e preparada para lidar com esses eventos. Um WebSIG pode oferecer importantes contributos para a redução do risco de incêndio rural a nível local, pois possibilita uma análise mais precisa e integrada das informações, um planeamento mais eficiente e uma comunicação mais eficaz com as populações.

Palavras-Chave: Incêndios Rurais, Redução do Risco, Risco de Incêndio Rural, Websig, Arouca.

SESSÃO 17: EDUCAÇÃO E ENSINO 2

O Uso do Jardim Temático como Ferramenta de Ensino Aprendizagem em Geografia para Alunos com Deficiência Visual

Regina Cohen BARROS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

A utilização de jardim temático é um importante recurso inclusivo e interdisciplinar para o processo ensino aprendizagem em pessoas com deficiência visual. A geografia é uma ciência que dialoga e possui interfaces com outras ciências, estabelecendo importantes conexões e contextos. O uso de espaços não formais de ensino proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal e é reconhecido como estimulante pelos alunos. Nesse sentido, a presença de um jardim temático nas escolas ou em outros espaços, pode auxiliar e estimular os professores a desenvolverem atividades práticas para o ensino aprendizagem em diferentes disciplinas (interdisciplinares).

A aprendizagem é um processo que acontece nas mais diversas situações. Habitualmente, vê-se a escola como o principal local de construção de saberes, mas sabe-se que não é somente no ambiente escolar que é possível adquirir conhecimento. No que diz respeito aos diferentes tipos de educação, muitos autores a dividem em: educação formal, informal e não-formal. A educação não formal corresponde às atividades que acontecem fora do ambiente institucionalizado de educação, que não seguem um currículo específico, mas que possuem a intenção de promover a aprendizagem dos participantes da atividade em questão. Os indivíduos participantes são voluntários, pois diferentemente da educação formal, esta não possui uma obrigatoriedade ditada por parte do Estado. Exemplos de locais que promovem educação não-formal são os museus, zoológicos, planetários e jardins botânicos. Apesar dessa diferenciação, todos os tipos de educação são importantes e se complementam.

Um dos grandes desafios enfrentados pelos docentes e discentes está correlacionado com a disponibilidade de recursos didáticos que auxiliem no processo de ensino-aprendizado dentro do âmbito escolar. Por esse motivo, o jardim temático pode contribuir para ampliar o espaço escolar. Para alunos e principalmente com deficiência visual, esse desafio se torna ainda mais difícil no que diz respeito à ausência e ao uso desses materiais adaptados, que são de grande importância para inclusão e escolarização dos educandos dentro do sistema de ensino. A necessidade de adaptação de matérias para deficiência visual é importante para a educação inclusiva. De acordo com a Secretaria de Educação Especial (2001), entende-se por inclusão, para todos os efeitos da lei, o oferecimento preferencial na modalidade de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. Com serviço de apoio, atendimento especializado que assegurem aos mesmos a garantia do acesso contínuo da vida em sociedade. A declaração de Salamanca, proclamada após a Conferência Mundial de Educação Especial, executada na Espanha em 1994, afirma como princípio fundamental da escola inclusiva que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças que elas possuam (UNESCO, 1994), onde a proposta de educação inclusiva para todos foi estabelecida através da mesma, visto a necessidade dessa educação que promovia à propagação do acesso a escola.

A fim de que a pessoa com deficiência possa estudar com qualidade na escola inclusiva, é necessário atentar para que a escola se adapte ao aluno, e não o ensino. Geralmente muitos autores abordam que, não se deve exigir que os alunos se ajustem à escola, mas é a instituição que deve elaborar novas metodologias no âmbito dos projetos escolares, visando o aprimoramento das suas propostas pedagógicas, dos procedimentos avaliativos e da aprendizagem dos alunos. Por esse motivo, o jardim temático funciona como um recurso didático que pode desempenhar um papel fundamental no processo de ensino aprendizagem, principalmente quando se trata do ensino interdisciplinar com uso de materiais didáticos adaptados para, que contribuem com o entendimento sobre conteúdos diversos que podem estar presentes no jardim temático, para deficiente visual.

Os recursos e instrumentos didáticos são conjuntos de materiais utilizados para fins pedagógicos, que buscam uma melhor intervenção no processo de ensino-aprendizagem, podendo ser todo o tipo de objeto, sendo de natureza material, objetos tridimensionais, táteis, livros didáticos, maquetes e o próprio jardim, ou imaterial, como a tonalidade da voz e expressões corporais; e aqueles direcionados aos formatos eletrônicos, tais como computadores, programas, aplicativos e QRcode. No Brasil, o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino básico ganhou maior dinamismo a partir da década de noventa do último século com o paradigma de *Educação Inclusiva*. Esse está alicerçado em uma série de leis e documentos, dentre os quais destacamos a Declaração de Salamanca de 1994(ONU, 1994), e a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei no 9.394/96. Essas leis apontam para a necessidade de que a educação de todos os estudantes, sem qualquer distinção, deve acontecer na escola comum. Essas leis, apoiadas por diversos documentos

oficiais, estabelecem inúmeras diretrizes para atender as demandas particulares dos estudantes com necessidades educativas especiais no processo educacional, tais como os especificados no artigo 59 da Lei no 9.394/96.

Palavras-Chave: Ensino Aprendizagem, Alunos com deficiência visual, jardim temático

Educomunicação Ambiental como Ferramenta para a Divulgação e Conservação de Áreas Protegidas na Região da Baixada Fluminense – Brasil

Julio Cesar Carou Felix de LIMA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Karine Bueno VARGAS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

A educomunicação vem se destacando desde os anos 70 do século passado com a inserção das tecnologias da informação na educação, sobretudo em países mais desenvolvidos, ganhando força no Brasil nas últimas duas décadas. Paulo Freire foi um dos divulgadores desta perspectiva criativa de inter-relação Comunicação/Educação, apontando para o caráter essencialmente dialógico dos processos comunicacionais para a constituição de uma “consciência crítica”. No entanto, a educomunicação também pode ocorrer de maneira analógica, sem o uso de tecnologias, como por exemplo na confecção de placas, cartazes, maquetes, panfletos, exposições e itens similares. Já a educomunicação ambiental tecnológica pode ser utilizada sobretudo por medias rápidas, como as redes sociais, tendo os Stories, Shorts do YouTube, Reels do Instagram e os vídeos curtos do Tik Tok, os quais podem ser explorados para a criação de recursos audiovisuais, como vídeos curtos, produção de clipes e curtas-metragens, entre outros, os quais possuem amplo alcance de educomunicação ambiental da população atualmente.

A educomunicação associada às práticas de educação ambiental crítica, pode resultar em um trabalho pedagógico motivador que envolva a razão e a emoção dos participantes. Ambas, associadas a um planejamento de visitas e de práticas nas UCs locais, podem proporcionar um maior engajamento por aproximarem os indivíduos com a sua realidade e trazer o sentimento de pertencimento (GUIMARÃES, 2004; QUEIROZ, GUIMARÃES, 2016; DIAS, BOMFIM, 2011).

Na presente pesquisa temos como objetivo explorar o papel da Educomunicação ambiental como ferramenta para a divulgação e conservação de áreas protegidas, apresentando o panorama das Unidades de Conservação da Baixada Fluminense, com foco na Floresta Nacional Mário Xavier, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, no Brasil. As Unidades de Conservação da Baixada Fluminense sofrem por estereótipos atribuídos às questões sociais e económicas da região, fatos que contribuem para a invisibilidade dessas áreas verdes, afetando o estado de conservação das mesmas. Uma alternativa para reverter esse cenário é incentivar a sociedade a tornar-se ativa na conservação, ou seja, ocupar o papel de protagonista, fortalecendo o sentimento de pertencimento à natureza, mas para isso a Educação Ambiental precisa estar presente nesses espaços, tanto na divulgação das mesmas pelos mais diversos canais de comunicação, como em atividades *in loco*, fazendo com que a sociedade visualize a importância destes espaços verdes, que são fragmentos do Bioma Mata Atlântica, um dos domínios de vegetação mais degradados do Brasil, o qual possui uma rica biodiversidade, além de oferecer infinitos serviços ecossistêmicos a toda a sociedade. Assim, identificou-se que é de suma importância que estes recursos tecnológicos de medias sociais sejam incorporados na comunicação oficial dessas áreas protegidas, para que a sociedade passe a entender que os espaços verdes encravados nas cidades possuem uma biodiversidade de grande relevância a qual precisa ser conservada, havendo a necessidade de realizar a gestão compartilhada destes espaços, sobretudo com o apoio técnico científico das universidades.

Palavras-Chave: Educomunicação Ambiental, Biogeografia, Educação Ambiental, Áreas Protegidas, Baixada Fluminense.

A Pandemia da Covid 19: Um Ponto de Viragem no Processo de Ensino-Aprendizagem

Sílvia OLIVEIRA

Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, ESEPF, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Laura SOARES

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Elsa PACHECO

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

No ano de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou o estado de pandemia, fruto de um novo vírus que surgiu na China em finais de 2019 denominado de SARS-CoV-2. Ainda assim, foi o ano de 2020 que ficou marcado como o início de várias mudanças, novas rotinas, novos hábitos e muitas adaptações na sociedade. Foi necessário a implementação de medidas restritivas levadas a cabo pelos governos de todo o mundo baseadas na evidência científica disponível nesse período, das quais se destacam o distanciamento social e a suspensão de inúmeras atividades económicas das mais diversas áreas. O Ensino foi uma das áreas que mais sofreu transformações fruto do contexto pandémico, uma vez que houve a necessidade de adaptação à nova realidade que o mundo inteiro estava a viver: a realidade do confinamento. Desta forma, o ensino presencial deu lugar ao ensino à distância (E@D), algo que até ao momento se aplicava a um número muito limitado de cursos, o que acabou por provocar um leque de desafios para os quais os alunos, a comunidade escolar e a sociedade não estavam minimamente preparados para enfrentar, sobretudo de forma tão abrupta. Os alunos mostraram um forte desinteresse pelas aulas em regime online, nem todos tinham os equipamentos necessários para assistirem a essas mesmas aulas (computadores, tablets, smartphone, internet, entre outros), muitos apresentaram uma forte dificuldade em assimilar os conteúdos que estavam a ser lecionados, assim como a falta de um ambiente adequado ao momento de aprendizagem, e, ainda de referir, a falta de apoio por parte dos pais e da comunidade escolar. Os professores debateram-se com a falta de equipamentos tecnológicos, a ausência de internet e a dificuldade de conseguir motivar os alunos, captar a atenção dos mesmos e avaliá-los do ponto de vista comportamental e cognitivo. Por fim, os pais e encarregados de educação, muitos deles também a trabalhar em regime online, tentaram encontrar equilíbrio no seu dia-a-dia de modo a conseguirem realizar o seu trabalho e auxiliar os seus filhos/educandos nas tarefas escolares neste novo desafio que continua a ser o ensino online. A verdade é que todos estes desafios provocaram fortes repercussões no rendimento escolar dos estudantes, provocando mesmo, em algumas situações, o insucesso escolar, isto é, em algumas situações, os discentes não souberam lidar com esta mudança e acabaram por reprovar de ano. O que nos conduz a um outro tópico que merece a nossa atenção: as consequências das aulas online no processo de ensino-aprendizagem. É certo e sabido que foram registados enormes desafios durante o regime online, mas também estavam marcadas afincadamente as consequências destas mesmas aulas que ainda hoje, que já regressamos ao ensino presencial, se fazem sentir. O confinamento, em muitos casos, originou situações de ansiedade e de depressão, falta de concentração, dificuldade de assimilação dos conteúdos que conduziu à carência de bases, nomeadamente nos alunos já diagnosticados com défice de atenção, mas não só, que, consequentemente, acarretou danos no desempenho escolar e rendimento académico dos estudantes. Os efeitos da pandemia, os efeitos do confinamento e das aulas em regime online sentem-se ao nível escolar, mas também a nível emocional e psicológico. Com este estudo pretendemos compreender as consequências do E@D causadas no processo de ensino-aprendizagem, bem como efeitos psicológicos que possa ter causado, sobretudo, nos discentes. Também pretendemos compreender as diferenças sentidas entre os alunos do 3º CEB e os alunos do Ensino Secundário. Para tal, iremos realizar um inquérito por questionário a turmas do 3º CEB e do Ensino Secundário de diferentes escolas do país, posteriormente recorreu-se a software de análise como o SPSS para dados quantitativos e ainda ao vivo para categorização dos dados qualitativos.

Palavras-Chave: COVID-19, Confinamento, Ensino à distância, Rendimento Escolar, Efeitos emocionais.

SESSÃO 18: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 3

Adaptação das Políticas e dos Programas às Realidades Locais: A Implementação dos Programas “Aldeia Segura”, “Pessoas Seguras” no Município de Góis

Marco DIAS

Município de Góis, Portugal

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMOR-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Em Portugal, após os incêndios rurais de 2017, verificou-se a perda de 117 vidas humanas e estimou-se um prejuízo de 1,5 mil milhões de euros, o Governo de Portugal avançou com a criação de legislação para promover a implementação de programas de autoproteção nas comunidades rurais. Surge, assim, no ano de 2018, os programas “Aldeia Segura,

Pessoas Seguras” (ASPS). Estes programas não são inéditos em Portugal, pelo que, em 2006, sob medida reativa aos incêndios de 2005, a extinta Autoridade Florestal Nacional (AFN) criou um programa denominado “Aldeias Seguras”, o qual, apesar da iniciativa, ficou muito aquém das expectativas e acabou por ser abandonado.

Esta investigação tem como objetivo demonstrar a congruência da estratégia adotada pelo Município de Góis na implementação dos programas, assente na adaptação à realidade local do município, identificar os constrangimentos verificados na primeira fase de implementação, estudar a inovação que os Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) trouxeram na adaptação dos programas, sinalizar os pontos fortes, pontos fracos, dificuldades e perspectivas futuras para os programas em análise. Por fim, elaboram-se algumas recomendações tendo como desiderato a melhoria efetiva dos Programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras.

A metodologia seguida com vista a envidar o cumprimento do objetivo em causa, prendeu-se com a recolha do testemunho do Gabinete Municipal de Proteção Civil de Góis, o qual plasma o contributo do conhecimento empírico desta estrutura municipal acerca dos pontos-chave, dificuldades e desafios futuros concernentes à implementação dos programas ASPS, de forma a culminar com a proposição de recomendações de melhoria dos mesmos programas. Com esta investigação empírica, verificou-se grande dificuldade na promoção da adesão das associações locais e das populações. Constatou-se ainda alguma desconfiança relativa às responsabilidades que as comunidades rurais podem assumir. Ainda assim, há grande destaque na intervenção que as comissões/associações de melhoramentos têm prestado no suporte à implementação destes programas.

Palavras-Chave: Políticas, Preparação, Aldeia Segura, Pessoas Seguras, Góis

O Envolvimento dos Jovens na Prevenção dos Incêndios Rurais: O Caso do Projeto Forest FM

Raquel Torres GUERRA

Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Susana NEVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

José AZEVEDO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Num contexto em que os incêndios rurais, em Portugal e na Europa, se manifestam com maior intensidade e frequência e deles resultam relevantes impactos socioeconómicos e ambientais, gerando múltiplas preocupações na opinião pública, o projeto Forest FM tem procurado investigar novas formas de envolvimento dos jovens da Região Centro na prevenção de incêndios.

É reconhecido o papel dos jovens estudantes e dos professores enquanto multiplicadores da informação (Kuthe et al., 2019), quer no contexto formal das aulas, quer enquanto modelo de ação, no caso dos professores, ou fonte de disseminação do conhecimento para a família, no caso dos jovens. Nem sempre a consciencialização sobre um determinado tema leva à ação, pelo que se torna necessário encontrar formas inovadoras de mobilizar as pessoas e de apelar a uma mudança de atitudes e comportamentos (por ex.: Harries, 2008).

O contexto social, nomeadamente, o sentido de comunidade e o grau de participação ativa das pessoas na vida comunitária, são determinantes para a preparação da comunidade para a prevenção e combate aos incêndios rurais, já que as ajudam a compreender as circunstâncias que as rodeiam e na gestão de risco (Tedim & Paton, 2012). A rádio e outros meios de comunicação comunitários têm um papel fundamental a desempenhar nessa mobilização (Hampson et al., 2017). O envolvimento das novas gerações também é importante para trazer inovação para essas comunidades. Através da produção de um programa de rádio sobre prevenção de incêndios por cerca de 100 jovens das 4 escolas envolvidas no projeto, o ForestFM procura, por um lado, motivar os próprios a serem agentes da mudança de atitudes e de comportamentos, dando-lhes voz e, por outro, envolver a comunidade local na partilha de conhecimento. Os media comunitários, nomeadamente a rádio, constituem meios eficazes de promoção de mudanças e de envolvimento dos indivíduos, fomentando a participação e expressão das suas opiniões.

Nesta apresentação, iremos expor e discutir esta estratégia de envolvimento de públicos para o tema da prevenção de incêndios. Em particular, relata-se a experiência do desenvolvimento de um programa de rádio comunitária em 4 escolas da região centro do país e procura-se entender de que forma este processo de criação pode permitir uma maior consciencialização para o tema da prevenção de incêndios rurais por parte dos jovens.

Palavras-Chave: Incêndios; Rádio; Educação; Jovens

A Implementação dos Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”: Perceções da População do Município de Carregal do Sal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Maria José ROXO

CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Os incêndios rurais representam uma ameaça à biodiversidade, aos ecossistemas, mas também à segurança das populações. Em 2017, após os incêndios que impactaram significativamente, a nível socioeconómico e ambiental, diversos municípios do Centro de Portugal, o Governo, sob proposta da Comissão Técnica Independente, responsável por uma análise profunda aos incêndios rurais que ocorreram nesse ano, aprovou uma reforma do modelo de prevenção e combate a incêndios (Resolução de Conselho de Ministros 157-A/2017). No seu seguimento, foi estabelecida a criação dos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, tendo como principal objetivo promover a segurança das populações e intervir, através de ações de sensibilização, na tomada de medidas de autoproteção e de proteção de bens na interface urbano-rural, bem como a realização de simulacros e a criação de planos de evacuação com espaços de abrigo e/ou refúgio. Neste trabalho pretende-se analisar os conhecimentos e perceções da população residente no concelho de Carregal do Sal sobre os programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, nomeadamente sobre a sua implementação na localidade de residência dos inquiridos. Para o efeito, foi disseminado um questionário online, via Google Forms, baseado em questões fechadas que utilizam a escala de Likert. Os inquiridos são indivíduos com mais de 18 anos, residentes em qualquer freguesia do município de Carregal do Sal, já que em todas elas existem aldeias que aderiram aos referidos programas. Associaram-se, à escala municipal, 24 aldeias. Este questionário foi disseminado através do website da autarquia local e das redes sociais, obtendo-se 123 respostas. Os resultados indicam que, do total de inquiridos, cerca de 40% não tinha conhecimento da existência e função/objetivo destes programas. Acresce que a análise a este questionário permitiu fazer uma distinção sobre a diferente valorização que os indivíduos, com e sem ligações à proteção civil, dão a estas iniciativas. Neste contexto, numa análise preliminar, concluiu-se que a generalidade dos indivíduos possui um limitado conhecimento sobre a implementação destes programas. Sabemos, de igual modo, que diversos municípios, à escala nacional, identificaram múltiplas dificuldades na sua implementação e gestão, por nem sempre se adaptarem às realidades e necessidades locais. Contudo, à semelhança do que acontece noutros países recorrentemente afetados por incêndios rurais, estas iniciativas, mediante um renovado tipo de abordagens, podem ser especialmente importantes para minimizar os impactos dos incêndios rurais nestas comunidades.

Palavras-Chave: Incêndios rurais, autoproteção, Aldeia Segura, Pessoas Seguras, Carregal do Sal



Posters

Resumos/ Abstracts

Tema 1 - Sociedade e Cultura

Os Invisíveis entre Todos Nós: A Realidade das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo na Cidade do Porto

Afonso Vasques BRITO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Cláudia Filipa Neta MOREIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sofia Rodrigues AMARAL

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Nesta proposta selecionamos como principal temática a Exclusão Social de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, posicionadas mais precisamente na freguesia de Massarelos, que integra a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, no concelho do Porto, a segunda maior concentração populacional do país.

Efetivamente, os Sem-Abrigo refletem um problema cada vez mais sensível e presente na sociedade atual do século XXI, uma vez que estes são caracterizados como indivíduos que não têm identidade, que não participam na vida social e política do país, sendo que as razões que os conduzem a esta condição são diversas. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo demonstrar a situação vivenciada pelos Sem-Abrigo, principalmente na freguesia em questão, pois é essencial averiguar e mencionar os seus problemas, de maneira a proporcionar a melhor resposta possível através da implementação de medidas que possam alterar este cenário.

O trabalho é constituído por um enquadramento teórico e um estudo empírico sobre os Sem-Abrigo. No que diz respeito ao enquadramento teórico, em primeiro lugar, optamos por pesquisar artigos científicos que contribuam para o desenvolvimento do corpo teórico desta temática, nomeadamente para a definição do conceito de "Sem-Abrigo", conceito que varia de país para país, sendo que em Portugal, "Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontra: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito." (art.o. 3º), de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros, no dia 25 de julho de 2017. Para além disso, mencionam-se possíveis causas que conduzem a esta situação e por fim, indica-se problemas, assim como eventuais soluções para tentar resolver a condição de vida destas pessoas. Em seguida, utilizamos os dados disponibilizados pelo ENIPSSA "Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-

2023”, para obtermos mais conhecimento, no que concerne ao panorama nacional desta situação. Relativamente ao estudo empírico, realizamos entrevistas individuais a pessoas que se encontram nesta situação, instaladas nas ruas da cidade do Porto, mais propriamente na Praça de Mouzinho de Albuquerque. Estas entrevistas ajudaram-nos a clarificar a ideia sobre estas pessoas, mas também a obter uma melhor perceção desta realidade que nos ultrapassa.

Em suma, o desenvolvimento desta temática é essencial para consciencializar a sociedade relativamente a este problema social, que abrange pessoas que vivem numa realidade diferente da maioria da população e que por muitas vezes, caem em “esquecimento” pelo meio coletivo.

Palavras-Chave: Exclusão Social, Sem-Abrigos, Problemas, Soluções

As Multifuncionalidades da União de Freguesias de Sendim e Atenor (Miranda do Douro)

Ana Jéssica Moreira COSTA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Eva Maria de Campos SALGADO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O mundo rural apesar das múltiplas problemáticas, mantém potencialidades que necessitam de ser revitalizadas. Com este trabalho temos como objetivo perceber o que existe na União de freguesias de Sendim e Atenor e que pode ser potencializado para desenvolver este espaço procurando soluções para dinamizar a união de freguesias. Para a execução do trabalho, começamos por realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema para obtermos mais informação acerca do que pode potencializar as áreas rurais. Depois, escolhemos alguns artigos científicos sobre o tema em Portugal e na Europa, e analisámos os mesmos. Em seguida, procuramos informação estatística para a área em estudo. Por fim, realizamos trabalho de campo, inquirindo colaboradores da Câmara Municipal e aos residentes locais. A União de freguesias de Sendim e Atenor localiza-se no interior de Portugal, no município de Miranda do Douro e no distrito de Bragança. Freguesias raianas, ainda assim bem diferenciadas. Na realidade, a freguesia de Sendim é uma das mais importantes do concelho e está inserida no “Parque Natural do Douro Internacional”. Localiza-se junto ao rio Douro. Apesar desta união de freguesias ser uma área eminentemente rural, onde a população é envelhecida, as acessibilidades são reduzidas e o nível de desenvolvimento é muito débil, acreditamos que existem fatores que podem e devem ser trabalhados para que seja possível potencializá-la e desenvolvê-la. Num contexto em que se aposta cada vez mais num desenvolvimento sustentável, é de facto também um imperativo das sociedades atuais a preservação da diversidade cultural, arquitetónica ou paisagística, salvaguardando-se, desta forma, a identidade local. Com isto, consideramos que uma das melhores maneiras de dinamizar a União de freguesias de Sendim e Atenor é através da aposta no turismo, conjugando com isso todas as potencialidades endógenas. A importância do turismo não abrange apenas os benefícios económicos, pois esta atividade pode desempenhar um papel importante na aprendizagem sobre pessoas e costumes de diferentes regiões, enquanto o turismo rural é, por vezes, entendido como um regresso à natureza. Algumas das possíveis soluções que podem ajudar a potencializar Sendim e Atenor passam pela, criação de políticas de incremento do turismo, da língua e da cultura, criação de apoios financeiros para motivar os agricultores a investir no turismo de habitação com interligação da atividade agrícola, recriar algumas tradições que incentivem e promovam a recuperação de simbologias e rituais antigos, criação de mais eventos e feiras gastronómicas que através da divulgação nas redes sociais consiga atingir uma maior área, criação de pontos de venda de produtos regionais para potencializar a comercialização de produtos, aproveitamento paisagístico através da criação de baloiços, miradouros, e ainda através da organização de trails e passeios pedestres por trilhos pelas vinhas, olivais e pelas arribas, a nível do artesanato maior aposta em workshops ligado aos teares e ao burel, relacionado à proposta anterior a criação de workshops com os produtos agrícolas da terra, como frutos secos, a vinha e o olival, criação de reformas na cooperativa agrícola de maneira a potencializar a agricultura, investimento nas atividades culturais com os pauliteiros, criação de atividades tradicionais relacionadas com a agricultura, tais como as vindimas e a apanha da azeitona e ainda aposta nas associações que já existem e que podem ser melhoradas.

Palavras-chave: União de freguesias de Sendim e Atenor; Vinha e Olival; Turismo; Agricultura; Áreas Rurais.

Freguesias de Pousada de Saramagos e de Famalicão: Uma Geração Esquecida, Mas Com Tanto Potencial...

Andreia Filipa Marques MACHADO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Lara Sofia Oliveira PIMENTEL

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rui Pedro Sousa da SILVA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Este trabalho incide sobre o envelhecimento, isolamento e solidão dos idosos problema e expansão, na sequência do declínio da população e do conseqüente aumento dos idosos. Para esta análise, selecionamos duas freguesias, ou seja, Pousada de Saramagos e Famalicão que pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. Possuindo, esta temática, vários problemas, é fundamental implementar soluções dinamizadoras que ajudem a mitigá-los. Neste contexto, o objetivo do trabalho visa compreender e perceber melhor a problemática em questão, mas também encontrar soluções dinamizadoras e inovadoras. Para a sua realização, em primeiro lugar, optamos por pesquisar artigos científicos que analisamos minuciosamente, a que acrescentamos informação estatística inscrita no Recenseamento da população e habitação - Censos de 2021 (INE). Posteriormente, efetuamos algumas entrevistas que nos ajudaram a compreender a visão e os sentimentos dos idosos perante o envelhecimento, o isolamento e a solidão, trabalho fulcral para a concretização dos nossos objetivos.

Perante este encadeamento metodológico, percebemos que o número de idosos nestas áreas aumentou ao longo das últimas décadas, o que levou ao agravamento do cenário com que atualmente nos deparamos. Desta forma, inicialmente faremos uma abordagem teórica acerca do envelhecimento, onde identificamos os seus vários tipos, fases e conseqüências clarificando em termos conceptuais esta temática, assim como o quão importante é a gerontologia no processo e no combate ao envelhecimento. Todavia, é essencial fazer a distinção de alguns conceitos, nomeadamente, de isolamento e solidão dado serem facilmente confundidos. Nesta sequência, consideramos importante mencionar as razões que levam ao isolamento, com especial atenção à infância que pode influenciar ou não o estado psicológico nas pessoas idosas, assim como as razões que levam ao sentimento de solidão e depressão nos idosos. Para além disto, como as duas áreas de estudo estão enquadradas em ambientes distintos, uma mais urbana e outra com maior vocação o rural, efetuamos a destriça entre o isolamento das áreas urbanas e o observado nas áreas rurais. Por fim, para mitigar o problema em estudo, idealizamos algumas estratégias, como por exemplo, fomentar o convívio entre jovens e idosos, valorizar o papel e conhecimento dos idosos, alterar a forma como os percebemos, dar valor à sua saúde mental, entre outras.

Em síntese, em Pousada de Saramagos e Famalicão há ainda um longo caminho a percorrer no que se refere ao quanto ao envelhecimento, isolamento e solidão dos idosos, visto que a sociedade e algumas instituições ainda não se encontram muito bem preparadas para enfrentar esta etapa da vida da população. Daí, apresentarmos inúmeras estratégias de forma a ajudarem não só a população mais idosa, como também a sociedade, uma vez que os idosos ainda podem ser bastante úteis.

Palavras-chave: envelhecimento, isolamento, solidão e soluções dinamizadoras.

Envelhecimento Populacional em Vila Nova de Famalicão

Diogo Barbosa NOVAIS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Leonor Rio PEREIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Federico Mujica SANTIAGO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O envelhecimento populacional é um dos temas mais proeminentes da agenda atual, sendo um dos problemas que maior repercussão apresenta na dinâmica interna dos países.

A generalidade dos países desenvolvidos enfrenta, atualmente, um sério problema de envelhecimento populacional que, apesar da tomada de algumas estratégias corretivas, não aparenta um retrocesso breve, muito menos uma resposta simples. Trata-se de um processo complexo, com diferentes dinâmicas consoante as distintas realidades e com impactos profundos aos mais diversos níveis socioeconómicos, desde a habitação, proteção social, transportes, mercado laboral, bens e serviços e estruturas familiares.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta previsões verdadeiramente assustadoras, prevendo que, até 2050, a população idosa duplique e, em 2100, triplique o valor atual, passando de 962 milhões em 2017 para 3,1 mil milhões em 2100.

Após uma extensa revisão literária, com trabalhos que incidem no contexto nacional, mas também europeu, um levantamento de dados estatísticos referentes a esta dinâmica, quer num contexto nacional como também referente à aérea em estudo e, por fim, um conjunto de entrevistas que incidem na camada idosa da mesma, o nosso grupo propõe-se a fazer uma caracterização do processo de envelhecimento populacional de Portugal.

Selecionando Vila Nova de Famalicão como área de estudo, foi realizado um trabalho de campo que consiste na concretização de um conjunto de entrevistas a população idosa, tentando clarificar as diferenças, do ponto de vista pessoal, que estes observam na sociedade que os rodeia atualmente quando comparado com os seus tempos de juventude, ou seja, pretendemos perceber efetivamente a diferença entre uma população jovem e uma população envelhecida, de um prisma pessoal, para além da informação que os valores estatísticos já nos transmitem.

Este trabalho de investigação pretende aprofundar uma problemática europeia já bastante conhecida pela população em geral, uma questão fulcral que assola a maior parte dos países europeus e que é preciso, com a máxima urgência, encontrar soluções que procurem incidir numa escala não só nacional, referente às realidades próprias de cada país, como também num contexto europeu, onde todos os países sejam alvos de políticas verdadeiramente eficientes e coletivas que consigam reverter este processo, só assim é possível travar um verdadeiro combate ao envelhecimento populacional que detém, como já referido, diversos impactos nos países afetados. Procura-se conjugar uma dinâmica estatística e teórica com uma dinâmica pessoal, com o objetivo de elaborar uma investigação que exponha, de um ponto de vista diferente, os impactos do envelhecimento populacional na sociedade.

Palavras-Chave: Envelhecimento populacional, população, Vila Nova de Famalicão

O Apagão Social e o Território Solitário, no Concelho de Ribeira de Pena

Diogo Francisco Gonçalves OLIVEIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vítor Hugo Marques MANSO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rodrigo Gorgita REIS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A realização deste estudo debruça-se sobre dois processos que ao longo dos anos se têm vindo a intensificar e são visíveis em termos demográficos e territoriais: referimo-nos ao envelhecimento e ao despovoamento. Estes processos são mais visíveis no interior do país, razão pela qual neste trabalho o foco recai sobre Ribeira de Pena, um concelho do distrito de Vila Real. Os objetivos passam por se abordar a problemática, tentando entender a sua magnitude e apresentar formas de a conter, ou de "conviver" com este cenário.

De modo a desenvolver esta pesquisa, foram utilizados dados estatísticos que se consideram como retratadores da realidade local, assim como o a fundamentação teórica baseada na pesquisa e análise de artigos científicos, tal como: "Commentary The Emergence and Application of Active Aging in Europe", que abordam tanto a escala nacional, como a escala europeia. O aprofundamento do conhecimento do concelho é obtido através do trabalho de campo, com a concretização de entrevistas e a recolha de testemunhos da população residente.

Com a realização deste estudo, afere-se também o forte impacto do envelhecimento populacional e o despovoamento em Ribeira de Pena. Através do conhecimento empírico podemos deduzir que a população local, desde os inícios do século XX até 2021, sofreu uma redução de cerca de mil e quinhentas pessoas, e que, neste concelho, existem trezentos idosos para cada cem jovens (<https://www.pordata.pt/municipios>). É importante reportar também que as dimensões das famílias têm vindo a diminuir, ou seja, é evidente um sistema de duplo envelhecimento, assente no aumento da esperança média de vida e na diminuição da natalidade. Anexamos ainda a estes indicadores, o facto de a população ativa, na sua maioria,

migrar, seja para o exterior do país, seja para os grandes centros urbanos nacionais. Entre os múltiplos exemplos enquadrados nesta conjuntura, no abandono do território selecionamos a União de Freguesias de Salvador e Santo-Aleixo, a sede de município, onde se verifica o encerramento de vários serviços, tais como Bancos, para além da tentativa de encerrar os correios. Se abandonarmos a freguesia principal, debatemo-nos já com cenários ainda mais recônditos, onde proliferam casas vazias e o isolamento dos idosos, maioritariamente a viverem sós.

Ora, esta realidade previsivelmente, de acordo com as tendências atuais projeta-se para o futuro e não se irá alterar. Há, pois, que lidar com este envelhecimento populacional, uma das preocupações dos políticos deste território. Neste sentido, há que apostar num envelhecimento ativo através da criação de Centros de Convívio e Ocupacionais, para serem usufruídas por estas pessoas no resto da sua vida. Por seu turno, o despovoamento é também combatido, atraindo indústrias e serviços de maneira a manter os jovens e a população ativa. Outro dos princípios que proporciona a fixação da população, deverá passar pela valorização dos recursos endógenos e pela promoção do turismo, principalmente o turismo rural associado ao desenvolvimento sustentável e interligado à população envelhecida, trazendo relevância à mesma e às tradições locais.

A problemática intensifica-se, mas, mais que ser combatida, esta deve ser aceite, abordando o envelhecimento como um processo mais saudável e o despovoamento como uma forma de dinamizar locais onde tempera uma melhor qualidade de vida.

Palavras-Chave: Envelhecimento; Despovoamento; Envelhecimento Ativo; Território;

Tema 3 - Educação e Ensino

Oportunidades e Desafios Educativos no Porto

Daniel Simão Rodrigues PINTO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mafalda Sofia Bastos de Sousa Cardoso MOURA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mónica Pita FIGUEIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O tema do nosso trabalho debruça-se pela área da Educação e ensino, com o título de “Oportunidades e desafios educativos no município do Porto”.

Neste estudo optamos por abordar as oportunidades e desafios educacionais existentes no núcleo urbano do Porto, ressaltando o setor educativo das instituições desde o ensino básico até ao nível superior tendo todos um papel fundamental no desenvolvimento social, económico e mesmo cultural da região. Neste estudo, teremos em consideração também as assimetrias territoriais existentes.

A nossa investigação divide-se em três partes fundamentais: primeira baseada em estatísticas, a segunda em bases teóricas que incidem sobre os problemas na região, mas também, no país e a sua interligação como espaço europeu. Por fim, apresentaremos as averiguações realizadas por um estudo de campo na cidade do Porto, com foco no ensino superior, e também na perceção da carreira de professor.

Deste modo, com o objetivo de analisar estes pontos e identificar possíveis soluções realizamos uma pesquisa intensiva, utilizando diversas fontes como o Instituto Nacional de Estatística (INE), artigos científicos concretizados à escala local e nacional, o Relatório das Nações Unidas sobre Objetivo de Desenvolvimento sustentável (Quatro) com Educação de Qualidade, mapa interativo municipal na tentativa de conhecer a distribuição espacial na população e das instituições do setor.

No trabalho de campo tivemos duas abordagens: conversa com organizações e a elaboração de um formulário online destinado aos estudantes do ensino superior para corresponder novos dados com a realidade como o estado das infraestruturas, disponibilidade de recursos e acessibilidades; o acesso à educação em contextos sociais e económicos; a influência na escolha do curso e da instituição: tendo em atenção a habitação, saída profissional, o poder económico, e o acesso ao mercado de trabalho.

Além das condições intrínsecas e coletivas, o setor educativo enfrenta adversidades como a escassez na oferta de financiamento justo e inclusivo, inovação nos programas de aprendizagem, e desigualdades decorrentes do contexto familiar e financeiro dos estudantes.

Em suma, mesmo com os diversos avanços significativos e diretivas educativas, ainda será preciso um compromisso coletivo e uma cooperação entre as escolas, professores, alunos e comunidades tendo em vista criar políticas mais equitativas de modo a enfrentar os desafios emergentes. Há que garantir uma educação de qualidade e mais justa, adaptada ao contexto e local, a fim de atender às necessidades de um núcleo urbano e criar um processo de prosperidade educacional que integre as novas competências e requisitos existentes na literacia contemporânea e digital. Exige-se também uma visão mais colaborativa tendente à sustentabilidade do setor educativo.

Palavras-chave: Educação; Dificuldades Educacionais, Disparidades Socioeconómicas.

Tema 4 - Paisagem, Património e Turismo

Turistificação do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia

Andreia Raquel Valente LOPES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Esta análise tem como foco principal o turismo no centro histórico de Vila Nova de Gaia, e que também existe na cidade invicta. Setor em expansão, gerador de diversos postos de trabalho, direta ou indiretamente, é um impulsionador do desenvolvimento regional, no capital e na obtenção de prémios para a cidade. No entanto, o excesso de turistas gera problemas à população residente deste local, algo que irei abordar e explorar, de forma a propor soluções viáveis para mitigar estas questões. Para tal objetivo analisei, vários artigos com vista a um enquadramento do tema, ou seja, perceber quais são os desafios desta cidade face ao turismo crescente. Posteriormente, realizei um trabalho de campo a Vila Nova de Gaia, de maneira a entrar em contacto com os residentes e ter em consideração a sua experiência com os turistas.

Nesta perspetiva, começo por abordar a forma como o centro histórico da cidade têm vindo a ser modificado, de maneira a atrair o interesse de cariz turístico. O património cultural tem vindo a sofrer alterações significativas, algo que se reflete na arquitetura da cidade, como por exemplo, os típicos armazéns do vinho do Porto, que estão a ser substituídos por estabelecimentos para os turistas, tais como as lojas de souvenirs, restaurantes e hotéis. Estes edifícios restaurados têm vindo a ser despersonalizados, algo que se espelha na perda de identidade da cidade. Apesar de existir a necessidade de preservar e reconstruir os edifícios mais antigos, é necessário que estes se mantenham com o seu carácter histórico, nomeadamente os armazéns e caves do vinho do Porto, que devem continuar a servir o seu propósito.

Através do trabalho diagnóstico no terreno foi possível verificar que os habitantes desta cidade têm opiniões variadas em relação ao turismo crescente, por um lado, alguns dos moradores veem os turistas como algo bom para a cidade uma vez que vem dinamizar a região e dar força ao comércio, mas por outro lado, existem moradores que veem os turistas de forma menos positiva, considerando que estes alteram a dinâmica da cidade, algo que se traduz na perda de património cultural, no aumento dos preços imobiliários e no ruído noturno.

Conclui-se assim, que cidade corre um risco de distorção cultural sendo necessário tomar medidas para que tal não aconteça. A solução passa por um envolvimento do município nas questões de preservação do património cultural, e criação de legislações que visem o bem-estar dos habitantes. Estes devem ser incluídos nas decisões tomadas em relação ao futuro da cidade e terem, deste modo, a oportunidade de salvaguardarem a sua bagagem cultural.

Palavras-Chave: Turistificação, Problemáticas, Vila Nova de Gaia

Referências Bibliográficas:

Turismo Cultural no Porto e em Vila Nova de Gaia: Uma Análise da Adequabilidade da Informação Fornecida aos Turistas de Língua Inglesa. (s.d.). ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/240280981>;

As transformações urbanas nos últimos doze anos no centro histórico de Vila Nova de Gaia - continuidade territorial com o centro histórico do Porto e desafios patrimoniais no processo de turistificação. (s.d.-b). ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/322280350>: Local cultural distortion risk at tourist destinations: connotation deconstruction and theoretical construction. (s.d.).

Taylor & Francis. <https://doi.org/10.1080/13683500.2023.2178393>: The social construction of touristification. Residents' perspectives on mobilities and moorings. (s.d.). Taylor & Francis. <https://doi.org/10.1080/14616688.2022.2150785>

Aldeia de Sistelo: Um Tesouro Histórico, Cultural e Ecológico em Portugal

Beatriz da Silva MARTINS

Universidade do Porto

Sistelo, uma pequena aldeia ao norte de Portugal, foi eleita em 2017 uma das 7 Maravilhas de Portugal na divisão de Aldeias Rurais. Desde então, o interesse por aquilo que se apresenta como “irrepetível” e exclusivo na paisagem portuguesa tem aumentado progressivamente ano a ano. Com origens ainda no século XIII, a pequena póvoa se constituiu ao norte do concelho de Arcos de Valdevez, na serra do Peneda e é banhada pelo Rio Vez. Rio este que influencia diretamente com os seus afluentes os tão visitados passadiços da ecovia de Sistelo. É com o presente contexto que a investigação se encontra e busca de maneira congruente entender como e porquê a aldeia se mantém com um espaço de qualidade paisagística, além de significar tamanho património etnográfico e histórico preservado. Apesar da aparente coesão apresentada e reafirmada com o prêmio de 2017, a pequena aldeia de menos de trezentos habitantes é palco para a emigração massiva de jovens, como tantas outras regiões do interior de Portugal. Ainda por conta deste processo, o norte de Portugal apresenta índices altos de incêndios que são causados tanto por negligência, como também por abandono das terras de pastoreio. Isso acontece porque, mesmo que os focos de incêndios diminuam com menos população no interior, a pastagem continua a crescer durante o período chuvoso e quando secas, sem monitorização na época de estiagem, passam a arder e têm maiores propensões em áreas pouco densas. Assim, mesmo com as nuances apresentadas, ainda há oportunidades economicamente expansivas ao vislumbrar a estrutura cultural da pequena aldeia? Ou Sistelo está findada ao despovoamento completo nas próximas décadas como tantas aldeias existentes em Portugal? Portanto, os objetivos aqui se destacam em apresentar um panorama histórico de construção paisagística da aldeia para então caracterizar os pontos fortes que hoje se apresentam. Dessa maneira, por meio de uma metodologia exploratória, a investigação se deu inicialmente em pesquisa pela base de dados das bibliotecas da Universidade do Porto e Universidade do Minho. Após averiguação inicial do nível de informação e aprimoramento dos mecanismos de busca digitais, partiu-se então para o processo de leitura e classificação de textos encontrados e ainda a busca por iniciativas inovadoras que passaram a remodelar a cidade para o sucesso. Realizou-se também uma saída de campo com ajuda de habitantes locais a fim de observar os pormenores da aldeia. Também se buscou entender a conexão com Arcos de Valdevez, uma vez que o centro do concelho funciona como ponto de atração e de interesse mútuo para e com Sistelo. Por conseguinte, encontrou-se algumas evidências relativas ao cunho turístico histórico, cultural e, principalmente, ecológico da região que faz da Aldeia de Sistelo um bom exemplo para o encontro com a natureza

Palavras-chave: aldeia rural, turismo, património, paisagem, geografia do turismo

O Turismo Rural como Transformador da Paisagem e Economia do Interior de Casca/Rs Brasil

Bruna GAZZONI

Universidade do Porto

O espaço rural passou por expressivas perdas populacionais e financeiras nas últimas décadas. No Brasil, percebe-se que houve uma fuga rural principalmente nas quatro últimas décadas, quando os jovens passaram a sentir necessidade de sair das casas rurais de seus pais para buscarem formações profissionais em grandes centros. Já na última década houve uma certa desaceleração dessa tendência, e percebe-se mais jovens interessados em permanecer no campo, assumir os serviços agrários ou atuar em indústrias que se instalaram em regiões mais periféricas. Porém, o que chama a atenção é uma nova opção de trabalho, o turismo rural. Mas o que mudou? Percebe-se um avanço nos investimentos em infraestrutura nas áreas rurais, acessos pavimentados a pontos de interesse e uma nova forma de ver os espaços rústicos. Antes apenas antigos e obsoletos, hoje são pontos de visita e apreciação, principalmente à população que reside em grandes e médios centros ou que conseguem identificar naqueles espaços uma ligação com os antepassados das famílias. Como exemplo, o espaço rural conhecido como “Vila Histórica de Evangelista”, localizado na zona rural do município de Casca. A proposta turística do local é fazer com que o visitante entre num túnel do tempo e perceba como era a vida das famílias há 100 anos, suas casas, vestimentas, costumes e alimentação. O turismo rural vem ganhando importância no Brasil devido às várias vantagens à sociedade em termos de viabilidade econômica, social, patrimonial e territorial. Nesse sentido, pretende-se recorrer ao turismo como dinamizador das zonas mais fragilizadas do país, os espaços rurais. O turismo rural é uma grande oportunidade para que o jovem possa atuar em outra área além da agricultura e pecuária e não emigre do interior para o centro da cidade. Os investimentos também ajudam a transformar o espaço rústico num ambiente com maior qualidade de vida aos moradores, com preservação patrimonial e ambiental. Para tornar o local objeto de atração e valorização por meio de visitas, frequências programadas e contemplação, é preciso primeiramente entender que os processos de afirmação patrimonial se fazem acompanhar de rituais de reconhecimento.

Dessa forma, é necessário estudar o que pode ser de interesse do visitante para atraí-lo até o espaço, criar programas turísticos atraentes que gerem receita ao investidor e à comunidade ao redor. O presente estudo busca ampliar o circuito turístico criado na Vila Histórica de Evangelista até a comunidade vizinha, Povoado Migliavacca, criando um roteiro gastronômico e cultural no caminho entre os dois pontos de interesse, tendo como referência o circuito turístico chamado “Caminhos de Pedra” localizada na cidade de Bento Gonçalves, também na serra gaúcha. A metodologia está baseada em artigos publicados, entrevista com proprietários e comunidade, além de matérias publicadas em jornais locais sobre o empreendimento turístico.

Palavras-Chave: Turismo Rural; Desenvolvimento Rural; Espaços Rústicos.

A Resolução de um Espaço Rural – O Caso da Freguesia de Grade (Arcos de Valdevez)

Carlos António Dias MALHEIRO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Tiago Manuel Gonçalves BRITO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Manuel Henrique Afonso RODRIGUES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Este trabalho surgiu no âmbito da Unidade Curricular Dinâmicas Rurais na União Europeia. O principal objetivo é apresentar soluções condicentes ao desenvolvimento sustentável da freguesia em estudo, falando dos problemas associados à mesma, mostrando a situação atual e os impactos futuros que os mesmos podem ter.

Os problemas dos espaços rurais, designadamente em Grade, tocam em parte a quase todos nós, os elementos do grupo, por isso a escolha deste local.

Para a concretização deste trabalho, realizamos uma ampla pesquisa bibliográfica, associada ao trabalho de campo concretizado, na freguesia em estudo (Grade). Para a realização da cartografia apresentada, recorremos ao software ArcMap, enquanto a informação estatística teve por base os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) e onde a organizamos recorrendo ao software Excel.

Nos últimos anos, em Portugal, foi registada uma tendência de declínio populacional, sobretudo no interior do país, este “concentra cerca de 60% da população na faixa costeira” (PNCT, 2017, cap.3.3, pág.73). Isto devido ao “abandono dos campos e dos pequenos núcleos de povoamento” (Carvalho, 2008, pág.69) e também devido ao decréscimo da natalidade e o aumento do número de idosos nas regiões rurais.

Esta mesma tendência é verificada na freguesia de Grade, onde persistem apenas 330 habitantes. Metade da existente nos anos 60. Nesta freguesia a atividade predominante é agrícola e a florestal, baseada em das explorações de reduzida dimensão. Por seu lado, a mão de obra agrícola é pouco qualificada e envelhecida, subsistindo da adição das reformas sociais com o consumo dos produtos agrícolas, num sistema de autoconsumo familiar. Neste contexto, cada vez mais se avoluma o abandono da atividade agrícola.

Em termos patrimoniais, em Grade existe algum património, como a torre de Faro/Grade, ou a igreja matriz de Grade, monumentos importantes, pois ajudam na caracterização do que é hoje a freguesia. Quanto à torre, há uma incerteza histórica para esta construção, por segundo alguns autores esta teria sido construída por o comendatário Mendo Vaz no séc. XIII, mas para outros estudiosos esta teria sido construída no séc. XV por Álvaro Pais de Grade. (Almeida, 2009) Apesar do património apresentado e alguns serviços (um lar de idosos, dois cafés/mercearias, de lazer, a Associação Cultural e Desportiva de Grade), o principal problema da freguesia, é um acentuado declínio demográfico, também resultante da saída da população para as áreas urbanas à procura de novas oportunidades de emprego e também pelo envelhecimento da população.

Para inverter os problemas da freguesia é necessário tomar medidas, como melhorar o que já existe na freguesia, através promoção do uso da fibra (instalação recente), a valorização da agricultura, criar incentivos fiscais (reter primeiro a população existente) e requalificações habitacionais. Consequente a essas melhorias, após criar condições, é necessário mostrar através de possíveis propagandas que há sim condições de habitabilidade e emprego (depois de melhorar as suas condições) nos locais rurais e daí convencer as pessoas a fixar-se.

Concluindo, “o mundo rural deve continuar a constituir uma plataforma renovada de interesses e valores, ancorados aos princípios estruturantes da sua sustentabilidade, como espaço para trabalhar, viver, visitar e fruir.” (Carvalho, 2008, pág.75).

Palavras-Chave: Rural, património, agrícola e população

Referências Bibliográficas:

- Almeida, Susana, (2009). *Vidas Vividas, Experiências Acrescidas, Uma descrição etnográfica dos usos e costumes da freguesia de Grade – Arcos de Valdevez*. Associação Cultural e Desportiva de Grade. Depósito Legal:288891/09. Carvalho, P. (2008). União Europeia, políticas públicas e desenvolvimento rural. *Cadernos de Geografia* No26/27- 2007/08, 67–76. PNCT (Programa Nacional para a Coesão Territorial). (2017). *Território*.
- Silva, L. (2021). Turismo e atratividade em Monsaraz: os efeitos da barragem de Alqueva, *Etnográfica*. 25 (1) <http://journals.openedition.org/etnografica/9251> DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.9251> (acedido em 21/03/2023)
- Urry, J. (2002). *The tourist gaze*. 2.ª Ed, London: Sage Publications.
- Wateau, F. (2008). Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação? in T. S. Cuesta y X. X. Neira (Eds.). *Auga e sustentabilidade. Enfoques para unha novapolítica de augas.*, Universidade de Santiago de Compostela, 11-15. https://www.researchgate.net/publication/45680043_Barragem_e_participacao_publica_em_Alqueva_Um_exemplo_portugues_de_concertacao (acedido em 19/03/2023).

O Impacto da Barragem do Alqueva na Paisagem, Turismo e Património - O Caso da Vila de Reguengos de Monsaraz

David José Taveira de Barros

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Neste trabalho identifica-se um exemplo de inovação - construção da Barragem do Alqueva. Analisa-se a sua influência na paisagem, no turismo e no património, usando como exemplo o caso da vila de Reguengos de Monsarraz.

Os objetivos são: identificar o exemplo de inovação, analisar a sua influência na transformação da paisagem, explicar como a alteração da paisagem pode influenciar o turismo e o património cultural e analisar o caso de Reguengos de Monsaraz.

A metodologia usada foi a revisão bibliográfica de artigos científicos.

Concluiu-se que existem registos do planeamento da barragem de Alqueva desde 1920. No entanto, por razões políticas, sociais, ambientais e dúvidas sobre a sua pertinência económica as obras acabaram por ser suspensas muitas vezes. A obra arranca com a ajuda financeira da União Europeia em 1997 e as comportas fecham-se efetivamente em 2002 iniciando a obra em 8 de fevereiro.

De acordo com Cruz, no que toca ao turismo, a paisagem pode ser analisada através do aspeto visual e do social. O turismo é um fenómeno social, cultural e económico que consiste na deslocação voluntária e temporária de indivíduos ou grupos de pessoas, que principalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam do seu lugar de residência habitual para outro. Pode ser entendido como uma experiência geográfica particular do lugar, na qual a paisagem é um elemento indispensável. Turismo e a paisagem estão intimamente ligados e particularmente ancorados no território. A paisagem funciona como elemento central do marketing territorial.

Aquando da construção da barragem do Alqueva, segundo Wateau reuniram-se atores políticos e populações rurais para decidirem em conjunto do futuro da única aldeia que ia desaparecer por baixo da água. Após conflitos e tensões, das reuniões com a população resultaram acordos: reconstrução de uma aldeia nova, a modernização da agricultura e o desenvolvimento do turismo. Isto impactou na paisagem, no turismo e no património. No entanto, estes fenómenos de cocriação participativa do património arqueológico, podem servir, de acordo com o estudo de Ross & Saxena como um meio eficaz de criar experiências interpretativas significativas em destinos de turismo cultural.

«O direcionamento do olhar do turista implica frequentemente diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para os elementos visuais da paisagem do campo e da cidade, muito maior do que aquela que é encontrada normalmente na vida quotidiana» (Urry, 2002, p. 3). A nova paisagem, que figura na publicidade turística, envolve o potencial consumidor num mundo de sonhos, desperta nele o desejo de vivenciá-la.

A Vila de Monsaraz foi classificada em 1940 como monumento nacional e destacou-se pela atividade turística, testemunho histórico e cultural, beneficiados pela sua envolvente paisagística. Relativamente ao impacto da barragem, conclui o estudo de Silva que o Grande Lago criado acrescentou atratividade à vila e estimulou o crescimento do turismo na povoação e na área envolvente. Dinamizou a economia local, mas também trouxe preocupações com a falta de segurança na aldeia e acentuou os obstáculos à autorreprodução da sua população. Os turistas procuram o melhor lugar para contemplarem a nova paisagem, adquirirem uma experiência estética ou para tirarem fotos com os amigos/familiares. É no ponto mais alto do Castelo que apreciam a nova paisagem.

Palavras-Chave: Barragem do Alqueva, paisagem, turismo, património, Reguengos de Monsaraz

Referências Bibliográficas:

Daveau, S. (1977). Bases geográficas do problema da barragem de Alqueva. *Achegas para a sua apresentação*, Finiterra, XII(24), 342-350.

Cruz, R. (2002). As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In YÁZIGI, E. (Org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto.

Marujo, N., & Santos, N. (2012). Turismo, Turistas e Paisagens. *Investigaciones Turísticas*, Nº 4, julio-diciembre, 35-48.

Ross, D. & Saxena G. (2019). Participative co-creation of archaeological heritage: Case insights on creative tourism in Alentejo, Portugal, *Annals of Tourism Research*, 79, ISSN 0160-7383 <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102790> (acedido em 21/03/2023)

Arcossó e as Suas Problemáticas do Despovoamento

Duarte Pereira NEVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

José Pedro Menezes VAZ

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vítor Hugo Nunes Nóbrega GONÇALVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O objetivo do nosso trabalho centra-se na revitalização de uma das múltiplas áreas deprimidas e dispersas em Portugal, muitas delas desconhecidas. Estas proliferam essencialmente no interior, e em muitos casos correspondem a aldeias (históricas ou não), cuja economia assenta essencialmente na agropecuária e em alguns casos o turismo rural.

O caso da aldeia de Arcossó não é diferente, e esta foi a nossa localidade escolhida atendendo à sua potencialidade vinícola. A aldeia característica da região transmontana, proporcionando paisagens deslumbrantes, que aliás, fundamenta incremento do turismo rural, muito embora se trate de uma área sem investimento e com um despovoamento crescente. Para a realização deste trabalho, primeiramente foi necessária uma pesquisa e uma análise de artigos científicos nacionais e europeus para fundamentar a nossa aposta nesta temática territorial, pois estamos perante uma ferramenta de trabalho para esta análise, que o enriquece. De seguida, foi necessária uma saída de campo à aldeia e freguesia de Arcossó pretendendo desta forma entender os motivos que levam ao despovoamento de muitas aldeias tal como, “Arcossó” tendo esta solos bastante férteis para a agricultura principalmente favorável para as culturas permanentes tais como, a vinha e olival.

Com este trabalho pretendemos analisar a área de maneira a idealizar soluções que permitam atrair e fixar população de modo de reverter o declínio demográfico e o conseqüente envelhecimento da população residente, evitando que a aldeia, seja abandonada, revitalizando-se também em termos económicos e recuperando a importância nas tomadas de decisão. Além disso, estas freguesias devem ser renovadas de maneira a preservar o património histórico que em outros casos as aldeias têm.

Palavras-Chave: Arcossó, desinvestimento, despovoação, assimetrias regionais, recursos endógenos

Metamorfoses do "Nosso" Porto

Filipa Mota VIANA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Clara Soares Monteiro CARNEIRO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sara Luísa Melo Pereira Cardoso MIRANDA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A cidade do Porto tem um impacto que ultrapassa os seus limites administrativos, esta foi-se alterando ao longo dos tempos, culminando na cidade que conhecemos hoje em dia e que podemos chamar de “Nosso” Porto. Neste trabalho pretende-se analisar as razões de como a cidade do Porto está a ser afetada pela perda de identidade cultural, social e económica, aliada à degradação do património. Para enriquecer os dados bibliográficos, construímos uma base teórica de autores portugueses, Professores Luís Martins e Hélder Marques, assim como de manuais, nomeadamente “Geografia do Porto”, coordenado pelo Professor José A. Rio Fernandes. Para além disso, também foi necessário recorrer a portais estatísticos, assim como, softwares digitais para a produção e análise de mapas – ArcGis e Google Earth. Em virtude de enriquecer este trabalho com testemunhos residentes da área, foram feitas entrevistas a gerentes de lojas emblemáticas da cidade do Porto, tais como, a Escovaria de Belomonte e a Pérola do Bolhão. Este trabalho divide-se em 4 temas: 1. A evolução social; 2. Influência e progressos no comércio; 3. O impacto do turismo; 4. Degradação do património. Assim sendo, o Porto está envelhecido, facto visível, não só pela redução das taxas de natalidade, mas sobretudo pelo aumento da Esperança Média de Vida. Efetivamente, observou-se uma alteração do perfil demográfico da população portuense. Indissociável deste problema surge o da habitação. “O processo de transformação urbana e substituição de residentes por elites internacionais acontece há vários séculos, com períodos de maior e menor intensidade (Carvalho et. al, 2019). “No entanto, nos últimos anos adquiriu ritmos e características muito particulares, associados a uma forte pressão imobiliária, com grande velocidade de substituição de residentes por utilizadores temporários” (Chamusca et. al 2020. pág. 148-149). Observou-se também que o comércio e turismo estão mutuamente dependentes. “A cidade da indústria e da produção do século XIX foi gradualmente cedendo lugar à cidade do lazer e do consumo, [...] com uma crescente saturação de estabelecimentos [...] e uma paisagem urbana diretamente relacionados com a lógica do mercado” (Nestor

2020. pág. 244). É inevitável não mencionar, que o aumento de turistas e da população estrangeira, têm levado a uma turistificação da cidade, que conduz a uma indisponibilidade de habitação para a população com poder de compra baixo e médio, aumentando as unidades de alojamento e estabelecimentos sofisticados. Por fim, a degradação do património é algo que perturba qualquer portuense apaixonado pela arquitetura da cidade, facto que decorre da influência do tempo, perdendo-se qualidade estrutural, desde paredes com buracos, tetos caídos, ou, em certos casos, grafitis. Assim, conclui-se que mesmo com os apoios da autarquia local, tentar que o património material ou imaterial permaneça como sempre foi, continua a ser um processo complexo, portanto, a mudança urbana é algo inevitável e a cidade do Porto também está sujeita a este tipo de metamorfoses, sendo que esta é possível sem haver perda de identidade seja ela cultural, social, económica e urbana.

Palavras-Chave: Porto; Degradação; Gentrificação; Turistificação; Cultura

Referências Bibliográficas:

Chamusca, P., Carvalho, L., Mendes, T., & Fernandes, J. A. (2020). População flutuante e gentrificação. Em J. A. Fernandes, Geografia do Porto (pp. 144-155). Book Cover.

Nestor, M. (2020). Tradição. Em J. A. Fernandes, Geografia do Porto (pp. 242-253). Book Cover.

Tema 5 - O rural: tradição, resiliência e inovação

Pousada de Saramagos – Uma Freguesia a Olhar para o Futuro, mas sem Esquecer o Seu Passado

Andreia Filipa Marques MACHADO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Lara Sofia Oliveira PIMENTEL

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sofia Rodrigues AMARAL

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Este trabalho incide sobre o espaço rural, mais precisamente, acerca de Pousada de Saramagos, que pertence ao concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. O espaço rural possui vários problemas, pelo que é fundamental para que se realcem novas dinâmicas para o seu desenvolvimento. Neste contexto, o objetivo do trabalho visa o desenvolvimento da freguesia identificando os seus problemas, mas também as suas potencialidades e implementação de soluções inovadoras. Para a sua realização, em primeiro lugar, optamos por pesquisar artigos científicos que analisamos minuciosamente, a que acrescentamos informação estatística inscrita nos recenseamentos agrícolas e da população (INE). Posteriormente, efetuamos duas entrevistas que nos ajudaram a compreender a dinâmica atual da freguesia e o seu passado, trabalho fulcral para a concretização dos nossos objetivos.

Perante este encadeamento metodológico, registaremos que inicialmente os residentes apenas viviam do setor agrícola, no entanto no século XX quando surgiu a indústria têxtil proliferou a pluriatividade e o plurirrendimento. Foi também neste século, que se descobriu que esta freguesia possuía uma enorme riqueza histórica e patrimonial: o Castro das Eiras, a Pedra Formosa, o Balde de Pip e uma ponte romana. Efetivamente multiplicaram-se as potencialidades em Pousada de Saramagos, pelo que o futuro se adivinha positivo a vários níveis. Realça-se a tranquilidade e harmonia, a diversidade de acessibilidades, bem como os serviços. Todavia subalterniza-se o aproveitamento da área florestal, aumenta o isolamento geográfico das pequenas empresas e esquece-se a pouca expressividade cultural. Falta um espaço de lazer, informação sobre diversos temas direcionados aos habitantes locais, para além da degradação paisagística visível no abandono das explorações agrícolas, a deficiente realidade de escoamento das águas pluviais e a poluição, designadamente junto dos ecopontos. Para mitigar ou solucionar estes problemas idealizamos algumas estratégias, como por exemplo a criação de uma Pousada para desenvolver o turismo em espaço rural; revitalizar os espaços agrícolas e estruturar um ciclo de palestras sobre várias temáticas para informar e esclarecer as dúvidas da população; conceção de polos empresariais onde dominem as empresas associadas à economia circular; aposta em atividades culturais e melhorar a rede de escoamento das águas pluviais. Por último, a criação de um espaço de lazer.

Em síntese, Pousada de Saramagos apresenta um vasto património que deveria ser revitalizado e potencializado e não restringir o seu desenvolvimento ao setor industrial enquanto alguns dos seus problemas básicos ainda não foram solucionados. Daí, apresentarmos inúmeras estratégias, que dinamizem de uma forma multifacetada a alma da freguesia, um exemplo para replicar em tantas outras freguesias.

Palavras-Chave: património, problemas, potencialidades e soluções dinamizadoras.

Inovação no Turismo Rural e Cultural da Quinta de Santa Eufêmia: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável

Dhiogo Pereira JULIÃO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O turismo rural tem ganhado importância crescente na Europa como alternativa ao turismo de massa convencional. Essa forma de turismo oferece aos visitantes uma experiência autêntica e única, permitindo-lhes interagir com a cultura, história e tradições locais. Além disso, o turismo rural contribui substancialmente para a economia rural, gerando empregos e estimulando a atividade econômica em regiões remotas e menos desenvolvidas. A sustentabilidade é outro aspecto relevante do turismo rural na Europa. A agricultura e a pecuária são atividades centrais nesse tipo de turismo, e muitos agricultores e proprietários rurais estão adotando práticas sustentáveis em suas atividades, o que ajuda a preservar o meio ambiente e a promover a conservação da biodiversidade.

Aliado ao turismo rural, este presente trabalho abordará o turismo cultural. O turismo rural e cultural combina duas formas de turismo: o turismo rural, que se concentra nas atividades realizadas em áreas rurais, e o turismo cultural, que busca experiências culturais e históricas. Essa combinação é uma ótima maneira de explorar as tradições locais e a vida no campo, enquanto se aprende sobre a cultura e o patrimônio da região visitada.

Como objetivo de estudo, estarei a estudar a Quinta de Santa Eufêmia. A Quinta de Santa Eufêmia é uma vinícola localizada na região do Douro, em Portugal. É conhecida por produzir vinhos de alta qualidade, especialmente o famoso Vinho do Porto. Atualmente, a Quinta de Santa Eufêmia é gerida pela terceira geração da família Ferraz e possui cerca de 45 hectares de vinhas, distribuídos em vários terrenos com diferentes características de solo e clima. A vinícola segue técnicas tradicionais de produção, com destaque para a utilização de lagares de granito para a fermentação dos vinhos. Os visitantes podem conhecer as instalações de produção da Quinta de Santa Eufêmia, incluindo os lagares de granito usados para fermentar os vinhos, as salas de barris onde o vinho é envelhecido e engarrafado. Uma das atrações mais populares da quinta é a degustação de vinhos, onde os turistas podem provar diferentes variedades de Vinho do Porto, bem como vinhos tintos e brancos de mesa.

A quinta abriga um museu que conta a história do Vinho do Porto, desde a sua origem até os dias de hoje. A quinta oferece a possibilidade de fazer um passeio pelas vinhas, acompanhado por um guia especializado. Durante o passeio, é possível aprender mais sobre as variedades de uvas cultivadas na região e as características do território do Douro. A metodologia utilizada irá incluir uma visita de estudos na Quinta e utilizarei três artigos como revisão bibliográfica. O primeiro artigo "A Importância da Experiência no Turismo - O Caso do Enoturismo na Região do Douro" (VALE, 2014) explora a importância da experiência turística para o setor do enoturismo na região do Douro em Portugal. O segundo artigo "A importância do turismo cultural e criativo na imagem de um destino turístico"(SANTOS; CARVALHO; FIGUEIRA, 2012) destaca a crescente importância do turismo cultural e criativo para a promoção da imagem de um destino turístico. Por fim, artigo "Turismo Rural - Perspetivas e Desafios" (KASTENHOLZ, 2013), discute a importância do turismo rural para o desenvolvimento econômico e social de áreas rurais, bem como os desafios enfrentados por esse setor.

Palavras-Chave: Turismo Rural, Enoturismo, Douro, Turismo Cultural.

Quinta do Soalheiro - de Melgaço para o Mundo

Diogo Lourenço VIDINHA

Faculdade de Letras do Porto

No âmbito da cadeira de Cidades e Desenvolvimento Rural do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, decidi escolher como caso de inovação em meio rural a Quinta do Soalheiro. Localizada em Melgaço, é um dos exemplos de inovação e resiliência da região. Inserida na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, mais concretamente na Sub-região de Monção e Melgaço, a Quinta do Soalheiro destaca-se pela sua visão estratégica de inovação e sustentabilidade, contando com projetos como cultivo de plantas e ervas aromáticas, enoturismo e alojamento. A marca é pioneira na criação do vinho Alvarinho em Melgaço e uma referência nacional e internacional para os vinhos desta casta, encontrando-se admiravelmente integrada na paisagem típica da região minhota que a rodeia.

Desde 1982, data em que a primeira marca de Alvarinho em Melgaço foi fundada pela Quinta do Soalheiro, a evolução deste espaço tem sido constante. O seu compromisso com a sustentabilidade e desenvolvimento da região, é visível no empenho da marca em seguir as 17 Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável estabelecidas pela ONU.

Atualmente, como já referido, a inovação encontra-se bem presente na filosofia da marca. A ideia passa por, através do Soalheiro, dar a conhecer o Alvarinho e a sua região ao mundo, marcando presença nos “pequenos” momentos da vida. Para isso, a Quinta com vários projetos que merecem destaque e serão analisados numa fase posterior – Tours e Provas de Vinho, Provas de Infusões, Experiências Gastronómicas e Alojamento. O exemplo de todo o sucesso desta marca é visível no número de prémios nacionais e internacionais conquistados, desde presenças e conquistas em competições no Japão, Alemanha, Noruega, Estados Unidos e Inglaterra.

O objetivo deste projeto é a análise e compreensão da filosofia desta marca, com especial foco para os casos de inovação já referidos. É igualmente importante posicionar a marca num contexto mais abrangente, percebendo a sua interligação com a Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Durante a investigação irei recorrer à seleção de artigos científicos, livros, notícias e reportagens. Será igualmente importante uma visita presencial ao espaço, para ficar a conhecer a Quinta e, se possível, entrar em diálogo com os proprietários ou responsáveis.

Em forma de conclusão, o poster final deste projeto terá como objetivo refletir sobre o impacto e a importância de casos de inovação em meio rural e a forma como estes podem impulsionar a sua região, tanto a nível nacional como internacional.

Palavras-Chave: Inovação, Desenvolvimento Rural, Sustentabilidade

Mondrões (Vila Real), entre a Olaria e a Paisagem Caracterização e Desenvolvimento Rural

Eduardo Azevedo SILVA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

João Sousa SILVA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ricardo Barros ESTEVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

As paisagens rurais, ao longo dos anos, têm sofrido várias transformações. O mundo rural, está, de facto, imerso em várias problemáticas (culturais, ambientais, sociais, económicas), contudo possui potencialidades que necessitam de ser revitalizadas. O objetivo deste trabalho passa por caracterizar a freguesia de Mondrões, enumerando os seus problemas estruturais, grandes obstáculos ao seu desenvolvimento; e clarificando as suas potencialidades, para a partir daí, ser possível definir um Plano de Desenvolvimento Rural, que consiga dinamizar a freguesia.

A metodologia deste trabalho consistiu numa pesquisa exploratória de artigos científicos sobre os espaços rurais, e mais especificamente, sobre a olaria. O trabalho de campo também foi um método utilizado, resumindo-se a duas entrevistas: a um oleiro de Bisalhães e ao Presidente da Junta de freguesia de Mondrões.

A freguesia de Mondrões, pertencente ao concelho de Vila Real, abrange uma área de aproximadamente 11,04 km², implantando-se na vertente Sul da Serra do Alvão e está localizada a, aproximadamente, 7 km da capital de distrito (Vila Real). A população total residente na freguesia tem vindo a diminuir ao longo dos anos, registando em 2021, 948 habitantes. Por seu lado, a população idosa tem um peso significativo (27,4%), correspondendo a perda demográfica e o envelhecimento da população, aos maiores problemas da freguesia.

Uma das maiores potencialidades da freguesia de Mondrões, é o processo de confeção da Louça Preta de Bisalhães. Processo este, que está classificado pela UNESCO, como Património Cultural Imaterial. Esta prática necessita de salvaguarda urgente, visto que a diminuição do número de oleiros, é uma realidade que põe em risco a profissão. A olaria é uma produção endógena de Mondrões, por isso urge ser valorizada. A relação dos oleiros com a agricultura, é bastante antiga. Contudo, nos dias de hoje, as pessoas ligadas ao setor agrícola, são cada vez menos, e nenhum deles é oleiro.

A agricultura em Mondrões, não possui muita importância. Segundo o Recenseamento Agrícola de 2019, existem 92 explorações agrícolas, que ocupam um total de 353,43 ha de SAU, dispersos por 388 blocos. Dominam os produtores singulares, maioritariamente idosos, assim como a pluriatividade e o plurirrendimento. Predominam as pequenas explorações. Neste contexto, os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura são visíveis. A proximidade à Região Demarcada do Douro, é relevante, pois nesta freguesia domina um substrato rochoso granítico.

Nestas circunstâncias, propomos o seguinte Plano de Desenvolvimento Rural de Mondrões: 1- Parcerias com o Museu da Vila Velha (Vila Real) e com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), tendo em vista o desenvolvimento da olaria. Na UTAD, realizar-se-iam workshops, palestras, conferências sobre a olaria negra; 2- Criação de um website para a freguesia de Mondrões, pois não existe nenhum; 3- Aposta no Smart Tourism, associado a novas tecnologias, abrindo vagas para empresas e impulsionando o crescimento económico; 4- Promoção do associativismo agrícola; 5- Aposta na multifuncionalidade da paisagem, através de apoios de diversos programas, tais como, LEADER+, INVEST 2030, etc.

Apostar nas potencialidades endógenas e únicas dos espaços rurais, é o início de um difícil caminho, que estes têm de percorrer, perspetivando tornarem-se competitivos e dinâmicos.

Palavras-Chave: Mondrões, olaria, desenvolvimento, paisagem, potencialidades

Projeto Paladares Paroquiais

João Pedro da Silva ALVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O presente trabalho desenvolvido pretende abordar a origem e a evolução que a empresa Paladares Paroquiais demonstra, destacando o grande impacto que a mesma tem tido para a população local.

Este projeto de investigação tem como objetivo procurar compreender de onde surgiu a empresa, a sua evolução e os seus verdadeiros impactos no apoio à população.

Paladares paroquiais surge em 2011, período marcado em contexto nacional por uma grande crise económica, resultando em grandes dificuldades financeiras para a população.

A empresa tem a sua sede na freguesia de Frazão no concelho de Paços de Ferreira, concelho esse muito marcado pelo setor secundário na indústria da Madeira, albergando um vasto número de empregados que com a crise económica fecharam a suas grandes indústrias resultando num número significativo de população desempregada, motivado por este período difícil no concelho de Paços de Ferreira, o padre Samuel Guedes tinha como paróquias as freguesias de Frazão, Arreigada e Ferreira, surge-lhe a ideia de criar uma indústria de fabrico de queijos para ajudar a população mais carenciada, oferecendo emprego à população e concedendo continuidade com a sustentabilidade das instituições sociais das freguesias de Frazão, Arreigada e Ferreira.

Foram realizados diferentes métodos análise de forma a melhor explorar a empresa Paladares Paroquiais tais como: recurso a sistemas de informação geográfica (SIG); o auxílio da internet na pesquisa bibliográfica e documental que possibilita compreender o ponto de situação das diferentes freguesias impactadas por este projeto; utilizou-se também bibliografia e exemplos observados a escalas de análises do projeto, abrangendo-se desde a escala nacional à escala europeia.

Para melhor contextualizar o projeto, procurei realizar também entrevistas a empregados da Paladares Paroquiais e a população que a empresa ajuda diariamente.

Constata-se que a empresa surge de um projeto de cariz social criado por três instituições particulares de solidariedade social, nomeadamente o Centro Social e Paroquial de Arreigada, o Centro Social e Paroquial de Ferreira e Centro Social e Paroquial de Frazão, no concelho de Paços de Ferreira.

O projeto Paladares Paroquiais dispõe não só da produção de queijos, mas também de um serviço de catering que, neste momento, serve cerca de 1000 refeições diárias, os clientes são, desde logo, os próprios centros sociais criadores do projeto, outras IPSS que dispõe deste serviço e as escolas do primeiro ciclo que estão inseridas no concelho de Paços de Ferreira.

A empresa caracteriza-se como 100 % social, na medida em que todos os seus lucros revertem no apoio às populações mais desfavorecidas do território, a mesma é uma economia social circular de entre ajuda que promove o emprego e dá resposta aos problemas sociais às famílias mais desfavorecidas.

Neste trabalho observa-se o enorme impacto positivo que a empresa Paladares Paroquiais tem na sociedade quer seja na forma de empregar a população, quer seja no apoio financeiro que tem nas suas 3 Instituições particulares de solidariedade social que alimentam desde crianças a idosos residentes no concelho de Paços de Ferreira.

Palavras-Chave: desemprego, economia, população, território

O Papel do Enoturismo na Quinta da Aveleda

José Carlos da Silva ALVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Neste projeto inicialmente procuro mostrar um pouco a história da Quinta da Aveleda, aquilo que a mesma fora no seu início e aquilo que hoje a quinta representa para a região do Tâmega e Sousa. Não só abordar a sua origem, mas como também explorar um pouco as valências que a quinta possui, tais como, a produção de vinhos e a produção de produtos regionais.

É importante salientar o impacto que o turismo oferece para o seu crescimento e desenvolvimento na Quinta da Aveleda, mais concretamente o Enoturismo, esta atividade turística se baseia na apreciação do sabor e aroma dos vinhos.

A Quinta da Aveleda é propriedade da família Guedes há 5 gerações, a empresa vitivinícola Aveleda foi fundada em 1870 por Manuel Pedro Guedes. A Aveleda é proprietária de marcas como Adega Velha, Casal Garcia, Quinta Vale D. Maria e a Quinta D'Agueira. A quinta da Aveleda localiza-se em Penafiel, sede do município de Penafiel.

A quinta emprega cerca de 165 trabalhadores daí a sua importância para criar estabilidade económica para muitas famílias no concelho de Penafiel, desde a sua existência que muitas famílias dependeram da mesma para criar estabilidade, com a ampliação da sua exportação vinícola e a importância do Enoturismo o seu número de empregados tem vindo cada vez mais a ampliar.

Atualmente, a Aveleda exporta vinho para 80 países em todo o mundo. A propriedade tem jardins românticos ao estilo inglês do século XIX com até 94 espécies diferentes de camélias e possui 70 hectares de vinhas.

Este projeto tem como objetivo avaliar a importância que o Enoturismo tem na Quinta da Aveleda, não só para o seu crescimento e desenvolvimento da mesma, mas como também a capacidade que possui em aumentar a atratividade turística no município de Penafiel.

Para este projeto foram realizados diferentes métodos de análise com o objetivo de melhor explorar a Quinta da Aveleda tais como: recurso a sistemas de informação geográfica (SIG); o auxílio da internet na pesquisa bibliográfica e documental que possibilita compreender um pouco da sua história, aquilo que representa a quinta para o município de Penafiel e o que proporciona o Enoturismo no território; utilizei também bibliografia de exemplos observados a escalas de análises do projeto, abrangendo-se desde a escala nacional à escala europeia.

Para melhor contextualizar o meu projeto, procurei realizar também entrevistas aos empregados da Quinta e a alguma das pessoas que já realizaram Enoturismo na mesma.

O crescimento do enoturismo na quinta da Aveleda tem um enorme potencial muito graças à sua posição estratégica (Proximidade a cidade do Porto e possui acesso através de transportes públicos). A quinta possui uma atração única que são os seus jardins constituídos com monumentos históricos, o que proporciona por si só, um elevado potencial para o crescimento do Enoturismo no seu espaço.

O enoturismo possui a capacidade para quem visita o espaço de explorar e perceber como são feitos os produtos na quinta (Vinha, queijos e compotas), a ampliação do número de visitantes na quinta permite o aumento da atratividade para a cidade de Penafiel. Neste projeto é visível o impacto que o Enoturismo tem para desenvolver a Quinta da Aveleda, não só na comercialização dos seus produtos como no aumento do número de visitantes não só no seu espaço, mas como também no município de Penafiel.

Palavras-Chave: Enoturismo, Penafiel, Vinho Verde, Vinha.

O Fim da Produção Leiteira na Freguesia de Cristelo (Barcelos)

Marcos Augusto da Rocha BARBOSA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Miguel Alves e SOUSA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rui Pedro Pinto FERREIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A indústria de laticínios tem grande importância para a economia da União Europeia, representando 4% de toda a indústria alimentar e empregando 8% dos trabalhadores, para além de contribuir com 13% do volume de negócios. (Voz do Campo, 2022) Ainda que Portugal não seja um dos principais contribuidores para estes números, a verdade é que este setor também tem um papel fundamental no país, agregando 28% da produção animal e 12% da produção agrícola, contribuindo para 15% da faturação total, enquanto sustenta 11 500 postos de emprego. (Gomes, 2022) Setor com forte especialização nos Açores e na região de Entre Douro e Minho, região esta que se localiza o município com maior VPPT (Valores de Produção Padrão Total), Barcelos, contudo estes números animadores que fundamentam que este setor seja um dos principais contribuidores para a economia nacional e, obviamente de Barcelos, já na freguesia em estudo, Cristelo, o cenário está a agravar-se, existindo um forte abandono da atividade. (Ribeiro e Remondes, 2017)

Este abandono deve-se ao aumento do preço dos vários fatores de produção (combustíveis, alimentação dos animais assim como fertilizantes), ao baixo crescimento do valor pago aos agricultores pelo leite e ao futuro pouco animador neste setor, já que a nova PAC de 2023-2027 prevê a redução das ajudas aos produtores de leite até 70%. Neste contexto, de acordo com estimativas da FENALAC, o concelho em que insere Cristelo será o mais afetado, com perdas até 82%. (Agros, 2021)

Este futuro pouco animador foi evidenciado através do trabalho de campo, onde foram inquiridas três constituintes da cadeia leiteira, nomeadamente o diretor da Agros, o presidente da Cooperativa Agrícola de Barcelos e por oito produtores de leite da freguesia de Cristelo, freguesia esta, ainda intensamente rural e caracterizada, sobretudo, pela importância da agropecuária e da atividade agrícola.

Os produtores de leite foram os que apresentaram as maiores insatisfações, mostrando-se apreensivos quanto ao futuro do setor e relatando vários desagrados, como a falta de apoios por parte do Estado para a continuidade da exploração e de incentivos para que os seus filhos continuem com a prática. Referem ainda que o setor é cada vez menos compensatório, dada a redução dos lucros e controlo mais acentuado.

Para combater este futuro pouco animador, a produção leiteira terá de passar por mudanças, pelo que, a Política Agrícola Comum, através dos fundos da União Europeia, deverá ter um papel central no combate a esta tendência, promovendo, por exemplo, o associativismo e o cooperativismo. Deste modo, para mitigar o quadro problemático no setor leiteiro privilegia a união entre os agricultores da freguesia de Cristelo apoiado pelos fundos comunitários designadamente aos associados. Em síntese, os impactos da PAC 2023-2027, apenas deverão afetar os produtores que trabalham individualmente, promovendo assim, a união entre os mesmos.

Palavras-Chave: União Europeia, Produção Leiteira, Decadência, Cristelo, União

Referências Bibliográficas:

- Agros. (2021). Como irá a futura PAC 2021-2027 afetar os Produtores de Leite do Continente? AGROS.
- Gomes, J. (2022). Contributo da PAC para o desenvolvimento do setor leiteiro em Portugal. Revista Voz Do Campo.
- Ribeiro, L. C., & Remondes, J. (2017). PRINCÍPIOS E TÉCNICAS FUNDAMENTAIS DE GESTÃO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR LEITEIRO: ESTUDO SOBRE A PERCEÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DA REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO, PORTUGAL. Revista Gestão Em Análise, 5(2), 11.

Tema 6 - Economia e Desenvolvimento Local

“Procura-Se Colaborador(a)” : Uma Investigação dos Fluxos Migratórios e Relações de Trabalho no Porto – Portugal

Manuel LEFORT

Universidade de Rennes II

Rafael SOUZA

Universidade Estadual de Feira de Santana

Luisa BARQUERO

Universidade Paul Valéry Montpellier III

A ideologia neoliberal de eficiência econômica e prosperidade compartilhada constitui-se em uma cortina de fumaça para a exploração do trabalho em escala global. A migração dos trabalhadores e sua diferenciação em critérios de gênero, raça, etnia, origens e status legal são uma parte crucial da ordem econômica global. Portugal tem uma longa história como país de emigração, iniciada já no século XIX e com picos de emigração durante períodos de crise econômica. A partir da década de 1960, o país começou a receber imigrantes de países que haviam sido suas colônias. Entretanto, a partir da década de 1980, houve um aumento da emigração qualificada para outros países europeus. Nos anos 90, passou a receber um grande número de imigrantes de países como Brasil e Ucrânia. Nas últimas duas décadas, Portugal tem servido como destino de pessoas oriundas de diversas partes do globo, que possuem motivações e perfis cada vez mais heterogêneos. Esse fluxo de migrantes tem resultado em mudanças significativas na demografia e na economia do país, afetando praticamente todo o território nacional, embora com maior intensidade em algumas regiões do que em outras. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo investigar os fluxos migratórios e as relações de trabalho na cidade do Porto, Portugal, nas últimas décadas, buscando compreender como se dá essas relações e a relevância desses fluxos na economia. Além disso, procura-se identificar como o luso-tropicalismo está presente nas relações laborais entre os imigrantes e os portugueses e as principais dificuldades enfrentadas por aqueles no mercado de trabalho. Essa pesquisa parte da relevância do tema migratório para Portugal e da lacuna existente de pesquisas acerca dessa temática na cidade do Porto, Portugal, onde os imigrantes vêm tornando-se uma parcela significativa do mercado de trabalho e frequentemente enfrentam situações de vulnerabilidade e exploração.

A metodologia adotada para a pesquisa é o estudo de caso, utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas, questionários e análise de documentos e dados oficiais. Serão aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas para compreender as experiências dos imigrantes no mercado de trabalho, seus desafios e dificuldades de adaptação, bem como as noções de luso-tropicalismo e o racismo enfrentado pelos imigrantes.

Os resultados esperados incluem a identificação das nacionalidades de origem dos principais fluxos migratórios em Portugal e na cidade do Porto, a compreensão das relações de trabalho nesse contexto e a influência desses fluxos na economia e nas condições laborais da cidade. Espera-se também identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes nas relações de trabalho em Portugal e a influência do lusotropicalismo nessas relações. Pretendemos contribuir, assim, com discussões econômicas e sociais que ajudem a mitigar preconceitos e dificuldades enfrentados pelos imigrantes na cidade do Porto.

Palavras-Chave: Relações de trabalho; Fluxos migratórios; Luso-tropicalismo; Portugal; Porto

"Importância Sócio-Econômica das Zungueiras no Município de Benguela Socio-Economic Importance of Zungueiras in the Municipality of Benguela"

Rebeca da Conceição Letícia Vasco dos SANTOS

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Apresentemos ao mundo a determinação e a obstinação das mulheres angolanas Zungueiras, vendedoras que surgiram do comércio informal e que hoje fazem parte do dia a dia dos angolanos e da cultura do país. Neste trabalho procura-se evidenciar a importância das Zungueiras na dinâmica social e econômica, sobretudo na erradicação da pobreza do município de Benguela.

O comércio informal em Angola já era visível antes da independência, quando desempenhava uma função subsidiária da economia formal dominante. Todavia, o cenário agravou-se com o longo conflito armado (1975-2002) que assolou o país, impulsionando o êxodo rural e a migração excessiva, criando uma forte aglomeração populacional em cidades como Luanda e Benguela. As causas do comércio informal no país são econômicas e políticas, refletidas na adoção de políticas macroeconômicas e na implementação de programas socioeconômicos inadequados e na má governação, o que tem agravado a pobreza e a fome.

O comércio informal é uma das atividades econômicas dominantes no município de Benguela, em que a zunga (venda ambulante) corresponde a uma auto-organização de subsistência. Na realidade, a sua essência é visível em cada município, enquanto património social e histórico-cultural enraizado nos benguelenses. Com as suas experiências e trajetórias de vida, as Zungueiras fazem venda ao domicílio no município de Benguela, de produtos de limpeza, de higiene pessoal, de roupa e calçados, de ervas medicinais, de alimentos (farinha de milho e de mandioca, pão, hortaliças, frutas, peixe, etc), entre outros. O dia a dia das Zungueiras consiste em circular por mais de 10 horas, com bacia ou cesto à cabeça e, a maioria com um filho às costas, pelos armazéns, mercados, bairros e ruas da cidade de Benguela. Trata-se de vendas de porta em porta, baseadas em estratégias que influenciam a criação de uma esfera de negociações entre as zungueiras e os seus clientes, maioritariamente mulheres, que vai além dos laços económicos, refletindo empatia, confiança, solidariedade e partilha de vivências.

Segundo as Zungueiras entrevistadas, tendo em conta o produto comercializado, conseguem um rendimento médio diário de cerca de 1.000, 00/2.000, 00 kwanzas, o equivalente a 2, 09/4, 18 euros, que serve para sustentar as suas famílias e fomentar o negócio. Evidentemente, o rendimento desta atividade não é suficiente para erradicar ou minimizar a pobreza de muitas famílias, porém, configura um estímulo à sobrevivência destas mulheres, mães, jovens e adolescentes, que através da força, perseverança e determinação, conquistaram uma posição de respeito, de inclusão e de empoderamento, patente na organização espacial e na vida social e económica do município de Benguela.

Apesar de a zunga ser praticada, geralmente, por mulheres, a pobreza, o acentuado índice de desemprego e a falta de oportunidades, têm tornado esta atividade atrativa para homens de várias faixas etárias, incluindo crianças. Trata-se de uma atividade regularizada, representada por uma associação, contudo praticada por pessoas desprotegidas pelas leis laborais por fazer parte da economia não legalizada.

Neste trabalho utilizou-se uma metodologia descritiva com enfoque qualitativo, cingindo-se à pesquisa bibliográfica e consulta de websites, prosseguindo-se com entrevistas semiestruturadas e não estruturadas e registos fotográficos.

Palavras-Chave: Zungueiras, Pobreza, Cultura, Comércio informal // Zungueiras, Poverty, Culture, Informal trade

Dinâmicas da Habitação na Freguesia de Senhora da Hora, Matosinhos

Rui Pedro Barros ESTEVES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Laura Pacheco FERNANDES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Isabel Maria Cardoso de MELO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Há muito que a questão do acesso à habitação no mundo se encontra envolta em muitos debates por se tratar de um direito essencial, tendo, ao longo dos últimos tempos, sofrido algumas alterações. A nível europeu, o acesso à habitação tem sido influenciado por mudanças como por exemplo o acesso ao crédito e a desassociação de políticas a diferentes escalas que conduziram a um conjunto de novos desafios socioeconómicos destacando-se a diminuição do poder de compra devido ao aumento dos preços. Os objetivos deste trabalho passam por fazer a caracterização da evolução do parque habitacional e a caracterização da tipologia da habitação da Freguesia da Senhora da Hora. Em termos metodológicos foi feita pesquisa bibliográfica, análise estatística de dados, análise espacial e trabalho de campo na área de estudo.

O direito à habitação é, desde 1976, consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, segundo o qual “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Contudo, este direito ainda não é assegurado a todos os cidadãos, pelo que surge como uma preocupação política. Todavia, em Portugal, as políticas de habitação social sempre foram casuísticas, circunstanciais e pontuais, não tendo sido criada uma estratégia a longo prazo que visasse a promoção de habitação social apoiada pelo Estado.

Esta questão ganhou mais força após a revolução de Abril de 1974, evidenciando-se como uma das principais reivindicações da sociedade de então. Visou-se, assim, a criação de políticas como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) que procurava colmatar as necessidades habitacionais das populações desfavorecidas em Portugal. Acresceram ainda os Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH), iniciativa estatal que apoiava a iniciativa privada, para além de surgirem outros protocolos com o próprio Estado, como os associados a promoções indiretas com cooperativas de habitação e diretas como a construção do parque habitacional público.

Apesar de se tratar de um problema nacional, o nosso foco será Matosinhos, onde entre 1991 e 2001, o parque habitacional registou um crescimento dos edifícios de 5%, enquanto na década seguinte apresentou uma quebra de 1% (PDM Matosinhos). Para apoiar as estruturas de planeamento para o município surgiu a MatosinhosHabit, que tem como princípio norteador a providência de habitação digna para todos, na qual se enquadra também a reabilitação urbana. Assim, alia-se a aposta em projetos de desenvolvimento e integração social à melhoria da qualidade de vida da população, e à gestão do parque habitacional.

Neste estudo, vamos focar-nos nas diferentes dinâmicas habitacionais existentes na freguesia de Sra. da Hora, pois consideramos que apresenta uma estrutura habitacional que tem vindo a evoluir ao longo dos tempos de forma dinâmica numa correlação direta com o aumento da população. Porém, outros fatores contribuem para este crescimento, como por exemplo, a escassa oferta da habitação e o elevado custo na Cidade do Porto. Na realidade, tal obrigou a um elevado

fluxo populacional para os concelhos adjacentes ao núcleo urbano portuense, nomeadamente o de Matosinhos. O crescimento do parque habitacional deste município foi muito favorecido pela presença de uma boa rede de transportes (metro e bons acessos viários) e de um vasto conjunto de atividades socioeconómicas.

Palavras-Chave: Matosinhos, Habitação, Políticas Habitacionais, Parque Habitacional.

Tema 7- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A Poluição na Bacia Hidrográfica do Ave

Beatriz Silva PINHEIRO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Pedro Diogo Sá LOPES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Martinho Ferreira BAPTISTA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A poluição das águas consiste em qualquer alteração nas suas características físicas, químicas e biológicas que possa causar prejuízo à saúde humana, e comprometer a fauna e a flora. Milhares de rios são poluídos por todo o mundo todos os dias, o que representa um problema socioambiental bastante grave. O rio Ave nasce na Serra da Cabreira e atravessa vários municípios, desaguando em Vila do Conde., Assim sendo, a bacia hidrográfica do Ave tem uma área de cerca de 1.400 quilómetros quadrados. A temática da poluição do Rio Ave, outrora considerado um dos rios mais poluídos da Europa, foi um tema recorrente ao longo de vários anos, mas que tem vindo a ser atenuado. A bacia hidrográfica do Ave recebeu uma fatia importante da industrialização de Portugal – com grande destaque para a indústria têxtil a partir de meados do século XIX. Com este crescimento industrial e populacional, veio também a deterioração da qualidade das águas desta bacia hidrográfica. Um dos principais poluidores da bacia hidrográfica do Ave é a localização de diversas indústrias da área têxtil que faziam as suas descargas no rio, existindo também pedreiras ao longo do curso de água, agravando o problema a uma escala regional. A elevada quantidade de efluentes urbanos e industriais, não tratados que chegavam ao Ave, deu origem à classificação das águas como impróprias para consumo e em vários troços do rio como inadequadas para recreio ou contacto, sem qualidade para a vida aquática. Na zona do estuário, o interesse e riqueza biológica são muito baixos, fruto das más condições físico-químicas e biológicas da água do rio durante anos. A realidade que se vive hoje é bastante diferente, pois esta situação mudou substancialmente a partir do ano de 1998, com a criação do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA), e outros. Como consequência, ao longo dos anos tem-se verificado um aumento significativo da qualidade das águas da bacia hidrográfica do Ave e uma recuperação gradual do seu ecossistema. Nos dias de hoje, o Rio Ave tem vindo a ser despoluído e com enorme sucesso, sendo notória a existência de vida aquática neste rio e necessário ainda percorrer um longo caminho nesta senda. Algumas medidas tomadas para o tratamento da bacia hidrográfica estão a ser eficazes ao longo do tempo, sendo que alguns vestígios de poluição, anteriormente, sentidos ainda se encontram presentes, essencialmente, nos areamentos, solos e limites da bacia. Como tal torna-se essencial uma limpeza profunda e abrangente, e uma continua fiscalização das descargas realizadas para o rio e do funcionamento das Estações de Tratamento de Água (ETA). É de realçar, por último uma medida importante para a diminuição de descargas no Rio Ave foi a implementação de monitorização inteligente que deteta as descargas no rio.

Palavras-Chave: Poluição; Bacia Hidrográfica; Vale do Ave; problemática

Os Contributos da Bioeconomia e dos Laboratórios Criativos da Amazônia para a Crise Climática: O Caso do Açai na Amazônia Brasileira

Victória Miguel RAMPAZZO

Universidade do Porto

As mudanças climáticas estão alterando os padrões de comportamento do clima terrestre e segundo o último Relatório Síntese AR6 - 2023 do IPCC, já se evidenciando os “impactos adversos generalizados e perdas e danos relacionados

à natureza e às pessoas” além da questão de que as “comunidades vulneráveis que historicamente contribuíram menos para a mudança climática atual, são afetadas de forma desproporcional” (pág. 5). As formas de desenvolvimento que o Brasil vem promovendo o agronegócio expansivo e mineração, o qual vem impactando, diretamente, as taxas de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa. Conforme a 10.^a edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, as emissões por mudança de uso da terra (MUT) e florestas foram elevadas, onde o desmatamento na Amazônia corresponde a 77% das emissões por MUT em 2021. Sendo assim, diante da Floresta Amazônica ameaçada e cenários catastróficos das alterações climáticas, o investimento em inovação, criatividade e na bioeconomia são alternativas para manter a maior floresta tropical do mundo de pé, assegurando sua conservação, a provisão dos serviços ecossistêmicos essenciais até o regime climático mundial. Os Laboratórios Criativos da Amazônia (LCA) e “startups da floresta” propõem fazer uso de inspiração a maior riqueza natural brasileira: a biodiversidade. Segundo Assad (2022), o pesquisador Carlos Nobre, idealizador do projeto, destaca que o objetivo dos LCA é “demonstrar na prática, não só na teoria, que é possível levar para a Amazônia modernas tecnologias da indústria 4.0 para agregação de valor aos produtos de várias cadeias de produtos da floresta”. Ao se investir em projetos alinhados com a biodiversidade, a proposta dessa nova cadeia econômica alinha o protagonismo das comunidades, povos e saberes ancestrais, que “há milênios vivem com a floresta em pé, tiram da floresta em pé todo seu bem-estar social, ambiental, econômico e de saúde” (pág. 7). O objetivo central do seguinte estudo é a análise das possibilidades de inovação e a abordagem da bioeconomia como forma de combate ao desmatamento, às alterações climáticas e como alternativa principal de desenvolvimento econômico-sustentável com foco na região amazônica brasileira. O estudo é focado nas possibilidades da cadeia produtiva da Palmeira de Açai (Euterpe oleracea) produtora de um fruto rico em antioxidantes chamado Açai. Nativo da floresta tropical amazônica, o fruto pode ser processado e apresentado como açai polpa, açai clarificado, açai desidratado, entre tantas outras formas. A valorização da socio-biodiversidade como foco e promoção da bioeconomia na região da Amazônia pode promover maior desenvolvimento local das comunidades tradicionais extrativistas e o alinhamento de uma cultura da conservação por cultivo de agrofloresta. Ao se investir e promover LCA’s e “startups da floresta” relacionados a cadeia produtiva do açai, por exemplo, sendo de forma circular e respeitando demais subprodutos florestais, é de enorme ganho. Apenas o fruto do açai pode atender ao mercado alimentício, de cosméticos, medicina natural e demais outros. Segundo Rajão et al (2019) é sete vezes mais lucrativa por hectare que a soja. Conforme o IBGE/PAM 2022, ano referência de 2021, a cadeia do açai movimentou mais de R\$ 5,2 bilhões anuais na economia da região norte do Brasil apenas como matéria-prima, de acordo com os dados da Plataforma Amazônia 4.0.

Palavras-Chave: Bioeconomia; Açai; Laboratórios Criativos da Amazônia; Amazônia 4.0; Comunidades Tradicionais.

Tema 8 - Vulnerabilidades, Riscos e Ordenamento do Território

A Poluição no Rio Este

Alexandre Domingues VIANA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Lucas Sousa FRIAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Tiago José Soares FERREIRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O rio Este é um rio português que nasce nas proximidades da cidade de Braga e que desagua no rio Ave. A poluição da água é resultante da alteração das características físicas, químicas ou biológicas que implicam a perda da qualidade desse recurso. As suas causas estão relacionadas especialmente com o desenvolvimento de atividades produtivas da autoria do ser humano. A poluição térmica, a poluição química, a poluição biológica e a poluição sedimentar são consequências que desenvolvem graves problemas e põem em causa o ambiente terrestre e a saúde da população. A poluição no Rio Este deve-se à elevada concentração industrial no Vale do Ave e à proliferação de unidades de produção energética, e têxtil, que têm promovido novos problemas. Surgiram então variados problemas de degradação ambiental ligados a obras de drenagem e saneamento à escala local, o que intensificou a poluição, principalmente ao nível doméstico. Destacam-se as indústrias ligadas aos têxteis e fição, nas suas operações de branqueamento que mais têm contribuído para a poluição deste rio. A concentração de indústrias dependentes da água provoca vários problemas de poluição e contaminação hídrica. Por vezes, a disputa da água levanta conflitos e abusos entre as próprias fábricas nos locais onde a densidade industrial era elevada. Nos principais cursos de água da sub-bacia do rio temos observado vários

processos de reclamações relacionados com as atividades industriais ligadas ao têxtil e à fiação que nas suas operações de branqueamento e tingimento contribuem para a poluição das águas.

Para fazer face estes problemas, são necessárias medidas de manutenção e controlo deste rio para isso esperasse um maior controle sobre as descargas feitas. Nomeadamente, um tratamento dos resíduos agropecuários, industriais, comerciais e domésticos para poder reduzir a poluição hídrica. Além disso, a ampliação do saneamento básico é uma medida fundamental para diminuir os indicadores de poluição dos corpos hídricos.

Podemos concluir que o Rio Este enfrenta diversos problemas relacionados a poluição sendo necessário identificar os mais variados problemas de poluição do rio, deforma a proceder a uma despoluição e restauro do ecossistema natural do rio.

Palavras-Chave: Poluição, rio, resíduos, indústrias

Erosão Costeira, um Problema no Centro de Portugal – O Caso de Ovar

Filipa Alexandra Pereira PINTO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Bernardo Oliveira e COSTA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Tomás Sousa ARAÚJO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A erosão costeira caracteriza-se por ser um fenómeno natural que acontece em muitas regiões costeiras ao longo do território, incluindo na costa Atlântica, nomeadamente em Ovar. Consiste na transformação progressiva dos espaços costeiros, causada pelo desgaste, deslocamento e perda de sedimentos ao longo da linha da costa. Este fenómeno ocorre por meio de agentes naturais como a ação das ondas e do vento ou das alterações climáticas, bem como, na sequência da própria intervenção do Homem que tem tornado este fenómeno cada vez mais intenso e acentuado com a construção de barragens, marinas, portos, entre outros. Consequentemente, com o agravamento deste fenómeno, a população que vive nas áreas costeiras são as primeiras a serem afetadas direta e indiretamente por este risco. É assim, de especial importância, que as autoridades locais continuem a implementar medidas de gestão costeira cada vez mais eficazes para enfrentar este fenómeno, sem prejudicar a paisagem natural e a atividade económica das regiões. Neste contexto, este trabalho incide sobre a identificação dos principais problemas e ameaças da erosão costeira no litoral de Ovar, e as respetivas soluções e medidas a adotar para combater a erosão costeira. Como tal, durante a investigação recorreu-se à seleção de alguns artigos científicos sobre o tema abordado tanto a nível nacional, como a nível europeu e a notícias que relatam os problemas deste fenómeno. Para complementar executamos um trabalho de campo que incluiu a realização de inquéritos aos residentes da área costeira de Ovar com o objetivo de perceber de que modo a erosão costeira afeta a vida destas pessoas.

Na sequência do aumento do nível do mar e das alterações climáticas estão-se a tornar mais frequentes tempestades intensas, agravando a situação atual. Posto isto, nas últimas décadas a erosão costeira no Norte de Portugal tem sido alvo de especial atenção e estudo, sendo a área costeira de Ovar um dos espaços mais marcados por uma diminuição acentuada da linha da costa. É, portanto, importante estudar a vulnerabilidade, os riscos costeiros de forma a aplicar estratégias adequadas e sustentáveis face à situação atual e minimizar os impactos negativos da erosão costeira para as comunidades e gerações futuras.

Esta gestão costeira, convida a usar novas medidas e soluções para combater e mitigar este fenómeno, como por exemplo, através da construção de mais estruturas costeiras com o objetivo de diminuir e impedir a erosão costeira de sedimentos e proteger a costa das ondas do mar, através da implementação de esporões e quebra-mares e através da reposição de areia nas praias, mas, sem nunca prejudicar o meio ambiente.

Em síntese, combater a erosão costeira no território português, designadamente em Ovar, mostra-se como um problema atual, onde as alterações climáticas estão a ter bastante impacto e influência, sendo, portanto, relevante que se implemente um conjunto de medidas para garantir a proteção da costa e, simultaneamente, do meio ambiente.

Palavras-Chave: Erosão Costeira; Interação Homem-Meio; Vulnerabilidade Costeira; Ovar, Portugal

Erosão Costeira entre Espinho e Furadouro

Jéssica Margarida Silva MAGALHÃES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rui Miguel Lima Colares MENDES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vasco Ribeiro dos Santos BORBA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sendo a erosão costeira um dos problemas que afeta grandemente Espinho e Furadouro, neste trabalho vamos abordar este tema. Para a sua realização, utilizamos como base informações adquiridas em diversos artigos científicos que nos auxiliaram numa abordagem mais teórica. Para uma abordagem a nível prático, recorreremos ao trabalho de campo, dirigindo-nos às freguesias de Espinho e Furadouro com o objetivo de observar as fragilidades das soluções praticadas no combate à erosão costeira de ambos os locais. Para tal, o grupo de trabalho optou também por se dirigir à Câmara Municipal de Espinho de modo a requisitar o Plano Diretor Municipal (PDM) que irá possibilitar uma análise mais aprofundada da problemática em questão, mais concretamente, os eventuais efeitos no ambiente no que toca à erosão costeira.

Espinho e Furadouro surgiram a partir de povoações piscatórias que mais tarde se desenvolveram para estações balneares, refletindo-se no aumento populacional, no crescimento urbano e nas atividades económicas. Em ambos os locais, o avanço do mar destruiu bens e propriedades.

Apesar de Furadouro e Espinho terem uma origem idêntica, estas duas localidades desenvolveram-se a ritmos distintos. O desenvolvimento de Espinho foi acelerado pela construção da estação ferroviária, conferindo uma crescente importância à cidade, enquanto o Furadouro apenas era frequentado pela população local, essencialmente piscatória, tendo-se desenvolvido muito mais lentamente.

A diferença do ritmo de crescimento das duas localidades veio a ter influência na adoção de estratégias para atenuar a erosão costeira, já que Espinho se transformou num importante destino balnear com um desenvolvimento económico significativo, o que facilitou as primeiras tentativas de proteção contra a erosão costeira. Já o Furadouro, menos desenvolvido e com menor importância económica, apenas adquiriu estruturas defensivas muito mais tarde, quando começaram a surgir interesses turísticos e imobiliários.

Recorde-se que Espinho se localiza numa área onde se verifica uma notória erosão costeira. A deriva litoral provocada pela agitação marítima apresenta uma maior dominância no setor localizado a Norte em comparação ao Sul. Como tal, Espinho está bastante exposto a pequenas modificações, sofrendo rápidas alterações na extensão do areal.

Por esse motivo, tiveram de ser implantadas medidas de proteção contra a erosão costeira ao longo do tempo, incluindo a construção de esporões, o reforço de dunas e o replantio de vegetação dunar. No entanto, estas estratégias são limitadas pelo elevado custo de construção e a manutenção dos esporões, assim como pela dificuldade de manter as dunas intactas.

Desta forma, é enfatizada a importância da colaboração entre governos, residentes locais e cientistas para encontrar soluções sustentáveis e de longo prazo para a erosão costeira. Uma abordagem integrada e sustentável que envolva a colaboração entre diferentes partes interessadas é essencial para a proteção dessas praias.

Palavras-Chave: Erosão Costeira, Espinho, Desenvolvimento

Avaliação do Ambiente Térmico em Áreas Urbanas de Pequena e Média Dimensão: O Estudo de Caso dos Municípios de Penafiel, Paredes e Marco de Canaveses

João Daniel de Sousa MAGALHÃES

Universidade do Minho, Guimarães, Portugal

Hélder Tiago Silva LOPES

Universidade do Minho, Guimarães, Portugal

As alterações climáticas estão a tornar os eventos de calor extremo cada vez mais frequentes em Portugal Continental. As cidades são cada vez mais suscetíveis a esses fenómenos, devido à Ilha de Calor Urbano (ICU), que se caracteriza pela presença de áreas urbanas com condições microclimáticas distintas em relação às áreas rurais (ou que ainda

conservam parte da sua paisagem natural). A dizer, estas áreas urbanas tendem a apresentar temperaturas mais elevadas devido à acumulação de carga térmica (associado a edifícios, calçadas ou asfaltos).

A presente investigação visa, assim, utilizar as redes dos dados dos sensores meteorológicos familiares situados em Tuias (Marco de Canaveses) e em Castelões de Cepeda (Paredes), com o intuito de compreender a evolução, nos últimos anos, da ICU nos municípios, bem como avaliar as áreas mais suscetíveis ao calor extremo decorrentes da identificação da Ilha de Calor Urbano Superficial (Cupus) e das respetivas áreas de risco.

Neste contexto, esta comunicação tem como principal finalidade avaliar o fenómeno da ICU com base na temperatura do ar (através dos dados dos sensores meteorológicos familiares de Tuias e Castelões de Cepeda) e de superfície (através da recolha e tratamento de imagens de satélite pelo *Landsat Science*) e compreender as suas características. De salientar que existem três objetivos específicos, sendo o primeiro analisar dados climáticos de sensores meteorológicos familiares, entre 2020 e 2022. Em relação ao segundo tem especial enfoque em avaliar os efeitos do crescimento urbano nas diferenças de temperatura intraurbanas, bem como analisar as imagens de satélite para a identificação da ICU_{sup} e das respetivas áreas de maior suscetibilidade a calor extremo, com base nas redes de dados dos sensores meteorológicos e na análise das imagens de satélite. Por fim, o último objetivo visa identificar algumas soluções baseadas nos grupos de risco em presença (e.g., população idosa, crianças ou população desempregada). Seguidamente, após a definição da problemática e dos objetivos apresentados na presente investigação, considera-se necessário implementar uma metodologia. No que diz respeito à revisão narrativa, antes da aplicação metodológica procurou-se recolher alguns conceitos subjacentes à temática abordada, assentes na compreensão e interpretação de estudos holísticos. Por outro lado, segundo uma abordagem quantitativa, procedeu-se à recolha e tratamento de dados climático-meteorológicos, disponíveis em redes de sensores familiares, bem como a recolha de imagens de satélite pelo *Landsat Science* e posterior tratamento no *software ArcMap*.

Com este estudo, é expectável que as cidades de Marco de Canaveses, Penafiel e Paredes, assim como as áreas dos municípios que apresentam elevada industrialização, apresentem temperaturas mais elevadas do que as áreas rurais, comprovando efetivamente o efeito das ICU. Estas áreas coincidem com aquelas que apresentam maior exposição ao risco (associadas à presença de maior número de efetivos populacionais e concentração de atividades económicas), sendo necessário prever algumas medidas e soluções a serem apresentadas às respetivas Câmaras Municipais, sob a forma de orientações.

Palavras-Chave: Ilha de Calor Urbano; Sensores Meteorológicos Familiares; Alterações Climáticas; Diferenças de Temperatura Intra-Urbanas.

A Probabilidade de Ignição de Incêndios Rurais no Município de Carregal do Sal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Célia FIGUEIRAS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Diogo FIGUEIREDO

Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal

Diogo Miguel PINTO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os incêndios rurais constituem um perigo natural, de origem maioritariamente antrópica e de grande incidência, em Portugal. No ano de 2017, diversos incêndios de grande intensidade causaram impactos socioeconómicos e ambientais muito significativos na Região Centro de Portugal. No atual contexto de alterações climáticas, os incêndios constituem um dos grandes desafios para os espaços rurais e de interface urbano-rural dos países do sul da Europa.

Este trabalho utiliza o modelo estatístico multivariado de regressão logística, com o objetivo de analisar a probabilidade de ignição de incêndios rurais em Carregal do Sal, concelho de matriz marcadamente rural do distrito de Viseu. Neste sentido, a recolha de informação de base centrou-se em dados oficiais sobre os pontos de ignição, disponibilizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e que constituem a variável dependente. Foram identificados, entre 2001 e 2020, 685 pontos de ignição neste concelho. Adicionalmente, outras doze variáveis independentes foram consideradas e trabalhadas em ambiente SIG: o declive e a exposição das vertentes, gerados a partir do Modelo Digital de Elevação (MDE), obtido através das curvas de nível e dos pontos cotados das cartas militares 199, 200, 210 e 211, disponibilizadas pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE); o uso do solo e

distância às áreas urbanas, edificado, floresta, áreas agrícolas e incultos, disponibilizado pela COS 2018; a mancha do edificado e densidade populacional, disponibilizados pelo INE, através da BGRI dos Censos 2021 e, ainda, a densidade e distância à rede viária, disposta no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município de Carregal do Sal. De forma a calcular a fórmula de regressão logística e testar a validade do modelo através da Curva ROC, foi utilizado o Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

Tendo em conta a regressão estabelecida com as variáveis independentes, a utilização da ferramenta raster calculator (Spatial Analyst Tools), do ArcMap, permitiu obter cinco classes de probabilidade de ignição, reclassificadas de acordo com o ICNF: muito baixa, baixa, média, alta, muito alta. Com o intuito de definir o modelo com melhor capacidade preditiva, foram testadas diferentes combinações das variáveis.

Esta metodologia poderá contribuir para uma análise mais eficiente da distribuição geográfica dos incêndios rurais em Carregal do Sal e, conseqüentemente, para aprimorar as políticas de prevenção e de defesa da floresta contra incêndios.

Palavras-Chave: Incêndios Rurais, Regressão Logística, Probabilidade de Ignição, Carregal do Sal

Cheias e Barragens: O Caso da Secção Terminal do Douro

Nuno Filipe Monteiro e NETO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Raul Manuel Figueiredo GOMES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Tiago José Silva Rocha LOPES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Este estudo tem como objetivo analisar o fenómeno das cheias, mais especificamente, a necessidade de supervisionar as áreas de vales com barragens e elaborar planos, tanto de prevenção de risco de cheia como de emergência, na eventualidade da ocorrência deste fenómeno. Neste estudo, vamos abordar o caso da secção terminal do rio Douro. Para a concretização deste trabalho, em termos metodológicos baseamo-nos na pesquisa e análise crítica de artigos científicos, nacionais e estrangeiros, que analisam o fenómeno das cheias em áreas de barragem, a que adicionamos o estudo de exemplos de ocorrências deste fenómeno.

A análise dos resultados permite verificar a necessidade de monitorizar periodicamente as barragens pelo facto de estas áreas estarem em constante evolução decorrente das condições climáticas e geomorfológicas que as envolvem. Para isso, é necessário existir a supervisão das mesmas, realizando simulações de cheias e estabelecendo planos de emergência, de maneira a que seja possível mitigar o risco de ocorrência de cheias e os seus impactos.

Deste modo, a realização de exercícios de simulação nestas áreas irá permitir uma maior capacidade de resposta à possível ocorrência de cheias, nomeadamente perante a eventual necessidade de evacuar a população e de mobilizar e coordenar os meios de protecção civil.

Olhando para o caso do Porto, o rio Douro, na sua secção terminal, apresenta um regime de cheia provocado por fatores de ordem natural como por exemplo, chuvas intensas, mas também antropogénica através da reduzida eficácia da gestão e coordenação do nível dos caudais das barragens por parte da empresa responsável em colaboração com as edilidades de Vila Nova de Gaia e Porto. Existe ainda a necessidade de tornar os planos de emergência das barragens mais eficazes, nomeadamente, os de controlo e previsão dos caudais em regime de cheia. Por outro lado, as barragens e as respetivas albufeiras do Douro português, não têm capacidade para sustentar caudais tão elevados. O vale encaixado, os troços de inclinação acentuada e a construção de barragens são fatores que condicionam as velocidades dos escoamentos, tornando-os bastante elevados, não sendo as cheias, apesar de tudo, muito prolongadas, pois estão condicionadas pela situação a montante. Analisando as precipitações, apesar de estas serem um fator relevante, têm de ser observadas em paralelo com outras condições da bacia hidrográfica, sobretudo, em articulação com alterações dos caudais motivadas pela presença das barragens e pelo armazenamento nas respetivas albufeiras.

Os afluentes do Douro, por serem praticamente paralelos entre si, com bacias fortemente longitudinais e distâncias reduzidas entre as suas embocaduras, demonstram a jusante uma inclinação acentuada que aliada à fraca capacidade reguladora provoca escoamentos elevados, dando origem a pontas de cheias pouco tempo depois de terminar a precipitação. Este cenário ocorre em períodos de chuvas sucessivas. Devido a estes fatores, conclui-se que o Douro e seus afluentes necessitam de uma constante atenção e melhor gestão e coordenação do nível dos seus caudais. Face ao exposto, iremos sinalizar as secções de maior risco na foz do Douro e propostas de remediação dos efeitos das cheias.

Palavras-Chave: cheias; barragens; Porto; risco

Tema 9 - Tecnologias de Informação Geográfica (TIG)

Análise da Vulnerabilidade de Incêndios Florestais no Distrito da Guarda

Rita Joana Gomes SIEIRO

Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Maria Elisabete Santos SOARES

Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Tecnologia e Gestão

As florestas preservam os solos, impedem a erosão, promovem o equilíbrio ecológico das espécies e do meio ambiente, contribuem para a absorção do dióxido de carbono, auxiliando no combate às alterações climáticas. Porém, os incêndios, cada vez mais frequentes, devastam grandes áreas florestais, colocando em risco populações e bens. A morfologia do terreno com declives acentuados, o desordenamento florestal, os difíceis ou inexistentes acessos a zonas florestais, os desconhecimentos de pontos de recolha de água, entre outros aspetos, dificultam o combate. É fundamental conjugar todas estas variáveis no sentido de encontrar soluções que auxiliem na identificação de zonas com maior propensão para a ocorrência de incêndios, de forma a estabelecer medidas preventivas. A vulnerabilidade constitui uma base teórica que estima os potenciais efeitos de um incêndio. Neste contexto, com o propósito de criar mapas de vulnerabilidades de incêndios para o distrito da Guarda, aplicou-se uma metodologia (Sieiro, 2022), adequada às especificidades deste território, baseada na análise de imagens de satélite e outros dados auxiliares. A análise espacial foi realizada com recurso a ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica e a técnicas de Deteção Remota para a classificação de imagens multiespectrais de satélite, na obtenção do mapa de ocupação do solo. São vários os fatores que influenciam a propagação dos incêndios florestais, distribuídos por três grupos principais: combustíveis, relevo e condições meteorológicas. Para estimar a vulnerabilidade de incêndios no distrito da Guarda e criar os respetivos mapas, foram consideradas nove variáveis: uso e ocupação do solo, declive do terreno, exposição das vertentes, distância aos cursos de água, temperatura, precipitação, proximidade à rede viária, densidade populacional e distância a áreas artificializadas. Para cada variável definiram-se quatro níveis de vulnerabilidade, de acordo com as respetivas classes, havendo algumas exceções: para o uso e ocupação do solo que possui também uma classe com valor zero, por incluir zonas com vulnerabilidade nula, relativas a cursos de água, áreas ardidas e areia ou brita; para a densidade populacional e a temperatura para as quais se consideraram seis classes e para a precipitação consideraram-se cinco classes. Também a rede viária teve uma análise específica. As exceções surgem por as variáveis em causa não terem oscilações acentuadas no distrito da Guarda, optando-se por intervalos menores de forma a melhor diferenciar os locais que podem ter maior influência para o cálculo da vulnerabilidade. Foram calculados os mapas relativos a cada variável e a respetiva classificação da vulnerabilidade. A sua combinação, com recurso à análise multicritério, pelo método de combinação linear pesada, permitiu classificar a vulnerabilidade do território do distrito a incêndios florestais. Na ponderação das variáveis foi dada maior importância às variáveis uso e ocupação do solo e declive, por se considerar serem as que mais contribuem para a propagação dos incêndios. Os mapas finais foram obtidos por reclassificação dos valores para uma escala com seis níveis de vulnerabilidades, desde muito baixa a extrema, tendo sido calculados quatro mapas de vulnerabilidades de incêndios, um por cada trimestre do ano. Estes mapas temáticos, ao permitirem identificar as áreas com maior vulnerabilidade de incêndios no distrito da Guarda, servem como uma ferramenta de apoio à prevenção.

Palavras-chave: Incêndios florestais, vulnerabilidade, análise multicritério, Deteção Remota, Sistemas de Informação Geográfica.

Referências Bibliográficas:

Sieiro, Rita (2022). *Vulnerabilidade de incêndios florestais do distrito da Guarda* (Relatório de Projeto para obtenção do grau de licenciado). Instituto Politécnico da Guarda.

Tema 10 - Dimensões Sociais e Ecológicas dos Incêndios Rurais

Incêndios e os Seus Grandes Impactos – O Caso de Chaves

Carlota Sofia Cabral GUEDES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rui Alexandre Machado Cruz da SILVA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Tiago Alexandre Pereira RODRIGUES
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os incêndios são cada vez mais um grande problema na atualidade, sobretudo os incêndios florestais. Estes são causados pelos seguintes fatores: ação humana, como a queima do lixo, o uso de fogos de artifício, o fumo dos cigarros, entre outros; Acidentes naturais, como as descargas elétricas; e condições atmosféricas, como períodos de seca prolongada, temperaturas elevadas e ventos fortes aumentam o risco de incêndio.

No caso do município de Chaves, as maiores causas dos incêndios mais recentes, nomeadamente no verão de 2022, foram as condições atmosféricas e a ação humana. As principais causas incluíram a falta de chuvas durante o inverno e a primavera, bem como as altas temperaturas e ventos fortes que prevaleceram durante o verão. O incêndio em Chaves teve a duração de cinco dias e ardeu mais de seis mil hectares nas freguesias de Ervededo, Vilela Seca, Vilarelho da Raia e Bustelo onde se iniciou, transpondo o terreno fronteiriço até à vizinha Espanha. Teve grandes impactos devido à grande área ardida, sendo que muitos dos habitantes perderam culturas agrícolas nos seus terrenos (trigo, centeio, floresta) e casas habitadas, incluindo um grande palacete com cerca de 100 anos com uma grande destruição de património e de arte. A fauna e a saúde humana das populações residentes foram também, grandemente, impactadas devido à enorme exposição de fumaça e outros poluentes gerados pelos incêndios.

O nosso objetivo é analisar os impactos que os incêndios em Chaves no ano de 2022 causaram nas populações residentes e no ambiente.

Metodologicamente, recorreu-se à revisão bibliográfica pela análise crítica de artigos científicos, trabalho de campo, neste caso, através de entrevistas estruturadas/semi-estruturadas.

Deste modo, algumas medidas de prevenção de incêndios passam pelo: i) reforço da prevenção - o município de Chaves deve implementar campanhas de sensibilização junto da população de modo a alertar para os riscos de incêndios florestais e reforçar as medidas, como a proibição das queimadas, proibição de fogos de artifício junto a áreas florestais e sem as devidas medidas cautelares, e fiscalizar, devidamente, a limpeza das áreas florestais envolventes às habitações e/ou terrenos; ii) melhorar a preparação e resposta - o município pode aumentar o número de vigilantes florestais para monitorizar as áreas florestais e detetar qualquer incêndios nos seus estágios iniciais; iii) reforçar o ordenamento florestal - após as grandes perdas ambientais, o município pode investir em programas de gestão florestal sustentável para evitar o excesso de carga de combustível em áreas florestais, e promover o uso de espécies menos inflamáveis, contribuindo para a diminuição da intensidade e propagação em caso de incêndio e atenuando os estragos ambientais.

Em síntese, os incêndios florestais têm e continuarão a ter um grande impacto na atmosfera, poluindo cada vez mais o ar afetando e sobretudo a camada de ozono. Este incêndio que ocorreu em Chaves provocou uma grande destruição da fauna e da flora, fundamentalmente, de uma grande mancha de pinheiro selvagem existente nesta região.

Palavras-chave: Prevenção de incêndios; Mudanças Climáticas; Gestão Florestal Sustentável

Tema 11 - Cidades e Sustentabilidade

Soluções e Medidas para a Adaptação dos Municípios de Penafiel e Marco de Canaveses aos Fenómenos Extremos de Calor – Um Estudo de Caso Baseado na Deteção Remota

Beatriz Gomes PINTO

Departamento de Geografia, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal

Hélder Tiago Silva LOPES

Universidade do Minho, Guimarães, Portugal

O calor extremo é uma das condições climáticas que está a causar várias das recentes adversidades para as sociedades contemporâneas, em grande escala geográfica, bem como ao nível setorial, proveniente do aquecimento generalizado, devido ao registo de um aumento contínuo das temperaturas, característico e associado à problemática das Alterações Climáticas. Neste sentido, é de se evidenciar que, mesmo com a aplicação de diferentes modelos climáticos e cenários de emissões de CO₂, numerosas organizações, tais como o IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, apontam para a probabilidade da ocorrência mais frequente destes tipos de eventos de calor extremo, além do aumento da gravidade e extensão temporal (IPCC, 2018). Sem exceção, também no território nacional os impactos têm-se manifestado e irão certamente continuar num clima futuro (APA, 2017; DGT, 2019). Desta forma, realça-se que este estudo exploratório pretende, com o apoio da Deteção Remota, avaliar a suscetibilidade ao risco de calor extremo nos municípios de Penafiel e Marco de Canaveses, pertencentes à região do Tâmega e Sousa, desde o início do milénio,

e visa indicar possíveis medidas e soluções de adaptação, com o intuito de tornar os territórios em estudo mais resilientes. Os objetivos desta investigação são: (i) avaliar a ocorrência de eventos climáticos extremos, designadamente os fenómenos de calor extremo; (ii) analisar as imagens de satélite do LANDSAT e compreender a evolução entre 2000 e 2020 e (iii) contextualizar as políticas de adaptação, nomeadamente no âmbito do programa LIFE Climate Action perante as alterações climáticas e propor meios de solução para os problemas identificados no território de estudo, para diferentes horizontes temporais e com vários agentes envolvidos.

Para a concretização da investigação recorreu-se a uma abordagem explicativa acerca das dinâmicas decorrentes do aquecimento global, com um posterior enfoque nos eventos de calor extremo. Com a notória exploração de diversos meios de adaptação, principalmente, políticos-setoriais, que visam a importância de implementação deste processo, procedeu-se à recolha de imagens de satélite dos anos mencionados, através do Landsat 5, 7 e 8, realizando o tratamento e a análise evolutiva e comparativa de cenas dos satélites ao longo do tempo. Por fim, desenvolveram-se ações específicas, consoante as características territoriais específicas.

Relativamente aos resultados previstos, salienta-se que, nos últimos vinte anos, as temperaturas à superfície, em ambos os municípios, registaram um significativo aumento, com destaque do ano de 2020, especialmente em áreas mais urbanizadas, que se apresentam mais suscetíveis ao risco, devido ao aumento de áreas urbanizadas (com expansão de indústrias e habitações) ao longo das principais vias de comunicação. Face a este cenário, os diferentes níveis políticos têm vindo a desenvolver planos de adaptação às Alterações Climáticas para moderar as crises provenientes. Todavia, é perceptível que estes esforços, perante os fenómenos de calor extremo, revelam-se pouco específicos, em escalas municipais, como é caso da área em estudo, sendo necessário o reforço dos mesmos, com ações pontuais, como as Nature-Based Solutions e os refúgios climáticos, a propor no âmbito desta investigação.

Palavras-Chave: Alterações Climáticas; Calor Extremo; Deteção Remota; Adaptação; Planeamento

Referencias Bibliográficas:

APA (2017). *Portugal: 7th National Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change. 3rd Biennial Report. 4th National Communication in the Context of the Kyoto Protocol*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.

DGT (2019). *PNPOT - Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território: Primeira Revisão*. Lisboa: Direção-Geral do Território.

IPCC (2018). Summary for Policymakers. In Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, & T. Waterfield (eds.). *Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate*. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA (pp. 3-24).

Efeitos da Poluição Sonora no Concelho do Porto

Margarida Dias CRUZ

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Nuno Fernando Ramalhosa Lages de Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Tiago José Martins Rodrigues

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Neste trabalho pretendemos abordar o tema da poluição sonora que a população residente no município do Porto é alvo durante o dia, e também durante a noite. Neste contexto, o nosso objetivo é comparar os valores apresentados pela Organização Mundial da Saúde e os valores apresentados pela cidade do Porto, mais concretamente no município do Porto, relativamente ao que é definido como ruído, que é a característica principal da poluição sonora. Para além disso, pretendemos compreender a evolução da poluição sonora ao longo dos anos, a uma escala nacional e a uma escala europeia. Outro objetivo para este trabalho é perceber o sistema de fiscalização noturna, devido ao ruído noturno notado e notificado pelos moradores às autoridades e à Câmara Municipal do Porto.

O estudo feito para a tese de mestrado de Joel Alberto Gomes Leitão, que tem como título “Evolução do Ruído na Cidade do Porto em 30 anos”, apresenta uma quantidade de ruas onde foram feitas medições do ruído em pontos fixos, e onde foi feita a caracterização da zona quanto ao ruído. Para isso foram feitas tabelas utilizando os seguintes parâmetros: LAeq – nível sonoro contínuo equivalente, ponderado A [dB]; LA10 – nível sonoro excedido em 10% do tempo de medição,

ponderado A [dB]; LA50 – nível sonoro excedido em 50% do tempo de medição, ponderado A [dB]; LA90 – nível sonoro excedido em 90% do tempo de medição, ponderado A [dB]; LA – nível sonoro, ponderado A [dB].

Para o nosso trabalho, pretendemos ter por base este estudo feito por um discente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, acrescentando também informações de capítulos inseridos nos livros *Environmental Noise in Europe — 2020, Night Noise Guidelines for Europe*; no *Manual Técnico para Elaboração de Planos Municipais de Redução de Ruído*; e no *Jornal de Desenvolvimento Brasileiro*. Para trabalho de campo, temos como objetivo fazer um inquérito aos residentes da cidade do Porto que habitam em locais onde a poluição sonora tem maior incidência, de forma a perceber a opinião e satisfação, e de que modo este tipo de poluição poderá ser resolvido.

Conforme a OMS, a poluição sonora é um dos fatores ambientais que provoca mais problemas de saúde, uma vez que o ruído se torna nocivo se for superior a 75 db, e doloroso a partir dos 120 db, tendo em conta que este organismo recomenda não passar de 65 dB durante o dia, e em ambiente noturno não deve ser superior a 30 dB. Dessa forma, podemos concluir que a poluição sonora é, de facto, nociva para a saúde, não só apenas para os adultos, mas principalmente para crianças, por fazerem parte do grupo mais vulnerável a este tipo de poluição. Dessa forma, é possível apresentar de imediato algumas causas destes problemas: tráfego automóvel, tráfego aéreo, animais, obras, restaurantes e espaços de diversão noturna.

Palavras-Chave: Poluição sonora; ambiente; saúde; cidade; sociedade.

Referências Bibliográficas:

Hurtley, C. (2009). Night noise guidelines for Europe. World Health Organization Europe.

Leitão, J. (2021). Evolução do ruído na cidade do Porto em 30 anos [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Apesar das ameaças e destruições a que tem sido sujeita, persiste no planeta terra uma multiplicidade de ecossistemas, embora em perda de biodiversidade. Não obstante, o mais comum é a conjugação de territórios dinâmicos e multifuncionais, com outros em declínio, onde o desenvolvimento e a sustentabilidade são postos em causa. Neste contexto, em que é indelével o reflexo das alterações climáticas e da intervenção humana, aumenta também a consciencialização destas problemáticas, bem como a necessidade de uma intervenção global. Assim, despontam estratégias que apostam num desenvolvimento inclusivo que realça a preservação das paisagens e do património, para além da revitalização dos quadros sociais. Perante este cenário, são de referência obrigatória os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, instituídos em 2015 pela ONU, que visam um desenvolvimento responsável, plasmado na “Agenda 2030”, agora ainda mais imperativo dada a crise pandémica e as desigualdades que se reforçaram.

Assim se projeta erradicar a pobreza, enquanto se promove o acesso equitativo à energia, à educação e aos serviços de saúde de qualidade. Privilegia-se também a criação de emprego digno e a eficiência energética, a conservação e a gestão dos recursos endógenos. Intenta-se, ainda, a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis, onde a justiça e a saúde, a par da igualdade de géneros, sejam inequívocas e inclusivas. Em simultâneo, pretende-se também controlar a pandemia. Para tal exige-se uma convergência das políticas nacionais, onde as estratégias ambientais e sociais ganhem ascendência sobre as economicistas, envoltas num cenário onde a inovação e a ética, sustentadas em meios digitais, no aumento da literacia e na formação técnica, estejam presentes. Deste modo se caminhará para uma maior coesão territorial e uma forma mais eficaz de ultrapassar a crise sistémica que se instalou. Há, pois, que continuar a refletir sobre estes temas, sem se ignorar a sua complexidade e diversidade, correlacionando o espaço europeu com outros, com realce para o brasileiro, no âmbito do qual se sucedem projetos catalisadores. Assim, através das XVI Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas do Espaço Europeu, prossegue-se neste alinhamento, abordando problemáticas incisivas, atuais, num contexto operativo e sempre multidisciplinar e interuniversitário.

Comissão Científica

Alexandrina Deaconu, Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roménia; Aleksandar Lukić, University of Zagreb, Croácia; Ana Bicalho, Univ. Federal Rio de Janeiro, Brasil; Ana Isabel Boura, Univ. Porto, Portugal; André Santos, Univ. Federal Rural Rio de Janeiro, Brasil; Andrews José de Lucena, Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; António de Barros Cardoso, Univ. Porto, Portugal; Artur Cristóvão, Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal; Atanas Dermendzhiev, Univ. Verliko Tarnovo, Bulgária; Borna Fuerst-Bjelis, Univ. Zagreb, Croácia; Célia Taborda, Univ. Lusófona do Porto, Portugal; Emmanuel Reynard, University of Lausanne, Suíça; Fantina Tedim, Univ. Porto, Portugal; Fátima Matos, Univ. Porto, Portugal; Felisbela Martins, CEGOT, Univ. Porto, Portugal; Glória Teixeira, Univ. Porto, Portugal; Hélder Marques, Univ. do Porto, Portugal; Helena Pina, Univ. Porto, Portugal; Helena Vilaça, Univ. Porto, Portugal; Hélène Roth, Univ. Clermont – Auvergne, França; Ileana Constantinescu, Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roménia; Isabel Borges, Instituto Europeu de Estudos Superiores, Portugal; João Luís Fernandes, Univ. Coimbra, Portugal; Jorge Queiroz, Univ. Porto, Portugal; José António Aldrey Vázquez, Univ. Santiago de Compostela, Espanha; José Luís Oliveira Braga, Instituto Europeu de Estudos Superiores, Portugal; Laura Sakaja, Univ. Zagreb, Croácia; Leandro Dias de Oliveira, Univ. Federal Rural Rio de Janeiro, Brasil; Lívia Madureira, Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal; Lucette Laurens, Univ. Montpellier III, França; Lúcio Carramillo Caetano, Univ. Federal Rural Rio de Janeiro, Brasil; Maria da Conceição Pereira Ramos, Univ. Porto, Portugal; Maria José Roxo, Univ. Nova de Lisboa, Portugal; Mary Cawley, National Univ. of Ireland Galway, Irlanda; Miguel Pazos Otón, Univ. Santiago de Compostela, Espanha; Milen Penerliev, Univ. Shumen, Bulgária; Natália Ramos, Universidade Aberta de Lisboa, Portugal; Norberto Santos, Univ. Coimbra, Portugal; Paula Remoaldo, Univ. Minho, Portugal; Paulo Jorge Santos, Univ. Porto, Portugal; Regina Cohen Barros, Univ. Federal Rural Rio de Janeiro, Brasil; Regina Salvador, Univ. Nova de Lisboa, Portugal; Scott William Hoefle, Univ. Federal Rio de Janeiro, Brasil; Slavi Dimitrov, Univ. Verliko Tarnovo, Bulgária; Stella Dermendzhieva, Univ. Verliko Tarnovo, Bulgária; Suk-Kyeong Kang, Niğde Ömer Halisdemir University, Turquia; Virgílio Borges Pereira, Univ. Porto, Portugal.

Comissão Organizadora

Helena Pina, (FLUP, CEGOT) – Coordenadora | Ana Isabel Boura (FLUP, CITCEM); André Samora-Arvela (FLUP, CEGOT); António Barros Cardoso (APHVIN/ GEHVID); Conceição Ramos (FEP, CEMRI); Diogo Pinto (FLUP, CEGOT); Fantina Tedim (FLUP, CEGOT); Felisbela Martins (CEGOT); Jorge Ribeiro (FLUP, CITCEM); José Luís Braga (IEES, CIDI); Leandro Dias Oliveira (UFRRJ, LAGEP); Lívia Madureira (UTAD, CETRAD); Maria José Roxo (UNL, CICS.NOVA); Marta Nestor (FLUP, CEGOT); Paula Remoaldo (UM, Lab2PT)

Secretariado: Célia Figueiras, Filipa Mota, Inês Mota; Jéssica Valente; João Barreiros e Sílvia Oliveira.

Contacto: grandesproblematicas@gmail.com

